

Jerónimos em risco



Foto de Jorge Caria

Santana Lopes pede esmolas para fingir que salva o património cultural

Págs. 3,4 e 5



Congresso dos Metalúrgicos

Segurança e conversão do sector no centro dos trabalhos

Págs. 16 e 17

Assembleia de Organização em Portalegre

Pág. 8

«Pacote Laboral» é inconstitucional

• Artigo de Luís Sá

Pág. 19

Câmara de Oeiras em tribunal

Pág. 32

Os resultados do referendo na URSS

76% dos votantes votaram sim à União



Pág. 22

Cartas do Leitor

Pág. 24

Uma nova imagem um mesmo jornal



RESUMO

27 Quarta-feira

A Fenprof desafia o ministro da Educação para um «frente a frente» televisivo sobre o corte de parte do salário aos professores ■ Trinta mil pessoas manifestam-se em Belgrado, capital da Jugoslávia, exigindo a demissão do executivo sérvio ■ A Izquierda Unida e o Partido Andaluzista anunciam em Espanha ir pedir pena de prisão para Alfonso Guerra, antigo vice-presidente do governo, se se demonstrar que utilizou dinheiro do Estado num empréstimo a seu irmão, Juan Guerra.

28 Quinta-feira

A CGTP anuncia que irá propor que a segurança social, e não as seguradoras, passem a pagar aos acidentados de trabalho ■ A FENCA (Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção) acusa o Governo de tentar desencadear um novo ataque às cooperativas com o pedido de autorização legislativa sobre o regime de venda e entrega de propriedades na zona da Reforma Agrária ■ Os professores anunciam nova série de greves ■ Cem mil pessoas manifestam-se em Moscovo em apoio a Boris Ieltsin ■ Os presidentes das seis repúblicas jugoslavas reúnem-se em Split para debater o futuro do país ■ A Namíbia comemora um ano de independência.

29 Sexta-feira

O sindicato dos economistas divulga um estudo onde se prevê o colapso do fundo de pensões dos CTT caso as medidas aplicadas com vista à transformação da empresa em sociedade anónima não venham a ser modificadas ■ Os partidos da coligação governamental italiana decidem decretar o fim do Governo chefiado por Giulio Andreotti ■ O Congresso dos Deputados da Rússia não aprova uma proposta de criação do cargo de Presidente executivo da Rússia. Boris Ieltsin discursa e defende a criação de um governo de coligação para a URSS.

30 Sábado

Milhares de turistas, principalmente espanhóis, entram em Portugal, aproveitando o período pascal que se vive. Lisboa, Porto e serra da Estrela são os locais mais visitados ■ Na África do Sul o ANC e o Partido Inkhata aceitam controlar mutuamente as duas organizações na aplicação do acordo de paz ■ O IRA anuncia ir «prosseguir o combate dos pais da independência» ao celebrar o 75.º aniversário da insurreição de 1916 ■ As autoridades iraquianas anunciam ter reconquistado duas cidades curdas enquanto o novo primeiro-ministro, Saadoun Hammadi

anuncia um programa económico para reconstruir o Iraque.

31 Domingo

Museus fechados e hotéis com serviço reduzido são o resultado de greves destes sectores que registam elevados níveis de adesão neste fim-de-semana de Páscoa ■ Realizam-se eleições multipartidárias na Albânia, pela primeira vez desde 1946. ■ Realiza-se um referendo na Geórgia sobre a independência deste território da URSS ■ Em mensagem pascal, o Papa João Paulo II fala da guerra e da fome como fazendo parte das «trevas que ameaçam à Terra» ■ Unidades do exército são enviadas para Plitvice, no centro da Croácia, depois de confrontos registados naquela região da Jugoslávia que provocaram duas mortes.

1 Segunda-feira

O Provedor de Justiça envia ao Tribunal Constitucional para apreciação os estatutos do processo de privatização da Rodoviária Nacional por não ter sido prevista a representação dos trabalhadores nos órgãos sociais da empresa ■ Esta semana termina o prazo de candidaturas a canais de televisão privados. Apresentam-se grupos liderados por Pinto Balsemão, D. José Policarpo (Igreja Católica) e Proença de Carvalho ■ Os enfermeiros iniciam uma semana de luta a nível nacional em acção de esclarecimento devido à interrupção das negociações com o Ministério da tutela sobre carreiras ■ Os resultados da primeira volta das eleições albanesas dão a vitória ao Partido do Trabalho que elegeu 165 deputados contra 67 para o Partido Democrático e três para a minoria grega. O presidente albanês Ramiz Alia não foi eleito deputado no seu círculo eleitoral de Tirana ■ Os resultados do referendo sobre a independência na Geórgia dão 90 por cento de apoio a essa pretensão.

2 Terça-feira

Os três concorrentes aos dois canais de televisão privada entregam os respectivos projectos na Direcção-Geral da Comunicação Social ■ O Conselho Permanente de Concertação Social reúne para discutir um projecto do Governo sobre relações colectivas de trabalho ■ O secretário de Estado do Ambiente acusa alguns bancos de fazerem «publicidade enganosa» ■ Entra em vigor a liberalização dos preços na URSS ■ A presidência jugoslava intima a Croácia a retirar as suas forças de Plivice ■ Quatro mortos é o balanço dos confrontos na Albânia durante uma manifestação oposicionista ■ Morre Guzman Errazuriz, ideólogo de Pinochet, vítima de atentado.

Iniciamos hoje uma nova arrancada na vida do «Avante!».

Acontece num momento solene da história heróica do PCP - o nosso Partido celebra o 70º aniversário da sua fundação e o «Avante!», sua voz e órgão central no «terrado» cada vez mais exigente e difícil da comunicação social, completou há pouco mais de um mês 60 anos de existência. É, pois, um período exaltante da história e da vida do nosso Partido, o do aparecimento deste primeiro número do novo «Avante!».

A vida de um grande Partido, com as características de classe e os grandes objectivos de transformação revolucionária da sociedade, de supressão da exploração do homem pelo homem e de edificação em Portugal de uma sociedade mais livre e justa, como são os do PCP e logicamente também dos seus órgãos específicos de maior intervenção permanente na actividade partidária e na formulação e transmissão da sua mensagem de luta - como é o caso do «Avante!» - rege-se por coordenadas próprias: ou se renovam e se inserem na movente realidade de cada época, de cada ciclo de evolução da sociedade humana, ou condenam-se irrevogavelmente ao depericimento e à morte.

O Partido Comunista Português e, por extensão, o «Avante!», seu órgão central, optaram sempre e desde que atingiram a maioria política, pela renovação e a inovação, recusaram sempre decididamente estagnar e depericer.

A nova imagem do jornal que hoje fazemos chegar às mãos do leitor obedece a estas coordenadas fundamentais.

Vicissitudes do combate que travamos e da nossa vida interna marcam o percurso do «Avante!».

E sempre - mesmo nos tempos mais duros e de complexas realidades como as actuais - sem perder a fisionomia e as características essenciais de um órgão prestigioso da imprensa operária, comunista e democrática com um lugar à parte no coração dos trabalhadores portugueses, sem concessões ao sensacionalismo fácil, deformador da realidade histórica e da verdade política.

A remodelação que hoje encetamos, numa coerente linha de continuidade, acontece numa conjuntura histórica singular de natureza interna e internacional, marcada por transformações e contradições profundas, ainda de dimensões e consequências imprevisíveis, carregada de pesadas responsabilidades e de impositivas tarefas, antes de tudo para os comunistas mas também para todos os portu-

gueses defensores dos ideais democráticos, de Paz e de Progresso Social.

Intrafronteiras atingiu uma fase adiantada o plano reaccionário, que é imperioso fazer retroceder, de reconstrução acelerada do poder dos monopólios, a longa conspiração da direita desforrista e da sua ponta de lança mais acerada - o Governo PSD/Cavaco - contra as transformações económicas e sociais mais significativas e o próprio sistema político instaurado no processo da revolução de Abril. O que está em curso não é uma simples e natural correcção de eventuais desajustamentos da realidade, mas a desfiguração e a destruição pura e simples do património revolu-

Com a ajuda multifacetada de todo o Partido, o «Avante!» continuará digno do seu heróico passado e à altura das exigências actuais

cionário e democrático do valoroso «Movimento dos Capitães».

A poucos meses das eleições legislativas o dilema é claro: ou se trava o processo de reconstituição do Estado monopolista, com as suas implicações económicas, sociais e políticas, ou se permite o perigoso enfraquecimento das barreiras ao avanço da contra-revolução e à asfixia do próprio regime democrático.

Tais são as determinantes do voto dos cidadãos em Outubro, da opção política dos trabalhadores e dos portugueses dos sectores sociais intermédios mais rudemente afectados pela política cavaquista.

Derrotar o PSD e o CDS nas eleições, pôr a direita em minoria, conquistar o voto maioritário para as forças democráticas, em particular para a CDU - garantia mais sólida de uma necessária e viável alternativa democrática - são deveres indeclináveis dos democratas e patriotas portugueses mais esclarecidos.

O «Avante!» agora remodelado inscreve como sua preocupação principal imediata esta primordial tarefa.

Também nos tempos actuais, acontecimentos de dimensão universal e histórica em adiantado processo estão

alterando a fisionomia política do Mundo.

Desapareceram ou estão em profunda crise importantes referenciais da luta revolucionária dos trabalhadores e dos povos pelo progresso social, pela supressão do regime de exploração do homem pelo homem, pela liquidação do sistema capitalista na sua forma mais opressora, agressiva e retrógrada - o imperialismo -, pela Paz e a cooperação pacífica entre os povos.

A guerra do Golfo, com as suas terríveis devastações e ainda em tormentoso rescaldo, veio mais uma vez pôr de manifesto a precariedade da Paz à mercê de actos irreflectidos e condenáveis - como o da invasão e anexação do Koweit por Saddam Husseine e o aventureirismo belicoso do imperialismo norte-americano. Mais uma vez pôde comprovar-se que o carácter do imperialismo não mudou, que mantém nas condições actuais todas as suas características agressivas e opressoras.

Mais uma vez foi posta em perigo a paz mundial. A guerra do Golfo degenerou numa terrível operação de genocídio e de destruição em massa contra populações indefesas, em obediência a uma chamada «nova ordem internacional», destinada a impor pela força das armas a hegemonia mundial dos Estados Unidos.

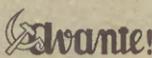
Por outro lado, a guerra do Golfo - tornada espectáculo pelos grandes meios de comunicação social audiovisuais via satélite, controlados pelos grandes potentados dos Estados Unidos - veio ainda mostrar a necessidade e a importância de uma Comunicação Social isenta ao serviço da paz, de uma informação objectiva, em que o «Avante!», na sua linha tradicional e na sua nova imagem, em condições de uma tremenda desigualdade de meios, pretende e tem de exercer um papel insubstituível na informação e na imprensa portuguesa.

A batalha de uma comunicação social isenta, num mercado dominado pela alta finança, só pode ser travada com êxito por um jornal como o «Avante!», de um partido como o PCP, se toda a organização, todos os militantes e camaradas do nosso Partido lhe derem uma imprescindível ajuda.

Na recolha da informação, na qualidade e variedade dos temas, na tarefa vital da difusão e da distribuição, na leitura e na contribuição crítica, no suporte financeiro.

Entramos nesta nova etapa conforiantes nessa ajuda multifacetada de todo o Partido. Só assim o «Avante!» continuará digno do seu heróico passado e à altura das exigências e das tarefas actuais dos comunistas.

Só assim poderá cumprir com honra e acerto o mandato do Partido e contribuir para o revigoreamento e melhoramento da sua actividade geral.



Proletários de todos os países UNI-VOSI

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72. Telex 18390 Fax: 793 22 64
ADMINISTRAÇÃO: Editorial «AVANTE!», SA Rua de São Bernardo, 14, 2º 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47059. NIF: 500 090 440
DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's CDL, Central Distribuidora Livraria, SA Serviços centrais - Av. Santos Dumont, 57, 2º 1000 Lisboa - Telef. (01) 793 22 75/795 02 10
Alterações de última hora: Até às 17 horas - Telef. (01) 97 39 65
Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto - R. Miguel Bombarda, 578, 4000 Porto - Telef. (02) 89 39 08/89 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra - R. Fernandes Tomás, 55-A, 3000 Coimbra
Telef. (039) 20753

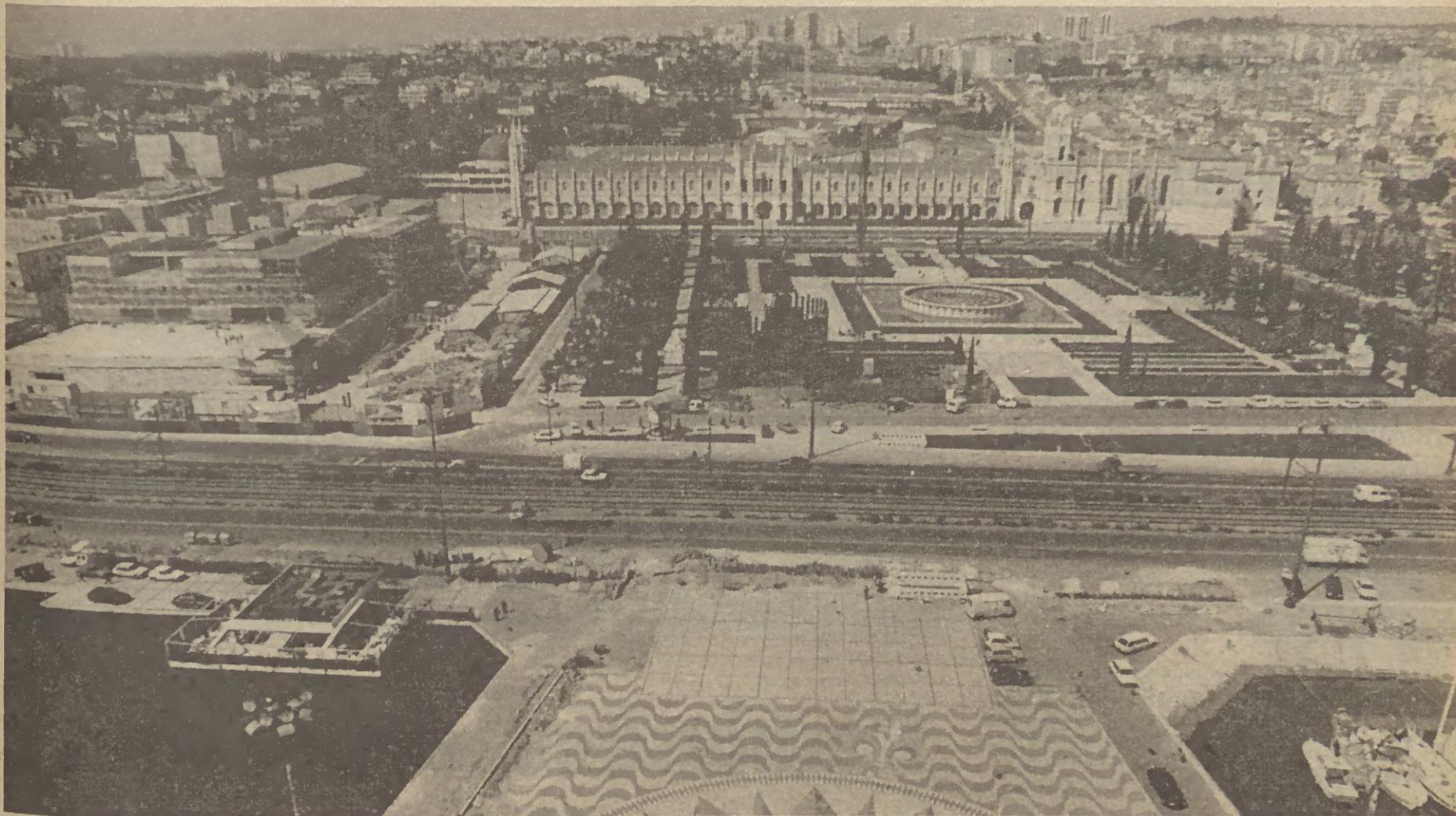
DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS - Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda Sector de Distribuição
Sede: Rua do Norte, 115, 1º 1200 Lisboa
Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04
Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra - Telef. (039) 71 35 77
Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 328, Guifões 4450 Matosinhos
Telef. (02) 953 15 66/ 953 17 49/953 17 50
ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa - Telef. (01) 67 01 93/7
PUBLICIDADE: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa - Telef. (01) 67 01 93/7
Composto e impresso na Heka Portuguesa
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora.
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) - 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS E ESPANHA - 50 números: 7.090\$00
MACAU - 50 números: 10.090\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE - 50 números: 12.190\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS) - 50 números: 13.350\$00
EXTRA-EUROPA - 50 números: 16.450\$00

Nome _____
Morada _____
Código Postal _____ Telef. _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale do correio.

EM FOCO



A demolição dos Jerónimos

O telhado (e não só) caiu e Santana Lopes manda limpar os portais

No dia 12 de Janeiro de 1990, ruíram 80 metros quadrados do telhado que cobre a abóbada de pedra da sala do capítulo do mosteiro dos Jerónimos. Três dias antes tomara posse o novo secretário de Estado da Cultura do governo de Cavaco Silva, Pedro Santana Lopes.

Não é, evidentemente, credível que a cedência de uma das principais vigas de madeira que sustentavam o telhado dos Jerónimos se ficasse a dever à chegada ao edifício da Avenida da República do seu novo inquilino; mas que o evento foi verdadeiramente premonitório, isso é verdade. Quando Santana Lopes entrou caiu um bocado do telhado: se demorar muito tempo a sair é bem plausível que caiam muito mais coisas.

A situação do mosteiro dos Jerónimos (classificado pela UNESCO como património mundial desde 6 de Dezembro de 1983) no tocante à sua conservação é de há muito inquietante, tal aliás como praticamente da maioria dos edifícios e monumentos nacionais. Ausências de trabalhos regulares de conservação, falta de pessoal, carências de meios de toda a ordem conduziram a situações verdadeiramente calamitosas.

Santana Lopes fez logo a seguir ao desastre declarações categóricas de que iriam ser tomadas medidas, entre as quais se contou um estudo efectuado por técnicos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil e do IPPC. O primeiro relatório deste estudo foi apresentado em Junho do ano passado, tendo na ocasião o engenheiro

do LNEC por ele responsável declarado que, entre fazer «obras de fundo» ou uma «operação de cosmética», a decisão era da SEC. Numa primeira análise, recomendavam-se com carácter de urgência trabalhos de consolidação na zona dos claustros.

A 16 de Julho, Santana Lopes afirmava que «o mosteiro dos Jerónimos vai sofrer obras no valor de um milhão de contos». Quase um ano decorrido sobre estas palavras e mais de um ano após o aluimento do telhado, ele lá continua por arranjar.

Mas a questão pode ser substancialmente mais complexa devido a um factor que veio agravar o deficiente estado de conservação de todo o edifício: a construção do gigantesco Centro Cultural de Belém.

Em Maio, numa reportagem sobre a construção do CCB, o «Diário de Notícias» afirmava candidamente que o responsável das relações públicas do Centro era categórico: «Estamos constantemente a realizar estudos das vibrações, quer no local das obras quer no Mosteiro dos Jerónimos, e posso garantir que as medições têm sido muito inferiores às registadas em consequência do tráfego local, especialmente dos autocarros».

A realização destas medições foi-nos confirmada, mas o «Avante!» recolheu outras informações menos tranquilizantes. Na verdade, duas questões são postas pela vizinhança de uma obra da envergadura da que está a ser realizada com um edifício de pedra como o mosteiro.

Em primeiro lugar, o facto de vibrações resultantes das obras medidas num certo momento terem amplitude inferior às provocadas noutra momento e provenientes, por exemplo, do tráfego, não altera um factor bem mais importante: o aumento evidente dos movimentos vibratórios a que os Jerónimos são sujeitos. Ora sucede que os danos causados em qualquer estrutura por exposição a vibrações podem resultar de uma vibração de enorme amplitude que imponha distorções superiores à tolerada, ou pela sucessão de pequenas distorções impostas por vibrações de amplitude assimilável quando individualmente consideradas e aplicadas a uma estrutura teoricamente indemne.

Em segundo lugar, os cálculos de elasticidade e estabilidade de um edifício manuelino de pedra como os Jerónimos não são, evidentemente, tão mensuráveis

como os que se podem aplicar a uma estrutura de betão. A falibilidade dos cálculos cresce a níveis delicados e qualquer técnico afirma que, para problemas deste género, as margens de indefinição aconselham coeficientes de segurança muitíssimo elevados.

Não é de forma alguma casual que uma das primeiras medidas indicadas pela peritagem realizada o ano passado pelo LNEC aponte para o reforço das fundações não só da sala do capítulo como de outras zonas dos claustros, exactamente uma estrutura de arcada de equilíbrio particularmente delicado.

Mais inquietante ainda, pudemos averiguar que terá sido silenciada durante muito tempo a queda de um pedaço de abóbada verificada há já vários meses na ala ocupada pelos serviços do mosteiro, ainda com o insólito pormenor de ter caído sobre a secretária da conservadora do mosteiro, o que só não se transformou em tragédia por o acidente se ter verificado quando a funcionária se encontrava ausente.

Para as obras de conservação necessárias são avertadas verbas que tornam o milhão de contos de que Santana Lopes falava em Junho do ano passado inteiramente irrisório - com a agravante de que, até à data, rigorosamente nada foi feito, nem sequer relativamente ao telhado.

Isto é: alguma coisa foi feita. O secretário de Estado da cultura que o dr. Cavaco entende que o País merece, apregooou aos quatro ventos há poucos dias a assinatura

de um protocolo entre o IPPC e a Marconi. Ao abrigo da Lei do Mecenato, a Marconi doou a quantia de 50 mil contos para ser utilizada nos Jerónimos.

Irrisória que seja a verba, destinar-se-á ela a alguma medida de fundo?

Não, senhor.

Vai proceder-se à limpeza

dos dois portais principais do mosteiro!!!

Razão?

Ter os Jerónimos de fachada lavada quando for inaugurado o Centro Cultural. Se lá por trás o resto forem ruínas, paciência.

Quem foi o mal intencionado que falou em obras de fachada?...

Os «anos de ouro»...

1990-1994 — Os anos de ouro da cultura portuguesa foi o nada modesto título para uma conferência de imprensa dada a quatro de Julho de 1990 por Pedro Santana Lopes onde em 35 páginas distribuídas aos órgãos de comunicação social se apresentava todo um conjunto de iniciativas, grandes projectos e obras grandiosas a concretizar até 1994 e com um início simbólico que deveria ter sido concretizado em Vila Viçosa, no 1º de Dezembro de desse ano que comemoraria os 350 anos da Restauração da Independência.

Das iniciativas anunciadas pelo secretário de Estado, apresentavam-se muitas absolutamente inviáveis ou de validade gritantemente discutível.

Eis alguns exemplos: criação do Museu da Criança. Escola de Ciências do Mar em Sagres. Supressão da faixa rodoviária que liga o Cais do Sodré ao Terreiro do Paço e a Ribeira das Naus para criar um «centro permanente de evocação da gesta dos Descobrimentos» (sic). Campanha nacional de inventariação do património a concluir-se em 1992. Revisão da Lei do Mecenato. Criação do Centro de Artes e Ofícios na zona de Belém. Semana dos Artistas Portugueses Universais. Exposição Internacional de Artes Plásticas prometida para o Porto em Junho do ano corrente. Realização anual do «Verão da Nova Dança Portuguesa». Alteração do nome do Museu Nacional de Arte Antiga para Museu das Janelas Verdes. Abertura em Belém de uma Livraria de Artes e Espectáculos, aberta 24 horas por dia...

E a encerrar esta breve lista exemplificativa do estilo Pedro Santana Lopes, uma última referência: o «Grande Congresso da Imaginação».



A «cultura» segundo Santana Lopes

Os «casos» do Palácio da Ajuda

A compra que Santana Lopes anulou três dias depois de tomar posse

Um ano depois de ter tomado posse como secretário de Estado da Cultura, Pedro Santana Lopes mudou de instalações. Do edifício da Avenida da República onde até então haviam estado instalado o seu gabinete, juntamente com outros serviços da SEC, resolveu mudar-se para... o Palácio da Ajuda!

A mudança provocou imediatamente um atrito com a Presidência da República. De facto, nos termos do Estatuto Orgânico do IPPC, o Palácio da Ajuda - última morada dos reis portugueses - era administrado conjuntamente pelo Instituto e pela Presidência, tendo em conta ali se encontrarem instalados os serviços do IPPC, mas também que o palácio é frequentemente utilizado para funções de representação com convidados oficiais, nomeadamente estrangeiros.

O agastamento de Mário Soares será tanto maior quanto se lhe devem as diligências que levaram o Governo de Macau a atribuir ao IPPC um subsídio de 200 mil contos para obras no palácio. Desta verba terão sido gastos 30 mil contos na limpeza do antigo Jardim das Damas e em algumas sondagens arqueológicas. Do resto - não se sabe...

A situação do Palácio é de há muito polémica. As suas obras de construção, iniciadas no final do século XVIII, nunca foram terminadas e a sua conclusão, a utilização a dar ao edifício e o seu enquadramento urbanístico têm dado origem a diversos projectos e planos - e a um dos primeiros «fumos de escândalo» da gestão Santana Lopes.

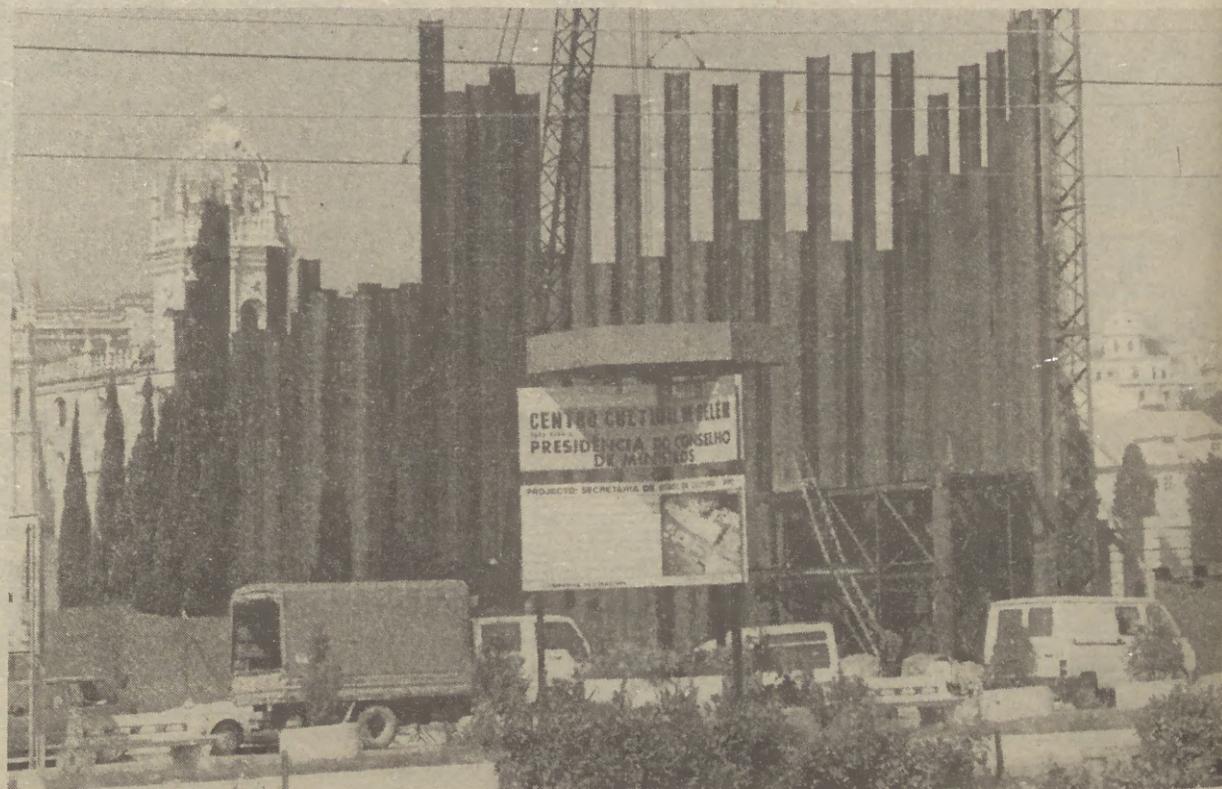
Quando da direcção do IPPC por António Lamas (demitido sumariamente por Santana Lopes), foi elaborado um plano de ordenamento da zona de Belém e da Ajuda, a cargo dos arquitectos Costa Lobo e Gonçalo Byrne. No quadro da aplicação deste plano, o Instituto propôs à então secretária de Estado o exercício do direito de opção na compra do prédio com os números 33 a 37 da Calçada de Ajuda e que se encontrava na área de salvaguarda do palácio. Teresa Patrício Gouveia aprovou e o Tribunal de contas visou a operação, que envolveria uma verba de 150 mil contos para comprar, nas palavras de António Lamas, «uma propriedade de seis mil metros quadrados na Calçada da Ajuda, com frente para duas ruas, confinando com uma outra de igual tamanho que já era pertença do Estado. Era um terreno estruturante no projecto de salvaguarda da Ajuda» («O Público» - 12/3/91). A escritura esteve marcada para 17 de Janeiro de 1990.

Para trás ficava já uma história pouco clara. A opção de compra fora tomada quando as proprietárias haviam decidido vender o terreno, após o IPPC se ter pronunciado desfavoravelmente contra um projecto de construção de dois blocos de 6 e 7 andares apresentado em 1989 pela firma de empreiteiros Alves da Silva. Nessa altura, o então presidente da CML, Nuno Abecasis, multiplicou-se em pressões junto do Instituto no sentido de viabilizar a construção, com um empenho e uma persistência que despertaram perplexidade nos serviços...

A 9 de Janeiro de 90 Santana Lopes toma posse; a 10 de Janeiro recebe os empreiteiros Alves da Silva e Duarte Júnior; a 16 de Janeiro ordena ao IPPC que anule a compra cuja escritura estava marcada para o dia seguinte!

No que foi considerado então uma transparente manobra de diversão para cobrir uma evidente medida de benefício dos empreiteiros, Santana Lopes ordenou um inquérito a António Lamas, então director do IPPC, quanto à proposta de compra do terreno e ao preço que fora fixado. A auditoria jurídica concluída em Março passado não encontrou qualquer irregularidade no processo.

Entretanto, a mudança do secretário de Estado para a Ajuda parece prometer mais desenvolvimentos. Fala-se de que a Galeria de Pintura do Rei D. Luís, ali instalada, irá ser sacrificada à montagem de gabinetes de apoio a Santana Lopes. Promete dar que falar uma exposição de jóias da coroa a realizar no Palácio em 15 de Julho e que envolve despesas faraónicas e medidas de segurança peculiaríssimas: anuncia-se que os visitantes não poderão parar em frente das vitrinas... Entretanto, a anunciada exposição «Josefa de Óbidos e o Tempo Barroco», anunciada para Janeiro de 1991, não se sabe quando se realizará. Mas, em qualquer dos casos, a mudança dos «tarecos» dos gabinetes da Avenida da República para a Ajuda terá custado a módica quantia de 14 mil contos! E o Museu Machado de Castro, em Coimbra, tem a água cortada por dívidas à EPAL.



Demissões, demissões e demissões

A passagem de Santana Lopes pela Secretaria de Estado da Cultura tem provocado um dos mais gigantescos movimentos de demissões da história daquele organismo. Seja por o secretário de Estado exibir uma fúria saneadora e persecutória que se está a tornar num factor de mal-estar nas próprias hostes governamentais, seja por numerosos quadros pura e simplesmente não estarem para tolerar as suas insolências e prepotências.

Quando Cavaco Silva, surpreendendo aliás gente de todos os sectores, nomeou Santana Lopes para substituir Teresa Patrício Gouveia (o cineasta João César Monteiro diria na altura que era «substituir uma Mona Lisa por um mono liso»...), houve quem afirmasse que a desgraça da secretária de Estado se deveria exactamente a uma relativa abertura que a levava a fazer nomeações de quadros da área do PS «e mesmo da área do PC». Coisa cavalcavelmente intolerável, já se vê...

A única coisa que desmentirá tal tarefa cometida a

Santana Lopes é que para ele os critérios partidários são mesmo insuficientes: tem ido tudo a eito, desde que pessoalmente lhe não quadre...

Sem preocupações de exaustão, recorde-se.

O IPPC já conheceu dois presidentes: António Lamas,

que ocupava o cargo quando Sanatana Lopes tomou posse, foi demitido (sendo instaurada uma auditoria à sua gestão que não revelou qualquer irregularidade, veja-se artigo sobre o Palácio da Ajuda nesta edição); Antero Ferreira, nomeado por Sanatana Lopes, não o

aguentou e demitiu-se em Janeiro deste ano. Os vice-presidentes do IPPC também tiveram mudanças: a arquitecta Margarida Veiga e Domingos Jerónimo foram demitidos e substituídos por dois protegidos do secretário de Estado, Eduarda Coelho, funcionária da SEC, e Vitor Duarte, que presidia à Caixa de Previdência dos Seguros (??).

Pelo caminho ficou igualmente o director do Teatro Dona Maria, Ricardo Pais, substituído por Agustina Bessa Luís num processo que deu brado.

Também Salgado Matos, presidente do Instituto Português de Cinema, foi demitido e substituído com geral surpresa pelo director do «Sete» Manuel Falcão.

Na Torre do Tombo começou por se demitir Baquero Moreno, houve depois o «caso» Martim Albuquerque, que apresentou a sua demissão e foi substituído por Borges de Macedo.

José Matoso também deixou o IPA. Raquel Henriques da Silva foi demitida de coordenador do Museu Nacional de Arte Contemporânea. Maria Alice Beaumont, conservadora do Museu Nacional de Arte Antiga, foi forçada a pedir a reforma num processo classificado de completamente tortuoso.

O caso de conflito mais recente, após a greve dos músicos e bailarinos do S. Carlos, é o da recusa dos premeados com o Prémio Garrett - entre os quais o encenador Luís Miguel Cintra - em receberem um prémio promovido pela SEC de Santana Lopes.

É indubitavelmente uma concepção muito dialogante de cultura. Como convém aliás ao almoxarife cultural de um homem que nunca tem dúvidas e jamais se engana...

O conselho...

Conselho de Defesa e Salvaguarda do Património (CDSP) é o nome de uma entidade criada por Santana Lopes presidida por si próprio e da qual fazem parte empresários e intelectuais. Por acaso o presidente da estrutura governamental responsável pela defesa do nosso património, Carlos Antero Ferreira, do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), está também representado neste conselho, assim como Carlos Monjardino, presidente da Fundação Oriente, João Macedo e Silva, das Refinarias de Açúcar Reúniadas, Augusto Athayde, do Banco Internacional de Crédito, Rui Machete, da Fundação Luso-Americana, ou José Roquete, do Grupo Valores Ibéricos.

Outras personalidades caras ao secretário de Estado e já por si chamadas em outras ocasiões apareceram em Fevereiro como fazendo parte do recém-criado CDSP: Borges de Macedo, Vasco Graça Moura e Agustina Bessa Luís são os exemplos. Finalmente conta-se ainda a presença do embaixador António Pinto França, de Francisco Hipólito Raposo e Azeredo Perdigão.

Esta comissão tem por tarefa detectar o património nacional, dentro ou fora do país, que necessite de cuidados de recuperação (atribuição até agora do IPPC) e desencadear acções para conseguir financiamentos privados.

Mesmo assim Santana Lopes prometeu para o CDSP verbas governamentais e do PIDDAC, enquanto são amplamente conhecidos os efeitos nefastos com que o IPPC se debate após os últimos cortes orçamentais.

Mas graças ao CDSP, Santana Lopes afirma que a década de 90 será a da «recuperação do património» e garantiu recuperações imediatas do Palácio de Queluz e do Instituto de Santo António.

Lembrou Santana Lopes que este instituto é em Roma sendo «a prova de que não estamos preocupados apenas com o património existente em território nacional», frisou...



**A «cultura»
segundo
Santana Lopes**

A aventureosa viagem de Nuno Gonçalves e Jerónimo Bosch

Os espanhóis não mandam; os belgas não quiseram; o Governo acha que é de mandar. É para Washington.

«As obras de arte não são para estar nas caves dos museus mas sim em exposição e a circular pelo País». Declarações à imprensa de Santana Lopes, justificando a anunciada cedência à National Gallery de Washington das que talvez sejam as obras de arte mais valiosas existentes no nosso país. Para participarem numa exposição comemorativa da descoberta da América por Cristóvão Colombo peças como os painéis de São Vicente ou «as tentações de Santo António» de Jerónimo Bosch vão ser retiradas do local onde estão, depois manipuladas e embaladas a fim de realizarem uma viagem de milhares de quilómetros, serem expostas aos olhares norte-americanos e de novo sofrerem o mesmo tratamento para um regresso ao nosso país onde, segundo se depreende das afirmações de Santana Lopes, talvez acabem por realizar uma *tournee*.

A até há pouco directora do Museu de Arte Antiga, Maria Alice Beaumont, ou o conservador de pintura do mesmo museu, José Luís Porfírio, já publicamente manifestaram o seu veemente

De tudo isto só não viajará a Custódia de Belém, por peritos norte-americanos (!) terem chegado à conclusão que a peça não resistiria a tais intenções.

É que desta vez a *vontade política* parece ter-se sobreposto a tudo, justificando viagens de responsáveis nacionais aos Estados Unidos para alegadas análises das condições de segurança. Vasco Graça Moura, da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses (CNCDP); o historiador de arte Pedro Dias e Borges de Macedo, director da Torre do Tombo, foram os escolhidos.

Graça Moura e Pedro Dias deram já o seu *sim* à ida das peças, enquanto em Portugal um grupo de peritos em História de Arte da CNCDP convocado para o efeito afirmava-se «não competente» tecnicamente para apreciar dos riscos que as obras poderão correr caso venham a ser transportadas.

Não é do conhecimento público que algum perito na conservação deste género de peças tenha acompanhado a delegação que foi aos Estados Unidos ou



desacordo: é que independentemente de todas as medidas de segurança que se possam tomar, peças deste tipo são particularmente sensíveis à humidade, temperatura ou trepidação. O que poderá suceder depois da viagem aos Estados Unidos, é que nem nos museus onde residem estas obras, elas eventualmente terão condições para ser expostas ao público.

A história começou logo por um *truque* utilizado pelos americanos: em vez de entrarem em negociações com os directores dos museus em causa - como é tradição em todo o mundo e eticamente recomendado e aceite entre os profissionais da área - contactaram directamente os responsáveis governamentais. Tal terá ficado a dever-se por no princípio da década de oitenta um pedido semelhante ter sido recusado a um outro museu norte-americano. Assim desta vez solicitou-se ao Governo as seguintes cedências: Tríptico de São Vicente, a Custódia de Belém, o Relicário de Aviz, o Livro de Horas de D. Manuel e «As Tentações de Santo António» de Bosch.

sido convocado para um parecer formal.

Exemplos internacionais de recusas a pedidos deste tipo são mais que muitos: na organização de uma iniciativa com as dimensões e a importância da *Europália* os responsáveis belgas foram os primeiros a dizer não a viagens de obras de arte deste tipo, e países possuidores de obras de Bosch como a Espanha, Áustria, Holanda e a própria Bélgica recusam-se a ceder as peças.

Outro argumento de Santana Lopes é que os americanos emprestariam a Portugal uma colecção de pintura impressionista e quatro pinturas de mestres do Renascimento. Trata-se de uma exposição preparada para fazer uma digressão europeia e o secretário de Estado contentar-se-á com o facto de os portugueses serem os primeiros europeus a ver as obras...

Quanto ao interesse na participação nacional nessa exposição, convirá dizer, por exemplo, que aos espanhóis, *patronos* da viagem de Colombo, nada do género foi pedido. A negativa seria certa...

S. Carlos: a música e o silêncio

A música, o ensino da música e a situação das orquestras sinfónicas, com os recentes desenvolvimentos no Teatro Nacional de São Carlos a envolver toda a companhia do único teatro de ópera do país, são outros dos *casos* Santana Lopes que têm motivado tomadas de posição públicas, como é o caso de um excerto aqui publicado de um documento entregue aos jornalistas durante uma conferência de imprensa dada pelo PCP no passado dia 21 de Março e onde os comunistas se debruçaram sobre «a política cultural» do Governo PSD.

«O PCP sublinha a sua apreensão quanto ao projecto de destruição do Teatro Nacional de S. Carlos, único Teatro de ópera do Estado; reafirma a sua solidariedade aos bailarinos, músicos e técnicos - em luta por melhores condições de trabalho, valorização profissional e salarial - e repudia a posição prepotente e arrogante assumida pelo SEC.»

«Com o 25 de Abril foram criadas condições para que o TNSC passasse a ter uma missão cultural efectiva mas a política de direita tem dificultado esse objectivo, através de responsáveis incompetentes que realizam uma política que, em vez do desenvolvimento das componentes activas da ópera em Portugal, programando novas produções, seleccionando repertórios de acordo com a ocupação permanente e as perspectivas de desenvolvimento da companhia residente; em vez de se apoiarem no trabalho colectivo de cantores, coro e orquestra residentes, optam pelo vedetismo e sensacionalismo. Com tais perspectivas tem-se vindo a perder o benefício que poderia resultar do contacto com companhias estrangeiras, do intercâmbio com outras culturas músico-teatrais. A existência de profissionais competentes e de algumas produções que romperam com esta lógica mais evidencia o erro das opções dominantes.»

«O TNSC funciona como entreposto e financiador de companhias, empresas e produções estrangeiras. Os artistas passaram a ser pagos para não cantar, os maestros para não reger. Os compositores nacionais não são representados. O número de récitas, nos últimos tempos, estima-se em metade do que seria possível fazer. Procura-se alienar a orquestra enquanto se contratam orquestras estrangeiras. Faz-se pesar sobre o orçamento do TNSC uma dispendiosa estrutura burocrática em prejuízo da produtividade artística e cultural.»

«O projecto que este Governo e este secretário de Estado animam é o de transformação do TNSC em empresa comercial, sem artistas permanentes, com o afastamento a curto prazo da Orquestra Sinfónica e, posteriormente, da Companhia Nacional de Bailado; é o projecto de um TNSC esvaziado da função de produção artística, incompatível com uma tradição de ópera nacional, na continuidade de uma política que já levou à extinção das orquestras sinfónicas de Lisboa e Porto.»

«O PCP apoia a atitude de todos quantos preconizam um diálogo de todas as partes interessadas - a começar pelos corpos artísticos do teatro - no sentido de se encontrarem soluções consensuais para uma política cultural do Teatro que consagre a sua optimização económica mas também a redução do peso de encargos não produtivos, programas de acção, responsáveis competentes e oriundos deste sector, preocupados com a produção artística e cultural do Teatro cujo bicentenário se aproxima.»

«O PCP entende que, tal como na maior parte dos Teatros europeus, se impõe, sem tibiezas, assegurar no nosso país a existência de uma orquestra sinfónica, um coro, um corpo técnico, uma companhia de bailado e uma companhia de cantores residentes, em regime de profissionalização total; enfim, um teatro nacional de ópera, com produção de qualidade musical e teatral como têm defendido paralelamente com outras reivindicações, os trabalhadores do TNSC.»

«O PCP salienta que a política em relação ao TNSC não pode ser desligada da política cultural para a música onde, por um lado, se acentua a contradição entre o crescimento das actividades musicais de consumo e a redução de infra-estruturas mínimas no campo da educação e da formação, gestão e organização, instalações e equipamento. Prolonga-se a crise do ensino da música, em todos os seus níveis, com a justificação de que não há dinheiro quando o que falta é a iniciativa, a qualificação e o apoio às instituições.»

«O Conservatório, como ensino superior de Música, deixou de existir. Desmembrado e extinto, levianamente, ficou como Escola Secundária, sendo a Escola Superior de Música formada à custa desse desmembramento e os professores para esta recrutados sem critérios pedagógicos. A formação de mais profissionais de música foi assim posta em causa. Impõe-se a recuperação do Conservatório com professores recrutados na base de



critérios adequados - provas e concursos de admissão. Não falta dinheiro. O que impera é o desvio de verbas para uma política demagógica que, em vez de promover a criatividade nacional como parte integrante de um efectivo intercâmbio com o estrangeiro a aliena ao consumismo imediato e sem futuro. A organização e gestão das instituições deve progressivamente ser confiada a profissionais deste sector com rejeição do amadorismo ou de uma gestão dominada por concepções consumistas. As carências na área do património musical são também grandes na Biblioteca Nacional. Escassos ou nulos são os apoios a bandas e filarmónicas, a inventariação e estudo sistemático das manifestações musicais populares, a edição de música impressa. A ausência de departamentos oficiais próprios para a Música também é sentida.»



A "cultura" segundo Santana Lopes

TRABALHADORES

Encontro Lisboa-Madrid

O terceiro Encontro de Sindicalistas Lisboa-Madrid está marcado para 12 a 14 do corrente num hotel da zona de Lisboa. A iniciativa decorre sob o lema «Viver Melhor numa Europa Social».

Segundo a União dos Sindicatos de Lisboa, participam no 3.º Encontro cerca de 200 sindicalistas, sendo setenta de Madrid (Comisiones Obreras) e os restantes portugueses.

Torneio de natação

O 4.º Torneio Aberto de Natação da Função Pública efectua-se em 27 do corrente, a partir das 14 horas, na Piscina do Sport Algés e Dafundo.

Conforme se sabe, este torneio integra-se no calendário de provas especiais organizado pelo Inatel por ocasião do 1.º de Maio.

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, ao anun-

ciar a prova, sublinha que ela surge «naturalmente no âmbito do funcionamento das escolas de natação do Sindicato».

Ao assegurar que se trata da «maior iniciativa nacional na natação para trabalhadores», o Sindicato acrescenta sobre o mesmo torneio que as escolas de natação do STFPSA «têm uma frequência de mais de 1500 alunos, adultos e crianças».

Discriminação

A discriminação das mulheres no que respeita à atribuição de prémios pelas empresas foi analisada recentemente em Lisboa pela respectiva comissão nacional da CGTP.

Os motivos apontados relacionam-se com a maternidade. As mulheres são penalizadas relativamente aos prémios por causa da licença de maternidade, aleitação e consultas pré-natais.

O 8 de Março, um dos motivos da reunião das mulheres da CGTP, foi considerado motivo de «múltiplas e variadas actividades» que «envolveram milhares de trabalhadores».

A comissão nacional marcou para 8 e 9 de Novembro próximo a 3.ª Conferência Sindical das Mulheres Trabalhadoras.

Ainda quanto à discriminação, foi feito um apelo ao «boicote aos depósitos» no BCP por discriminar as mulheres no acesso ao emprego.

A comissão disse ainda não à discriminação das mulheres no desporto, sublinhando que ainda recentemente na maratona de Lisboa os prémios das mulheres foram significativamente inferiores aos dos homens.

Não impor a pré-reforma

A propósito de três propostas de lei apresentadas pelo Governo à consideração dos sindicatos e dos trabalhadores, o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa (CESL) destaca que «é imperativo estabelecerem-se, em termos legais, medidas inibitórias que impeçam o empregador de impor o acordo de pré-reforma ao empregado».

Além desta última questão, o CESL pronuncia-se também sobre «protecção social nos casos de reestruturação de empresas» e quanto «à impenhorabilidade dos bens das associações sindicais e patronais».

O CESL sublinha, no que respeita à primeira das que-las propostas, em fase de apreciação pública, que a

actual redacção «deposita nas mãos dos empregadores instrumentos de coacção, particularmente quando estipula o valor de 25 por cento da última remuneração mínima como prestação liminar da pré-reforma».

Para o CESL esse limiar deve ser aumentado, dados os baixos salários nacionais. O limite deve ser de 50 por cento, acrescenta o Sindicato, que tece ainda outras considerações negativas em relação a essa proposta do Governo.

Quanto à impenhorabilidade, o CESL emitiu parecer favorável. Sobre a segurança social, a direcção do Sindicato não se pronuncia, esperando pelo «posicionamento oficial adoptado sobre a matéria pela Segurança Social».



Não foi por falta de intervenção pública que os professores se viram obrigados a recorrer à greve. Na foto: manifestação em Lisboa, em frente ao Ministério em 7 de Março

Indignação dos professores

De acordo com afirmações públicas do secretariado nacional do SPGL, «gerou nos professores a maior indignação e o mais vivo repúdio» a notícia (via RTP) segundo a qual — citamos o Sindicato — «o Ministério da Educação se preparava para, administrativamente, fazer publicar pautas de conselhos de turma não realizados».

Mas segundo aquele Sindicato (dos Professores da Grande Lisboa), a adesão à greve não foi afectada por essa «contra-ofensiva» ministerial, pois as paralisações no que respeita aos conselhos de turma atingiram mais de 90 por cento no segundo dia do período a isso destinado.

Os conselhos de turma não efectuados atingiram essa percentagem média

avaliada «de forma equitativa em todas as regiões do País».

Num comunicado de 26 de Março, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa acrescentava que «os professores portugueses encaram, como sempre encaram, o acto de avaliar os alunos como um acto pedagógico. Cabe ao conselho de turma fazê-lo, sob proposta de cada um dos professores. Alterar isto seria alterar a substância da avaliação. Seria prejudicar os alunos. Seria ferir de forma indigna uma função nobre que os professores sempre encaram com a maior responsabilidade e seriedade. E os professores responderão a este ultraje».

No mesmo dia 26, respondendo a uma convocação do SPGL, efectuava-se

em Lisboa uma reunião de cerca de 300 elementos de conselhos directivos das escolas preparatórias e secundárias da sua área sindical (Grande Lisboa).

Do texto de uma moção pormenorizada que essa reunião aprovou depreende-se que os professores estão na firme disposição de manterem o seu protesto activo perante qualquer tentativa de rebaixar a sua dignidade, designadamente quando um membro do Governo declara aos órgãos de comunicação social que o processamento indevido de vencimentos se devia a «anomalias cometidas pelos conselhos directivos» (citar-se o texto da moção).

No entender dos sindicalistas, não houve anomalias.

Na mesma moção, os 300

membros de conselhos directivos reafirmaram que «é inadmissível que o Ministério da Educação e o Governo tão levemente ponham em causa a dignidade profissional de professores que legitimamente cumpriram a legislação em vigor».

De facto — acrescenta a moção — «os conselhos directivos não aceitam ser acusados de terem aplicado as normas constantes dos Decretos-Lei 409/89, 139-A/90 e na Portaria 1218/90, cumprindo as orientações da circular 2/91 do Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação, que mandava proceder já em Fevereiro aos pagamentos actualizados de acordo com os 13,5 por cento de revisão salarial, a aplicação de novos índices e a mudança de escalões».

EDUCAÇÃO

Ministro desafiado para a TV

No seguimento das acções de luta desenvolvida pelos professores do ensino básico e secundário, o ministro Roberto Carneiro foi desafiado publicamente pela Fenprof a debater com esta Federação num frente-a-frente televisivo «a actual situação vivida nas escolas portuguesas».

Numa nota do secretariado, subscrita por Linhares de Castro, a Imprensa foi informada de que a Fenprof (Federação Nacional dos Professores) sugeriu à RTP que transmitisse esse programa destinado a explicar em conjunto aos portugueses «tudo o que está em jogo» nesta questão que levou os docentes à greve às avaliações.

Nos termos da nota do secretariado (direcção) da Fenprof, trata-se «da melhor maneira — porque mais viva, porque mais isenta — de veicular a infor-

mação sobre a matéria» sem a necessidade de recorrer «a comunicados que desmentem notas officiosas, ou de notas officiosas que contestam comunicados».

Entretanto, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) anunciava que acaba de negociar um seguro de saúde com uma companhia sediada em Lisboa. O seguro cobre o internamento hospitalar de todos os associados do SPGL que são cerca de vinte mil.

Em 28 de Março findo, o mesmo sindicato acrescentava que o seguro permite ainda o acesso a cuidados de saúde em «condições facultativas muito favoráveis» ao restante agregado familiar dos docentes associados, incluindo os cuidados em regime ambulatório, abrangendo assim um universo de cinquenta mil pessoas.

TRABALHADORES

Anunciada greve na EDP

Uma greve na EDP marcada para 17 do corrente figura entre as formas de luta anunciadas para os últimos dias do mês passado e para Abril em curso.

Segundo uma nota de Imprensa da DORL do PCP, essa e outras acções assinalam o desenvolvimento das lutas dos trabalhadores e o seu aprofundamento no distrito de Lisboa.

A nota, depois de sublinhar que «a manifestação de 16 de Março constituiu um importante estímulo» à ampliação das lutas, refere

que «a política de confronto social prosseguida pelo Governo PSD/Cavaco Silva» reforça a «necessidade de uma política democrática e de um novo Governo».

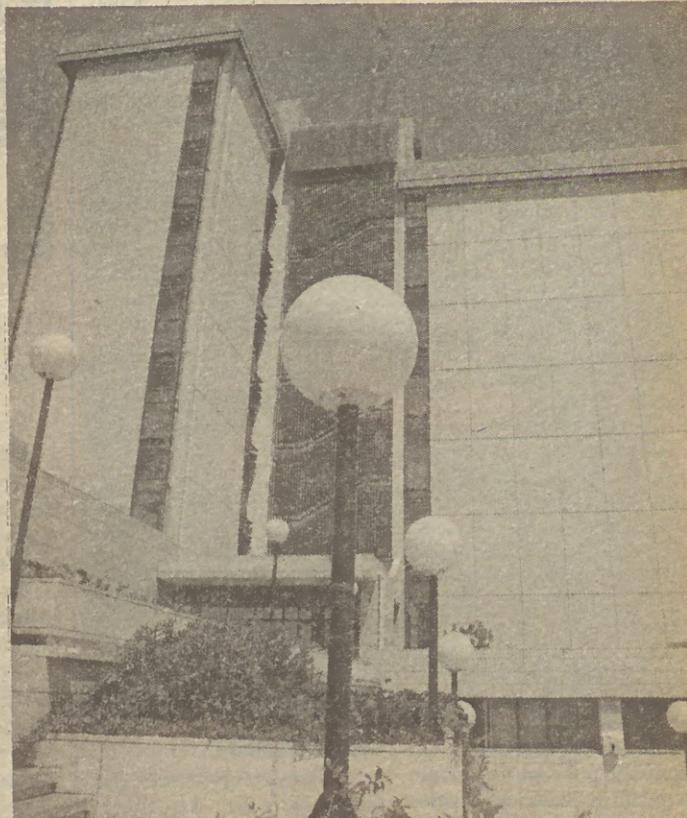
A DORL do PCP, na nota do seu gabinete de Imprensa, enumera os sectores que estiveram e vão estar em luta (agentes policiais, professores, Administração Central e Local, guardas prisionais, museus, hotelaria, material eléctrico, sector fabril das Forças Armadas, cervejeiras; e empresas: Braz & Braz,

Mercauto, Sorefame, Cablesa, CP, Carris, TAP, Papelaria Fernandes, EDP, AGA, CTT, RN e AEP, entre outras).

Entre os sectores mencionados a nota da DORL destaca a Administração Pública onde «está em curso um processo de luta em torno das carreiras, com particular incidência na semana de 3 a 10 de Abril».

Nos museus, além das greves no período da Páscoa, está em aberto a possibilidade de novas greves em 24 e 25 de Abril, 11 e 12 de Maio e 12 e 16 de Junho.

A jornada de luta na EDP foi decidida a partir de propostas apresentadas em plenário nacional de representantes dos trabalhadores desta empresa pública pelos sindicatos da CGTP e da UGT. O plenário efectuou-se em 22 de Março findo. Apelou à unidade e convergência, em defesa dos postos de trabalho, dos direitos dos trabalhadores, e pela «continuidade da EDP como empresa única»



CGTP e CES

Gregos apoiam adesão

Esteve em Lisboa, de 25 a 27 de Março, uma delegação da Confederação Geral do Trabalho da Grécia. A GSEE visitou Portugal a convite da CGTP-IN. Os sindicalistas gregos apoiaram a adesão da Central portuguesa à Confederação Europeia de Sindicatos (CES).

A CGTP-IN fez distribuir sobre o assunto o seguinte comunicado, em 27 de Março findo:

«De 25 a 27 de Março de 1991 uma delegação da GSEE — Confederação Geral do Trabalho da Grécia — visitou Portugal a convite da CGTP-IN.

«Na ocasião, a delegação da GSEE manifestou o seu apoio à adesão da CGTP-IN e de outras organizações à Confederação Europeia dos Sindicatos, contribuindo assim para o reforço desta organização e para a acção sindical unitária dos trabalhadores europeus.

«No plano europeu, a CGTP-IN e a GSEE, que consideram a existência da CES como um factor positivo, sublinham a importância do reforço da sua acção no quadro da internacionalização do capital e perante o qual o movimento sindical europeu não tem conseguido encontrar os meios de resposta necessários.

«As duas organizações consideram que, em simultâneo com o estabelecimento do Mercado Interno em 1993, é necessário impor a coesão económica e social na Europa, com a salvaguarda dos direitos e conquistas dos trabalhadores europeus e com vista à

construção de uma Europa democrática e solidária que terá como seu centro o homem trabalhador.

«A delegação da GSEE, que era composta por L. Kanellopoulos, presidente, por D. Kostopoulos, secretário-geral, e por Vasso Kratimenou, membro do departamento internacional, teve no decorrer da sua visita conversações com a direcção da CGTP-IN.

«Durante as conversações, as duas delegações intercambiaram informações sobre a situação económica, social e política nos dois países, tendo constatado a existência de numerosas similitudes.

«Nesta perspectiva, a CGTP-IN e a GSEE reafirmaram a necessidade do aprofundamento da cooperação sindical multilateral, nomeadamente sobre os problemas que mais afectam os trabalhadores da Europa do Sul e da região do Mediterrâneo!

«Neste contexto reafirmam a necessidade de um empenhamento consequente da Organização das

Nações Unidas, com a implementação de todas as suas resoluções pacíficas, nomeadamente no que se refere à resolução da situação no Médio Oriente e, em especial, da questão palestina, bem como a da ocupação ilegal de parte da ilha de Chipre pelas autoridades turcas e de Timor Leste pelo governo indonésio.

«A CGTP-IN e a GSEE felicitam-se por esta visita que permitiu uma frutuosa troca de opiniões e de contactos entre os representantes dos trabalhadores da Grécia e de Portugal. Esta visita permitiu igualmente um aprofundamento das relações de amizade fraternal e de cooperação entre as duas organizações baseadas nos princípios de solidariedade e da luta de classes e da unidade de acção em defesa dos interesses comuns, da justiça social, da igualdade e pelo fim da manipulação e da exploração do homem pelo homem.

«A delegação da GSEE convidou a CGTP-IN a visitar a Grécia, em data a acordar oportunamente».

NSR nas lutas da FP

Tal como na classe dos enfermeiros, com greve anunciada para a segunda quinzena deste mês, a questão das carreiras e do chamado novo sistema retributivo (NSR) para a Função Pública (FP) estão de um modo geral na base de todas as lutas reivindicativas dos últimos meses. O mesmo acontece agora com os serviços prisionais, onde os guardas entraram em greve.

Segundo a Federação sin-

dical do sector (FNSFP), a paralisação de 1 e 2 do corrente de cerca de 1800 trabalhadores, técnicos superiores, técnicos, administrativos e de outras carreiras gerais e específicas do Instituto de Reinserção Social (IRS) teve uma adesão elevada e atingiu os 100 por cento nos serviços prisionais.

A FNSFP afirmava em 1 do corrente que as matérias-motivo das greves «foram objecto de acordo

Reclamada a suspensão das privatizações

O Governo não fez a reflexão necessária sobre o processo de privatizações que tem incidido no sector empresarial do Estado, afirma a CGTP.

Numa reunião em Lisboa com as uniões sindicais e sectoriais das comissões de trabalhadores, a Central reclamou da Assembleia da República que dê andamento a uma petição ali entregue em Dezembro do ano passado e na qual se reclama «a suspensão do processo de privatizações e a sujeição de cada caso a uma profunda análise».

Na reunião em que participou também a CIL (coordenadora das CTs de Lisboa) e a coordenadora das CTs da banca, o Governo foi criticado por não aproveitar convenientemente «a pausa a que a guerra do Golfo o obrigou no processo de privatizações para fazer a reflexão necessária em termos nacionais e consequentemente reconsiderar todo o processo de privatizações».

O comportamento do Governo em matéria de contratação colectiva foi

criticado também. Disse-se na reunião, segundo comunicado de 23 do mês passado, que «enquanto a média dos acordos já estabelecidos na contratação para 1991 é de 16 por cento, nas empresas públicas assiste-se à tentativa de limitar os aumentos salariais a 13,5 por cento».

Nessa situação estão empresas tão importantes

como a Tabaqueira, Siderurgia, Petrolgal, EDP, TAP, CP e Epac.

Concluiu-se ainda na mesma reunião que «os sindicatos e os trabalhadores do sector empresarial do Estado continuam apreensivos com o facto de se manterem associados às privatizações o desmembramento de empresas, a violação dos direitos dos trabalhadores e a diminuição do emprego».

Razões da greve nos museus

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, ao anunciar há dias que tudo tem feito para «desbloquear o conflito» nos museus e palácios dependentes do Instituto IPPC, sublinhava os motivos da greve que ameaça prolongar-se por outros períodos de feriados e festas nacionais.

A Federação apontava em 22 de Março findo os «principais motivos do conflito», a saber:

- Garantia de pagamento dos vencimentos de Março e seguintes aos trabalhadores contratados;
- Pagamento das horas extraordinárias em atraso, devidas por trabalho prestado aos feriados;
- Aplicação do NSR (Novo Sistema Retributivo) a todos os trabalhadores desde 1 de Outubro de 1989;

• Pagamento do prémio de produtividade aos trabalhadores oriundos do Ministério das Finanças, em atraso desde 1 de Outubro de 1989;

• Aprovação dos diplomas relativos aos acordos estabelecidos (e assumidos) com o IPPC quanto à aplicação do horário de 35 horas semanais e criação da carreira de técnico auxiliar de museus;

• Reabertura de negociações para conclusão do processo negocial sobre as restantes carreiras de museus e palácios;

• Abertura de concursos de ingresso e acesso nas carreiras;

• Garantia dos contratos de trabalho até ao descongelamento dos concursos, preenchimento total e alargamento das vagas.

O ABSURDO ACONTECE

Apesar da reconhecida falta de enfermeiros em Portugal, os candidatos aos concursos internos abertos em 1988 pela Administração Regional de Saúde do Porto continuam sem resposta. Por preencher estão desta forma 271 lugares na categoria de enfermeiro de 2º grau, destinados a vários centros de saúde do distrito, embora as listas classificativas com os respectivos nomes tenham sido homologadas em Novembro de 1989.

O PCP exigiu já, através do deputado Júlio Antunes, que o Ministério da Saúde tome as medidas necessárias para desbloquear a situação, da qual «resultam vários prejuízos pessoais, bem como a diminuição da quantidade e qualidade dos serviços prestados nos vários centros de saúde». Refira-se por último que no Porto a falta de enfermeiros atinge em geral 30 por cento, atingindo nalguns casos os 50 por cento, enquanto a média de idades anda pelos 50 anos.

ESTUDANTES SÃO OS QUE PAGAM

«Quem paga são os estudantes», afirma a organização do ensino secundário da JCP a propósito da forma como o Governo pretende resolver o seu conflito com os professores. Segundo esta estrutura de jovens comunistas, o despacho governamental que permite que sejam afixadas as notas de apenas três disciplinas traz consequências gravosas para os estudantes. A razão invocada é que as notas não serão discutidas por todos os professores em conselho de turma, deixando de haver ponderação colectiva sobre as classificações. Preocupante é também o facto de não se saber quando serão conhecidas as notas que ficaram por atribuir. Por tudo isto, a JCP exige que o Governo solucione o diferendo de modo a não trazer problemas aos estudantes nem indefinições quanto ao seu futuro.

**EM FESTA**

«Em Festa» é como foi designada uma iniciativa da JCP, que se realiza no terreno da Atalaia, no concelho do Seixal, nos dias 11 e 12 de Maio. A organização prevê um acampamento com fogo de campo, provas desportivas, skate, música, um vídeo gigante e um baile popular. Neste ambiente de convívio haverá ainda espaço para debates sobre temas de interesse geral.

OBJECTORES AGUARDAM

O secretariado da JCP distribuiu uma nota à imprensa, a propósito do anúncio feito na passada segunda-feira pelo secretário de Estado sobre a objecção de consciên-

cia. Segundo a JCP, a actual proposta nada acrescenta em relação ao projecto de lei apresentado recentemente pelo grupo parlamentar do PCP, cujo agendamento considera ser da maior urgência. Por outro lado, a responsabilidade pela ineficácia do regime transitório previsto na lei é inteiramente imputável ao Governo PSD, que nunca tomou as providências administrativas necessárias para a definição de milhares de jovens abrangidos por esse regime, nem sequer para a atribuição de documentos que certifiquem a legalidade da situação. O comunicado recorda também que já em 1988 o PCP havia proposto na AR a isenção do serviço cívico e militar para os jovens em causa, o que o PSD sempre recusou.

BAIXO TÂMEGA

O desenvolvimento dos concelhos de Amarante, Baião e Marco vai ser tema de um encontro previsto para o próximo sábado na Câmara Municipal de Amarante. Confirmada está já a presença de Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP. Os trabalhos decorrerão em plenário, onde serão apresentadas intervenções de base de discussão sobre temas como a agricultura e floresta, indústria, turismo, educação e cultura, saúde, infra-estruturas, equipamentos sociais, vias de comunicação, juventude, mercado de trabalho, regionalização e CEE e os fundos comunitários.

EXCURSÕES PARA O TERRENO

Faltam ainda alguns meses, mas nunca é cedo para começar a preparar a festa do «Avante!». Esta é pelo menos a opinião da Comissão Concelhia de Espinho do PCP que se dispôs já a organizar excursões para o local, podendo os interessados contactar o Centro de Trabalho de Espinho, na Rua 8 nº 333 ou fazê-lo pelo telefone 721024. Recorde-se que esta grande realização do PCP está marcada para os dias 6, 7 e 8 de Setembro, no terreno da Quinta da Atalaia, no concelho do Seixal.

DEBATES EM S. MIGUEL

A comissão de Ilha de S. Miguel do PCP decidiu, em reunião realizada no passado dia 25 de Março, promover durante os meses de Abril, Maio e a primeira quinzena de Junho, reuniões para debate e contactos com toda a organização. À apreciação dos militantes serão colocados o programa de actividades e as orientações fundamentais da comissão de ilha, bem como a sua estruturação interna e respectiva composição.

Com base nos resultados do debate e dos contactos efectuados, realizar-se-á uma reunião alargada de quadros que irá pronunciar-se sobre a composição, funcionamento e programa da nova comissão de ilha. No sentido de orientar o debate, vai ser posto em circulação um documento que aborda as eleições de 91 e 92, o reforço do Partido na ilha, quer no plano da organização quer nas áreas prioritárias de acção da futura comissão.

IV ASSEMBLEIA DA ORPOR

Romper o atraso combater as assimetrias

Os comunistas de Portalegre analisaram a situação do distrito e defendem um plano integrado de desenvolvimento

Realizada no passado dia 10 de Março, a IV Assembleia da Organização Regional de Portalegre do PCP fez uma análise e elaborou propostas para o desenvolvimento económico, social, cultural e político do distrito.

As conclusões aprovadas constam num manifesto dirigido à população, onde se lê que «os comunistas entendem que existem condições, potencialidades e força humana criadora para promover o desenvolvimento da região». Como medida necessária, a assembleia apontou a criação de um plano integrado de desenvolvimento «que aproveite os recursos endógenos, incremente o investimento e a produtividade, assente numa economia mista geradora de mais postos de trabalho e preserve o património natural».

Mais adiante o texto afirma que o desenvolvimento económico deverá basear-se «numa política agrícola que termine com o latifúndio, no quadro de uma reforma das estruturas fundiárias em que coexistam cooperativas geridas pelos trabalhadores e explorações privadas dos pequenos e médios agricultores e outras estruturas produtivas não latifundistas». Uma correcta política de «utilização do solo e do redimensionamento do espaço rural, de racionalização e aproveitamento dos perímetros de rega do Sorraia e Caia e a urgente concretização das barragens Apertadura e do Pisão», foram igualmente medidas preconizadas pela assembleia, que se pronunciou por uma estratégia florestal que salvasse as espécies, rentabilize a produção e melhore a regeneração dos povoamentos e da sua sanidade. Neste capítulo foi também exigido a revisão da lei da caça, o aproveitamento dos recursos cinegéticos, nas vertentes económica, lúdica e turística.

O PCP considera que no distrito de Portalegre é urgente criar condições de apoio à indústria, com destaque para o sector têxtil, madeireiro e corticeiro, indústria química, do granito, de torrefação do café e das águas minerais.

A assembleia afirmou que o «desenvolvimento deve ter como objectivo melhorar a qualidade de vida e contribuir para uma maior justiça social». É neste sentido que são reivindicados recursos técnicos e humanos e instalações condignas para os centros de saúde, a abertura imediata de unidades de internamento em Campo



A assembleia afirmou que o desenvolvimento deve ter como objectivo melhorar a qualidade de vida e contribuir para uma maior justiça social

Maior, Crato, Monforte e Marvão e a construção de unidades de internamento em Fronteiro e Ponte de Sor. A ORPOR pretende ainda a construção do Hospital Distrital de Elvas, bem como a integração e articulação dos serviços de saúde nas suas vertentes de promoção, prevenção e reabilitação de modo a permitir ao cidadão a continuidade dos cuidados de saúde.

Outros aspectos foram analisados como a educação, habitação, solidariedade e

apoio social, reclamando-se que para o «distrito mais envelhecido do país seja assegurada cobertura de centros de apoio à terceira idade e acesso não discriminatório aos centros de dia e lares. Na área cultural, os comunistas de Portalegre são pela preservação do património monumental e arqueológico, sustentam que se deve repensar as expressões museológicas existentes e criar o museu das tapeçarias de Portalegre.

O desenvolvimento am-

bicionado para a região passa pela regionalização e o poder local. Neste âmbito, a assembleia concluiu que «a criação de regiões administrativas é um imperativo constitucional, na edificação do poder político, um factor de desenvolvimento de mobilização dos recursos endógenos, cujas carências, objectivos e prioridades devem ser resultados da intervenção participativa e vontade dos eleitores.

Sobre as próximas eleições para a Assembleia da República, foi aprovado o objectivo de reforçar o resultado eleitoral da CDU, o que é possível, tendo em conta a votação na candidatura de Carlos Carvalhas nas últimas presidenciais. Este propósito liga-se à determinação manifestada de fortalecer o PCP, torná-lo mais jovem e mais actuante. Foram definidas como áreas prioritárias de trabalho do Partido o movimento sindical, as autarquias, o desenvolvimento económico, a agricultura, a saúde, a juventude, os reformados, o movimento associativo e cultural, prevendo-se a realização de iniciativas sobre o desenvolvimento regional e jornadas legislativas, terceira idade, juventude e direitos dos trabalhadores.

Entretanto, a Direcção da ORPOR, reunida em plenário no passado dia 23 de Março, procedeu à eleição dos órgãos executivos, aprovou as áreas prioritárias de trabalho, bem como analisou e aprovou o orçamento para 1991 e o plano de iniciativas, nas quais se destacam a realização das Jornadas Legislativas nos próximos dias 12 e 13 de Abril, um encontro sobre Ponte de Sor e a visita do eurodeputado Joaquim Miranda nos dias 12 e 13 de Abril.

70.º Aniversário

Várias iniciativas, realizadas ao longo do mês de Março, assinalaram nos Açores e Madeira a passagem do 70º aniversário do PCP. Os comunistas açorianos promoveram convívios em Ponta Delgada, Horta, Angra do Heroísmo, nesta última por iniciativa da JCP, que reuniram centenas de militantes e simpatizantes do PCP. Ainda inserido nas comemorações, a DORAA divulgou um documento em conferência de imprensa, que teve cobertura da RTP e da RDP e o dirigente comunista Mário Abrantes concedeu uma entrevista à RDP sobre a efeméride. Também João Decq Mota deu quatro entrevistas e depoimentos a diferentes estações de rádio. A organização da Madeira realizou um almoço comemorativo do 70º aniversário, efectuado no Funchal, que contou com oitenta e quatro pessoas. Decorreram ainda três acções de distribuição de um folheto alusivo, com uma tiragem de 3500 exemplares.

Na emigração, foram muitos os comunistas que nos vários países onde vivem e laboram promoveram iniciativas dedicadas aos setenta anos do PCP.

Assim, em França, tivemos notícia de convívios nas cidades de Paris, Nemours e Bordéus. Na Finlândia, os militantes do PCP fizeram uma banca e um painel expositor, no quadro da União de Esquerda da Finlândia. No Luxemburgo, durante um jantar organizado na capital, Lux-Ville, foi projectado um vídeo alusivo à data. Na RFA, na cidade de Hamburgo, teve igualmente lugar um encontro de militantes e simpatizantes do PCP que realçou aspectos da história do Partido. Nas cidades suíças de Geneve e Neuchatel, os portugueses comunistas evocaram o acontecimento com intervenções feitas por militantes locais. Na Austrália, efectuou-se um almoço, onde se mostraram vídeos, bem como se promoveram provas desportivas. Do Brasil tivemos notícia de convívios, um realizado em S. Paulo, à volta de um churrasco, e outro no Rio de Janeiro. Também em Angola se realizaram convívios e festas que marcaram o aniversário do PCP neste país de África.

Governo acorda tarde para a crise dos têxteis

O PCP vem desde há muito alertando para a necessidade de medidas de defesa do sector têxtil, mas as promessas do Governo só surgem em vésperas de eleições

A situação nos têxteis foi motivo recentemente para uma conferência de imprensa realizada no Porto, onde Agostinho Lopes apresentou uma declaração em nome da comissão organizadora das Jornadas sobre o sector, que foram anunciadas para domingo, 7 de Abril, na cidade de Guimarães. O debate terá como participantes e convidados especialistas e deputados da Assembleia da República e do Parlamento Europeu, alguns dos quais de Espanha e França. Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, encerrará os trabalhos. No encontro com os jornalistas, estiveram igualmente presentes Emídio Ribeiro e António Lopes, ambos da Comissão Executiva Nacional do CC do PCP, e, respectivamente, da DORP e da DOR Braga.

O documento divulgado chama a atenção para o facto de «com a aproximação das eleições legislativas, o Go-

verno ter descoberto a crise da indústria têxtil e em particular a situação crítica do Vale do Ave». Multiplicam-se assim as visitas, inaugurações, discursos, decretos e promessas, sem que tal possa ilibar o Executivo PSD das responsabilidades de uma política que nunca teve uma estratégia interna e externa para uma actividade que representa 28 por cento do emprego, 20 por cento do valor acrescentado bruto da indústria transformadora portuguesa e um terço das exportações globais do País, sublinha o comunicado.

Neste sentido, as medidas que em ano de eleições o Governo vem apresentar são tardias, embora retomem, de forma parcial e avulsa, algumas das orientações e vectores de resposta aos problemas da indústria têxtil e do vestuário há muito avançados pelo PCP e pelo movimento sindical unitário. Por outro lado, vêm reconhecer publicamente as fragilida-

des e insuficiências do PEDIP e da própria OID do Vale do Ave para acorrer aos estrangulamentos económicos e sociais do sector e das regiões têxteis.

O resultados práticos de três anos de reestruturação no subsector de lanifícios mostram com toda a clareza a inacção e falta de vontade política do Governo para atender aos problemas sociais decorrentes de processos de reconversão industrial. Foram sempre esquecidos importantes aspectos como a formação profissional, empregos alternativos, ajudas sociais. Mesmo nas empresas que estão em fase de reestruturação não existem sinais claros de uma melhoria das condições de vida e de trabalho.

Agostinho Lopes responsabilizou ainda o Governo pelas recentes e irresponsáveis afirmações do ministro da Indústria que em

viagem eleitoralista, acompanhado dos secretários de Estado da Integração Europeia e da Indústria, foi a Bruxelas ter um encontro com os deputados portugueses do PE sobre o sector têxtil. Para o PCP é inadmissível que o ministro afirme que «não se vive uma grave crise no Vale do Ave por via das dificuldades que o sector estaria a atravessar», como se centenas de empresas clandestinas, milhares de trabalhadores com situações precárias, o ressurgimento dos salários em atraso e a situação de despedimento, efectivada ou potencial de muitas centenas de trabalhadores, não fossem para o Gabinete de Cavaco Silva fenómenos visíveis.

Se é certo que problemas e dificuldades começaram por existir apenas em algumas empresas, não é menos certo que hoje são poucas as



O sector têxtil vai estar em foco nas Jornadas que têm início no domingo em Guimarães

unidades de produção que os não têm. O PCP vem desde há muito alertando para a necessidade de medidas de defesa do sector têxtil. No Parlamento Europeu, na Assembleia da República e em iniciativas próprias, tem apresentado propostas para a reestruturação e modernização do sector, que desde sempre contemplaram a protecção social e a melhoria das condições de vida e de trabalho, questão central

das reivindicações dos trabalhadores.

É na continuidade dessa intensa intervenção que se iniciam, no próximo domingo, as Jornadas sobre o Sector Têxtil, cuja iniciativa central terá lugar no Salão Nobre da Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães, estando previsto ainda realizar um conjunto de iniciativas diversificadas noutros pólos da indústria têxtil.

ALQUEVA é um projecto nacional

Alqueva é um projecto nacional, que deve ser decidido, em primeiro lugar, pelos portugueses e pelos órgãos de soberania nacionais - afirma a direcção regional de Beja do PCP, criticando como «humilhante» o comportamento de Cavaco Silva, ao entregar a decisão sobre o projecto à CEE.

«É preciso continuar a luta para que Alqueva possa ser uma realidade» - afirma-se no comunicado da Comissão Executiva Política da DORBE, que reuniu a 28 de Março para analisar a situação no distrito e a actividade do Partido, nomeadamente para a preparação das eleições legislativas.

Os comunistas de Beja, naquele documento, denunciam o facto de, a pretexto de dívidas ao Crédito Agrícola de Emergência, o Governo estar a lançar processos intimidativos sobre trabalhadores de cooperativas.

Na reunião foram analisadas as comemorações dos 70 anos do PCP, o 8 de Março e a situação da mulher, as jornadas legislativas do Partido no distrito, a recente visita de Cavaco Silva. A Comissão Executiva Política da DORBE saudou a luta dos professores e congratulou-se pela realização, brevemente, do 4º Congresso sobre o Alentejo.

Problemas dos reformados em debate no Seixal

Sob o lema «Reformados / uma força viva, com o PCP no caminho para uma alternativa democrática», realiza-se no próximo sábado o 1º Encontro do PCP sobre os Problemas dos Reformados nas instalações da Sociedade União Seixalense.

Em declarações ao «Avante!», Duarte Gomes, membro da comissão organizadora do encontro, referiu que é objectivo principal da iniciativa «analisar a situação, encontrar soluções e propostas que visem alterar o actual quadro das condições de vida deste sector da popu-

lação constituído por dois milhões e trezentas mil pessoas». Sobre a oportunidade do encontro, Duarte Gomes apontou a actual campanha do Governo PSD que, em vésperas de eleições, pretende convencer a opinião pública de que resolveu alguns dos principais problemas dos reformados, quando os aumentos anunciados de 3 mil escudos pouco melhoraram as suas condições de vida. De facto, cerca de 1 milhão e 800 mil reformados, aproximadamente 80 por cento, recebe pensões entre 13 e 20 mil escudos mensais, e mais de um mil-

hão a sofrer mensalmente 14 mil e 300 escudos. Desta forma urge efectuar uma análise correcta da situação real e desmascarar a propaganda eleitoralista que o Governo desenvolve através dos meios de comunicação, nomeadamente da televisão.

Segundo os promotores prevêem, vão estar presentes mais de seiscentos participantes, entre reformados,

autarcas, sindicalistas e pessoas ligadas a entidades oficiais, nomeadamente à segurança social. A iniciativa, para além das sessões de abertura e encerramento, funcionará em três secções temáticas sobre «As novas condições de vida e os reformados no limiar do século XXI»; «O sistema de protecção e integração sociais» e «Reformados e intervenção social».

Medicamentos e transportes

O projecto de lei do PS sobre direito a medicamentos gratuitos é considerado «pobre, tímido e limitado» pelo secretariado da coordenadora de reformados do PCP na cidade de Lisboa. Numa nota divulgada segunda-feira à imprensa os reformados comunistas criticam aquele projecto por não apontar um limite de rendimento para o exercício do direito, por excluir os cidadãos que, não sendo reformados ou pensionistas, não usufruem de condições de vida dignas, e por parecer misturar o direito à segurança social com o direito à saúde.

Na mesma nota, aquele organismo manifesta o seu gozo pelo a apresentação do projecto de lei do PCP sobre o acesso dos idosos aos transportes públicos, iniciativa que «vem ao encontro dos interesses e reivindicações de anos de luta», e nomeadamente de uma petição sobre passes sociais, com mais de 10 mil assinaturas, entregue na AR pelas estruturas unitárias de reformados.

Os comunistas propõem que os reformados ou pensionistas beneficiem de 50 por cento de redução nos preços dos bilhetes, títulos de transporte ou passes, sem qualquer restrição (horários, dias de semana, área geográfica, etc.). A apresentação deste projecto de lei visa dar continuidade a uma recomendação da Comissão das Comunidades Europeias quanto à criação, a partir do corrente ano, de um cartão de cidadão europeu de mais de 60 anos, relativo às regalias em matéria de transportes públicos e actividades culturais.

Propostas para os Açores

O deputado comunista Paulo Valadão, da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, apresentou recentemente um conjunto de iniciativas legislativas propostas àquele órgão, entre as quais os novos critérios a adoptar para a criação de novas freguesias na Região.

Segundo aquele deputado, a legislação em vigor «tem impedido que algumas localidades na Região se tornem freguesias», dado que os critérios gerais adoptados não tiveram em conta as especificidades locais, como «a pequena densidade demográfica, o desenvolvimento comercial e industrial muito diferente do Continente» e as próprias tradições culturais.

A iniciativa tomou a forma de ante-proposta de Lei, pois a decisão

final sobre as referidas regras cabe à Assembleia da República.

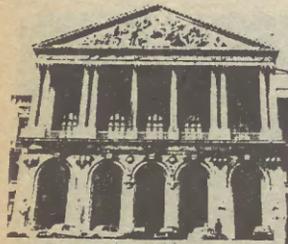
O deputado comunista apresentou ainda um Projecto de Decreto legislativo sobre «acréscimo salarial», que propõe a instituição de uma compensação mensal, calculada para cada ano, a ser atribuída aos funcionários da administração regional e local. Trata-se de uma iniciativa já anteriormente apresentada pelo PCP e que apenas não foi aprovada durante o debate do orçamento para o ano em curso devido à oposição do PSD.

O Projecto para a criação do «acréscimo salarial» conta com grande apoio dos trabalhadores e dos sindicatos representativos do sector, pelo que o PCP/Açores pensa «ter chegado a altura de ser realizado um

debate em profundidade sobre esta matéria».

Da iniciativa do deputado Paulo Valadão consta ainda uma proposta de resolução dedicada às questões da política de habitação para a população carente de recursos e uma outra recomendando ao Governo Regional que autorize e incentive os proprietários dos terrenos afectados pelos desabamentos da Fajã Grande a efectuar plantações que, previnam futuros desprendimentos de terras. Nesta proposta inclui-se também o pagamento de indemnizações aos agricultores afectados. Segundo informou Paulo Valadão, esta matéria irá ser estudada pela Comissão dos Assuntos Económicos que já programou uma deslocação às Flores no próximo mês de Junho.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



Iniciativas Legislativas do PCP

Ordenamento do território

Obter a prorrogação do prazo limite da aprovação dos Planos Municipais de Ordenamento do Território para 31 de Dezembro de 1992, tal é, em substância, o objectivo de um projecto de lei da autoria do Grupo Parlamentar do PCP, entrado na Mesa da Assembleia da República no início desta semana. Trata-se de um projecto de lei que vai ao encontro das legítimas reivindicações dos municípios na medida em que, apesar das simplificações introduzidas no regime jurídico dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, pelo Decreto-Lei n.º 69/90, continuam a verificar-se lacunas e deficiências ao nível do planeamento nacional e regional, e profundas carências e falhas de coerência no domínio da informação indispensável aos processos de planeamento municipal, nomeadamente a informação estatística, cartográfica e outra proveniente de diversos organismos da Administração Central. Estas deficiências do DL 69/90, desde logo apontadas pelo PCP, ganham uma dimensão de maior gravidade pelo facto de o Governo impor aos municípios a obrigatoriedade de aprovarem os respectivos Planos Directores Municipais até 31 de Dezembro de 1991. Passado um ano sobre a publicação e entrada em vigor do DL 69/90, confirmam-se na totalidade as preocupações e críticas então apontadas pelo PCP. Como consequência mais imediata do prazo imposto pelo Governo, a maioria dos municípios do País iniciou ou está em vias de iniciar a elaboração dos seus Planos Municipais de Ordenamento do Território. Justifica-se, portanto, como assinala uma nota do Gabinete de Imprensa do Grupo Parlamentar comunista, criar uma oportunidade para que os Planos sejam elaborados com um mínimo de condições que permitam um correcto desenvolvimento dos processos de planeamento, o que implica, necessariamente, a prorrogação do prazo irrealista imposto pelo Governo. É o que o PCP visa concretizar com a apresentação deste projecto de lei. Cabe agora à maioria PSD a viabilização do mesmo através do voto favorável.

Jornadas do PCP, em Coimbra

Atenção aos abusos do Governo

A questão das formas de fiscalização da acção governativa no período que se segue ao termo normal da Sessão Legislativa (15 de Junho), constituirá quase certamente um dos temas centrais em análise nas Jornadas Parlamentares do PCP, a decorrerem entre amanhã e sábado, em Coimbra.

Este tema afigura-se particularmente importante por se tratar de um ano de eleições legislativas e ser conhecida, como salientou ao «Avante!» o deputado Carlos Brito, a «acção abusiva do Governo para o uso dos meios e do aparelho de Estado ao serviço dos propósitos eleitorais do PSD».

A definição exacta dos objectivos e tarefas que se colocam aos deputados comunistas até ao final da presente Sessão Legislativa, constitui outra das matérias que consta da agenda de trabalhos.

Com a presença assegurada do secretário-geral adjunto do PCP, Carlos Carvalhas, que intervirá na sessão de abertura, ocasião em que igualmente usará da palavra o presidente do Grupo Parlamentar, Carlos

Brito, estas Jornadas procederão ainda a um balanço da actividade do Grupo comunista e a uma caracterização da política do Governo ao longo da Legislatura.

Na primeira sessão reser-

vada, a atenção dos participantes estará centrada em torno do processo legislativo, tendo como relator o deputado João Amaral, enquanto a terceira sessão deverá incidir sobre a inter-relação ao Governo subor-

dinada às questões do crescimento económico e social, agendada para o próximo dia 9.

A par do seu funcionamento em sessões plenárias e em secções, os trabalhos

das Jornadas serão ainda marcados por variados contactos e reuniões dos deputados comunistas com instituições, colectividades e empresas, quer do distrito de Coimbra, quer de Aveiro.



A destruição da Reforma Agrária sem a criação de empresas agrícolas alternativas que aproveitem os recursos e garantam emprego está a levar ao agravamento das condições de trabalho, à emigração, à quebra da produção

Em Évora

PCP ao PSD: Vamos a debate público

Os deputados comunistas eleitos pelo círculo de Évora desafiaram o PSD para um debate público sobre o balanço da actividade dos deputados do distrito nos últimos quatro anos. O repto, lançado na semana finda pelos deputados Lino de Carvalho e Joaquim Teixeira, no final de uma visita ao concelho de Viana do Alentejo, onde contactaram com várias entidades e estruturas locais, constitui uma iniciativa sem dúvida útil para testar na opinião pública o modo como os deputados conduziram o seu mandato e aferir da justeza das suas posições em defesa dos interesses da região.

No decorrer da visita, dois problemas ressaltaram entretanto com especial acuidade, segundo a delegação do PCP, que, para além dos referidos deputados, integrava também os dirigentes regionais e locais Eulália Miranda e Manuel Sabino.

Trata-se das preocupações existentes quanto às perspectivas de desenvolvi-

mento do concelho e às condições de fixação das populações e, bem assim, quanto ao apoio social aos reformados.

Com efeito, de acordo com as opiniões expressas aos jornalistas, a destruição da Reforma Agrária sem a criação de novas empresas agrícolas alternativas que aproveitem os recursos e garantam emprego está a levar ao agravamento das condições de trabalho, à emigração, à quebra de produção.

Os pequenos agricultores que se dedicam à produção leiteira — a maior fatia em termos da actividade económica agrícola —, por outro lado, estão a braços com graves dificuldades financeiras devido à insegurança do sector, em consequência designadamente de problemas de pagamento surgido com o principal comprador de leite na região.

Dificuldades que são extensivas ao sector financeiro, como os deputados tiveram ensejo de constatar nas duas cooperativas de

agricultores visitadas, e que resultam também dos elevados encargos financeiros que estes têm de suportar, com juros bancários da ordem dos 28 e até 30 por cento.

Nota de realce merece, pois, neste contexto, o compromisso dos parlamentares comunistas no sentido de virem a estudar uma iniciativa legislativa que possa contribuir para o saneamento financeiro do sector, bem como interpelar o Governo sobre as razões que levaram à paralisação dos projectos de electrificação rural apresentados pelos agricultores do concelho ao abrigo do PEDAP.

O não aproveitamento para efeitos de transformação no concelho do rico mármore existente, foi outro dos aspectos salientado durante a visita, do mesmo modo que foi observada a necessidade de construir um pavilhão gimnodesportivo na Escola C+S e de implementar cuidados de prestação de saúde, ao fim-de-semana na freguesia de Alcáçovas.

Travessia do Tejo



O Grupo Parlamentar do PCP voltou a insistir no alargamento das entidades que integram o Gabinete da Travessia do Tejo em Lisboa (GATTEL), designadamente ao nível do seu Conselho Consultivo, com o reforço da participação municipal, em particular de representantes da Associação de Municípios de Setúbal e da Área Metropolitana de Lisboa/Norte.

Para os parlamentares comunistas, de quem partiu a iniciativa de levar esta questão a plenário, o reforço daquele organismo é considerado fundamental, porquanto, como assinalou José Manuel Maia, no que se refere à segunda travessia do Tejo, os reflexos de um tal empreendimento serão sentidos e afectarão positiva ou negativamente toda a Área Metropolitana de Lisboa, tanto a Margem Norte como a Margem Sul do Tejo.

Desmantelamento da EDP



Conseguir a revisão de todo o processo iniciado pelo Governo com vista ao desmantelamento da EDP, por forma a que sejam acautelados o interesse nacional e os direitos dos trabalhadores, tal foi, em síntese, o principal objectivo do Grupo Parlamentar do PCP ao subscrever um projecto de Resolução de recusa da ratificação do diploma governamental que iniciou a divisão daquela empresa para posterior privatização.

Debatido na sessão plenária que antecedeu as férias da Páscoa, esta iniciativa do PCP voltou a trazer para primeiro plano os perigos que o projecto do Executivo comporta, ao preconizar a perda por parte do Estado de um dos mais importantes e estratégicos sectores da nossa economia, perda esta que se insere, como frisou na ocasião Ilda Figueiredo, numa estratégia de liberalização de todo o sector que conduzirá à sua desregulamentação, com evidentes prejuízos para as populações e o desenvolvimento do País.

Professores em luta



Deputados comunistas, em requerimento dirigido ao Governo, responsabilizaram o Ministério de Educação pelo actual clima de intranquilidade que se vive na generalidade das escolas em consequência da não aplicação do Novo Sistema Retributivo para os professores, tal como o próprio Governo o aprovou, em 1989.

Esta questão, que esteve na origem da recente greve dos docentes que impediu a realização das reuniões de avaliação, recorde-se, decorre do facto de o Ministério da Educação se ter mostrado tecnicamente incapaz de pagar correctamente e em devido tempo aos professores, situação agravada com um corte nas verbas disponibilizadas para o pagamento dos referidos salários.

FENCA DENUNCIA GOVERNO

Cooperativas alentejanas processam o Estado

O pedido do Governo de autorização legislativa para vender terrenos da Reforma Agrária prejudica cooperativas e pequenos agricultores

«Aprovar o regime de venda e entrega em propriedade de terras expropriadas ou nacionalizadas» é o objectivo expresso pelo Governo num pedido de autorização legislativa esta semana apresentado na Assembleia da República e que a FENCA - Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção - considera tratar-se da tentativa de consumir a obra de privatização das terras ain-

dicialmente o Estado exigindo indemnizações sobre dezenas de milhares de contos que o Ministério ilegalmente se recusa a entregar.

A FENCA acusa o Governo de faltar à verdade quando diz que vai dar prioridade aos actuais rendeiros do Estado, já que exige que os actuais arrendatários estejam a explorar a terra há pelo menos dez anos. Se isso significar a altura em que o Estado celebrou

isto temos de acrescentar o facto de o hectare de sequeiro estar a 200/300 mil escudos e o de regadio a um milhão de escudos de onde se despreende que as cooperativas e os pequenos agricultores não terão meios financeiros para operações de tal envergadura dadas as condições de pagamento impostas pelo Governo, o juro do crédito bancário e sabendo-se que o valor total da terra em causa

mente a interesses ligados à caça e à floresta, iludindo-se assim o próprio texto constitucional», denuncia a FENCA.

O Governo acompanha esta nova fase de liquidação da Reforma Agrária com ataques no campo económico e judicial. Diz a FENCA, que contrariando as afirmações da legislação em vigor, o ministro da agricultura não entrega dezenas de milhares de contos referentes às despesas efectuadas pelos trabalhadores com a conservação de montados, transferindo esses valores para as contas bancárias dos agrários, razão pela qual várias cooperativas irão recorrer aos tribunais.

Por outro lado, através do Ministério do Emprego e Segurança Social, há processos em curso contra bens pessoais de antigos dirigentes de cooperativas há muito liquidadas bem como contra as próprias cooperativas por acumulação de dezenas de milhares de contos de juros sobre juros de empréstimos contraídos ao abrigo do Crédito Agrícola de Emergência e que a FENCA recorda estar há muito tempo pago o seu valor capital.

A FENCA vai solicitar um conjunto de audiências à Assembleia da República, ao Presidente da República e ao primeiro-ministro, reclamando garantias que permitam a sobrevivência do sector cooperativo agrícola da produção, reclamando da AR que esta dê seguimento à petição com mais de mil assinaturas que em 1989 foi entregue reclamando um debate sobre a Reforma Agrária e a situação criada na região.



Inúmeras organizações de agricultores reivindicam o aumento do subsídio de gasóleo

Agricultores de Setúbal escrevem ao ministro

A Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal enviou uma nota ao ministro da Agricultura, Pesca e Alimentação onde se manifestam preocupações quanto à situação agrícola na região, com destaque para a orizicultura, produção de tomate e agro-pecuária, onde se prevê que a Comissão Europeia decrete o congelamento ou redução dos preços e produção de cereais e das carnes de ovino, bovino e suíno.

Esta associação reivindica o estabelecimento de uma linha de crédito agrícola com *plafond* suficiente e a uma taxa de juro de 10 por cento; que o Governo impeça com todos os meios ao seu alcance a baixa de preços ao produtor

nos cereais, bovinos, ovinos e suínos e limitações na área arável; a protecção do mercado interno salvaguardando a produção nacional de arroz e tomate; o apoio técnico dos serviços oficiais na elaboração de projectos candidatos a fundos comunitários e a fixação mínima do subsídio do gasóleo em 42\$50.

O reconhecimento para esta associação do estatuto de parceiro social junto dos serviços regionais do Ministério e, a nível nacional, da CNA - Confederação Nacional da Agricultura de modo a assegurar a presença no Conselho Nacional da Agricultura e no Conselho Económico Social - são outras das exigências colocadas nesta nota.



A imagem de terras abandonadas voltou às paisagens alentejanas com o processo de extinção da Reforma Agrária

da na posse das cooperativas agrícolas e de pequenos agricultores. É mais uma fase do processo que a FENCA denuncia como destruidor da Reforma Agrária e da «obra de transformação que os trabalhadores empreenderam» enquanto «o Governo e os grandes proprietários nada constroem em alternativa» conforme foi afirmado em conferência de imprensa, onde se informou que várias cooperativas vão accionar ju-

contratos de arrendamento «no que se refere às cooperativas basta dizer que das 26 cooperativas com quem foram celebrados contratos, 21 têm menos de 10 anos», o mesmo acontecendo com a esmagadora maioria dos pequenos agricultores que tendo recebido terras para exploração, só obteve contratos dois ou três anos depois.

Por outro lado muitas dessas terras foram já entregues aos antigos proprietários e a

pode atingir em hasta pública valores acima de 15 milhões de contos.

«É legítimo concluir que todo o articulado da proposta de lei está preparado para retirar às cooperativas e pequenos agricultores a posse da terra que ainda detêm, onde fizeram investimentos e criaram riqueza, que garantem centenas de postos de trabalho e entregá-la aos grandes proprietários e outros tubarões do sector designada-

RECORDAR A HISTÓRIA

A história da política que tem sido conduzida contra a Reforma Agrária constitui uma indignidade e uma afronta não só aos que a fizeram mas à própria democracia e aos direitos dos trabalhadores, aos interesses da região e do País afirma-se num documento entregue pela FENCA aos jornalistas nesta conferência sobre o pedido de autorização legislativa governamental. «Importa recordar a História», diz a FENCA num texto do qual recolhemos alguns extractos.

«Recordar a História é lembrar que os trabalhadores puseram a produzir mais de um milhão de hectares de terras que estavam na sua maior parte improdutivo; criaram riqueza e postos de trabalho; modificaram profundamente as condições de vida, geraram novas esperanças; desencadearam uma nova dinâmica de desenvolvimento no mundo rural e um pouco por todo o Alentejo».

«Hoje com a quase totalidade da Reforma Agrária destruída (8 restam cerca de 100 cooperativas com pouco mais de 90 mil hectares) olhemos à nossa volta e façamos um esforço de reflexão séria. Destruíram-se mais de 400 cooperativas, entregaram-se aos agrários a título de reservas mais de um milhão de hectares de terra e qual é o resultado? - No essencial é o retorno à agricultura extensiva e absentista própria da economia de latifúndio; extensas áreas entregues para a caça, quebra de produção agro-alimentar, aumento do desemprego e do emprego precário.

Hoje os trabalhadores voltam a palmilhar os caminhos da migração interna e da emigração; os pequenos agricultores voltam à condição de rendeiros ou seareiros dos grandes proprietários ou abandonam a actividade; desertificam-se e envelhecem os campos; pretende-se transformar os trabalhadores rurais e agricultores na condição de reformados e pensionistas do Estado.

«Destruí-se a Reforma Agrária e a obra de transformação que os trabalhadores empreenderam mas o Governo e os grandes proprietários nada constroem em alternativa».

«É preciso denunciar esta situação e alertar o País, mais a mais quando com o processo de integração comunitária não se criam no Alentejo e no Ribatejo condições para o desenvolvimento e progresso da agricultura que muito poderiam contribuir para a redução da dependência alimentar do País e para o aumento da competitividade externa».

«Os discursos, visitas e tiradas demagógicas do ministro da Agricultura e de Cavaco Silva nada têm a ver com a realidade que a sua política tem criado nos campos e aldeias do Alentejo».

(...)

«Apesar das complexas e difíceis condições do sector continuaremos a lutar por um futuro digno, pelo direito à terra, pelo direito ao trabalho, pelo direito a produzir, pelo fim da grande propriedade latifundiária e a realização da Reforma Agrária».

POLÉMICA COM LIXEIRA EM MATOSINHOS

LIXO JUNTO A HABITAÇÕES

A polémica localização da futura central industrial de tratamento de lixo junto à Quinta do Chantre em Leça do Balio, decidida pelos presidentes de Câmara que integram a LIPOR foi motivo para uma tomada de posição conjunta das comissões concelhias do PCP em Matosinhos e Maia que referem ser o local escolhido, sem estudo prévio de impacto ambiental, inserido numa área em franco desenvolvimento habitacional. Caso venha a concretizar-se a instalação desta central, as concelhias do PCP dizem que se irá defraudar as expectativas de muitos que investiram as suas economias na zona, estranhando que não se tenha procedido a estudos prévios sobre as condições ambientais da área, vias de circulação, ordenamento do território, referindo-se que a vereadora comunista em Matosinhos, Olívia Ferreira, votou contra a prevista localização, desconhecida do presidente da Junta de Freguesia.

AGRICULTORES DE POMBAL

A União dos Agricultores de Pombal, depois de uma reunião com a presença de 500 agricultores, entregou uma carta ao presidente da câmara para este dar a conhecer ao Governo as suas reivindicações: menos exigências, mais ajudas e um prazo mais dilatado para a legalização das pecuárias; atribuição com justiça das quotas leiteiras; intervenção imediata para o escoamento do arroz; exigir dos industriais os pagamentos devidos na última campanha e a abertura de negociações para a próxima campanha; pagamento e aumento do subsídio do gasóleo; aber-

tura de linhas de crédito acessíveis e reconhecimento da CNA como parceiro social.

EUROPA PREJUDICA LEITE

A CNA - Confederação Nacional da Agricultura tomou posição contra as decisões da Comissão Europeia de reduzir em dois por cento a nossa quota leiteira, a previsível baixa em três escudos no preço à produção e a harmonização dos preços do leite em pó que provocará a invasão dos nossos mercados de queijos estrangeiros a preços semi concorrenciais para os nossos produtores. A CNA reivindica do Governo a não aceitação destas decisões.

CÂMARA DE ALMADA

Diálogo interrompido

O PCP diz continuar aberto ao diálogo com o PS local e disposto a retomar negociações em qualquer altura.

Impedir o boicote ao trabalho da Câmara Municipal de Almada (CMA) e reafirmar a abertura do PCP local ao diálogo com os representantes do PS são duas das posições assumidas pela comissão concelhia do Partido Comunista que em comunicado dá conta do resultado da última reunião feita a semana passada com representantes das duas forças partidárias sobre o diferendo existente entre os seus eleitos naquela edilidade. «Queremos ser julgados pelos nossos actos, não pelo que nos é alheio» é uma das mensagens deixadas pelo PCP, enquanto o PS anuncia que se recusa a efectuar novos encontros com os comunistas.

Diz a concelhia do PCP que «a exemplo do sucedido em encontros anteriores» os representantes do PS tomaram uma posição de intransigência «que impediu um verdadeiro diálogo, não aceitando nem apresentando propostas que permitissem ultrapassar o impasse criado».

Apesar disso o organismo local do PCP diz que «continua firmemente disposto a respeitar o protocolo assumido com o PS e a partilhar com os vereadores socialistas a responsabilidade da gestão» da Câmara. Mas, por outro lado, o PCP «não pode de modo algum admitir que tal protocolo sirva para boicotar a acção da Câmara e acusar depois a gestão CDU de incompetência, para daí retirar dividendos políticos em próximas eleições».

Fazendo um breve histórico do processo, o comunicado dos comunistas afirma que a comissão concelhia de Almada do PS «e em particular alguns dos seus eleitos na Câmara Municipal» têm vindo a desenvolver nos órgãos de comunicação social «uma campanha de desinformação sobre o desentendimento registado na CMA» pretendendo-se fazer crer que os eleitos comunistas não estão a cumprir o protocolo firmado com os socialistas após as eleições, prejudicando o trabalho dos vereadores do PS.

«Nada poderia ser mais distinto da verdade», diz o PCP de Almada, para acrescentar: «com efeito, têm sido alguns vereadores socialistas — designadamente o vereador Artur Cortês, agora que a vereadora Leonor Coutinho suspendeu o seu mandato para voltar à Assembleia da República — quem tem pautado a sua actividade pelo mais completo desrespeito pelo referido protocolo».

Explica o PCP que foram atribuídos ao PS de Almada pelouros «da maior importância e de inegável projecção pública», nomeadamente obras, publicidade ou trânsito mas o que se tem verificado é que alguns vereadores socialistas «empenharam-se em provocar a paralisia dos respectivos sectores». E os factos indicados pelo PCP de Alma-



A concelhia do PCP de Almada toma posição sobre o desentendimento na Câmara

da são estes: «nunca houve tantos buracos na via pública, semáforos avariados, placards por licenciar, obras de conservação em escolas por realizar, etc., etc., etc.».

«Se esta realidade, por si só, já bastaria para preocupar o executivo e os eleitos da CDU em particular, pelos danos causados à população, a atribuição de responsabilidades à gestão CDU não nos poderia, naturalmente, deixar indiferentes» e o comunicado a que temos vindo a fazer referência prossegue denunciando que «alguns eleitos do PS não tiveram pejo em vir a público acusar o executivo — de que fazem parte e de que são co-responsáveis — pelos resultados da sua própria incompetência, incapacidade e deliberado boicote».

O PCP de Almada refere que a situação agravou-se com a decisão do PS em não participar em decisões da Câmara como a aprovação do Plano de Actividades e Orçamento, embora tenham feito acusações públicas sobre o conteúdo desses documentos.

O PCP insistiu então na realização de reuniões conjuntas com o PS para a solução dos problemas levantados. Os socialistas durante mais de um mês responderam não encontrar tempo para concretizarem essa reunião. A primeira realizou-se somente no passado dia 5 de Março onde foi comunicado ao PS que se não fosse alterada a atitude de alguns seus eleitos, «os eleitos comunistas iriam propor nos órgãos autárquicos a que pertencem a tomada de medidas que permitissem ultrapassar esta situação».

Devido ao impasse foi então proposta a retirada de pelouros ao vereador Artur Cortês, o que veio a verificar-se.

Duas reuniões posteriores, a 20 e 25 do mês passado, mantiveram o impasse, com os socialistas a recusarem-se a aceitar a retirada de pelouros e a substituir os seus eleitos.

Os eleitos comunistas afirmam desejar retomar as negociações para um entendimento com o PS mas não estão dis-

postos «a ser julgados pela incompetência alheia, nem pelas manobras dos que sem pudor afirmam publicamente (como fez recentemente um represen-

tante do PS em entrevista à Voz de Almada) que uma boa gestão dos eleitos socialistas serviria para beneficiar a CDU na Câmara de Almada!».

Agrigrândola e Sarroz

No próximo fim-de-semana, de 6 a 8 de Abril, decorre em Grândola a primeira feira Agro-pecuária do Alentejo Litoral — AGRIGRÂNDOLA — simultaneamente com o Terceiro Salão Nacional do Arroz — SARROZ. A organização do certame pertence à Câmara Municipal de Grândola, em estreita colaboração com a Grandolacoop e a Associação de Agricultores do concelho.

A iniciativa tem como objectivo divulgar as potencialidades destes concelhos a nível agrícola e pecuário, bem como sensibilizar os

agentes económicos da região para as inovações tecnológicas que vão surgindo e ainda os programas que estão a ser lançados para o desenvolvimento agro-pecuário desta zona.

A exposição seleccionada de gado (bovino, ovino, caprino e equino) registou uma adesão entusiástica dos produtores, obrigando a organização a aumentar o espaço previsto para a instalação do gado.

Um outro aspecto em destaque no certame é o Programa de Desenvolvimento Agrícola Regional (PDAR) para os Concelhos

de Alcácer do Sal e Grândola, estando assegurada a participação num colóquio do professor Pedro Lynce de Faria, director-geral do Ensino Superior e coordenador da equipa que fez o estudo dos sistemas de agricultura destes Concelhos para o PDAR.

Entretanto, relacionado com a criação de raças bovinas selectas e autóctones, vai realizar-se um colóquio com o dr. Domingos Cláudio, da Estação Nacional de Selecção e Reprodução Animal, e ainda um outro colóquio sobre comercialização de cereais, da responsabilidade de técnicos do

Instituto Nacional de Garantia Agrícola.

O certame conta ainda com a demonstração de novas tecnologias agrícolas, nomeadamente a caixa niveladora por sistema «laser» e o porta-alfaias, esta última uma máquina ainda pouco conhecida.

Para além dos divertimentos característicos deste tipo de iniciativas, a organização vai promover uma gincana de tractores, prova que conta sempre com a participação de muitos concorrentes e muito despique, além de bandas de música e ranchos folclóricos.

Os males do vinho e da carne

A Confederação Nacional da Agricultura — CNA — chama a atenção para a crise motivada pela falta de escoamento do vinho por grosso, com as adegas e produtores sem possibilidade de comercializarem o seu vinho, enquanto se intensificam as importações de Espanha ao preço da «uva mijona». E acrescenta o comunicado da CNA:

«Em boa parte também devido à nociva decisão do Governo em liberalizar as importações de carnes, em especial da carne de bovino, têm-se verificado baixas nos preços de compra ao produtor e agrava-se a falta de escoamento destes produtos.»



Não somos nós que entramos na CEE, mas ela que nos entra preços adentro: a prova aí está, por exemplo, na carne que deixa os nossos produtores no «osso»...

Os preços de referência da carne bovina baixaram, em média, 100\$00/kg ao produtor em relação a igual período do ano passado mas, na realidade, estão a praticar-se preços ainda mais baixos em vastas zonas do País; quanto aos ovinos e caprinos, baixaram em média 55\$00/kg só entre Janeiro e Fevereiro passados, esclarece o documento, que conclui:

«A CNA reclama ao Governo a urgente tomada de medidas de intervenção para garantir o escoamento e a utilização de todos os mecanismos complementares de trocas e outros, para impedir a desenfreada importação destes produtos.»

Câmara de Cascais no PGR

«Falta de transparência» é uma das razões que levam os vereadores da CDU na Câmara Municipal de Cascais a solicitar ao Procurador Geral da República a análise do processo que culminou com a aprovação na generalidade do Plano Preliminar de Macrozonamento da Área Protegida Sintra/Cascais. A Câmara de Cascais recusa-se a fazê-lo e a coligação considera que esse plano irá destruir um vasto e importante recurso ambiental e paisagístico do concelho.

Segundo os vereadores da CDU «o referido plano, tal como está, dará de imediato cobertura à destruição de cinco milhões e 300 mil metros quadrados de área», segundo se refere num comunicado emitido a semana passada.

É parecer dos vereadores da CDU existirem contradições «entre o que a CDU decidiu e o que foi enviado para a comissão instaladora do Gabinete da Área de Paisagem Protegida», facto que leva à consideração de existência de falta de transparência na condução do processo.

Para além da solicitação da análise do processo por parte da Procuradoria Geral da República, a CDU vai propor também à equipa técnica que está a proceder a uma inspecção à Câmara que analise este assunto.

Por último, os vereadores da CDU esperam que a Câmara e a Secretaria de Estado do Ambiente «não satisfaçam os interesses de entidades particulares e só secundariamente salvaguardem os valores naturais, que são de todos, conforme diz explicitamente a Lei que criou a Área de Paisagem Protegida de Sintra Cascais».

Prioridades para 92 na presidência da CEE

Eurodeputados do PCP propõem temas para presidência portuguesa das Comunidades

A coesão económica e social, através da convergência real e da convergência regional, da dimensão social, a liberdade de circulação das pessoas e a promoção dos direitos fundamentais na Comunidade, a cooperação Norte-Sul, particularmente com a África, devem ser os eixos fundamentais em torno dos quais Portugal deverá definir as suas prioridades ao assumir a presidência da Comunidade em 1992.

Esta a posição defendida pelos deputados do PCP no Parlamento Europeu - Joaquim Miranda, Barros Moura e Sérgio Ribeiro - em conferência de imprensa realizada a semana passada no Centro Jean Monet, em Lisboa.

Segundo Joaquim Miranda, a evolução que se regista nos diversos níveis comunitários, com incidência para Portugal, exige um posicionamento atento e activo por parte do país e «reclama a definição de orientações e prioridades, de forma atempada, clara e participada e numa linha de defesa e promoção dos interesses e valores nacionais».

Não é isso que o Governo tem vindo a fazer, afirma o eurodeputado, o que é particularmente grave dadas as especiais responsabilidades dos executivos na definição e na condução das orientações comunitárias no momento actual.

Os exemplos abundam. Assim, a propósito da passagem à segunda etapa do período de transição da agricultura portuguesa, o Gover-



Sérgio Ribeiro, Joaquim Miranda e Barros Moura em conferência de imprensa no Centro Jean Monet, em Lisboa

no não acautelou as alterações indispensáveis, na primeira etapa, que garantissem um avanço sem rupturas para a segunda, não teve em conta as negociações em curso ao nível do GATT nem a própria reforma da Política Agrícola Comum (PAC). E isto apesar daquelas negociações apontarem para «importantes e acrescidas restrições nos apoios à agricultura» e da reforma prever fortes restrições no respeitante aos preços o que põe em causa ou «o resultado das negociações efectuadas - particularmente quanto à aproximação dos preços - ou a sobrevivência de muitas explorações agrícolas».

Ainda no que respeita à

PAC, Joaquim Miranda acusou o Governo de adoptar uma «posição equívoca quanto à necessidade de uma reforma profunda da mesma», não potenciando algumas das opções positivas nela formuladas, tais como o «princípio da modulação dos prémios, uma maior atenção às especificidades regionais, a redução dos apoios às explorações intensivas ou uma maior atenção aos problemas ecológicos». Acresce, por outro lado, que o Governo ainda não reclamou, como devia, a «reconsideração do processo de integração da agricultura portuguesa, nomeadamente em termos de preços, ajudas e disciplinas comunitárias», nem a «ne-

cessidade de serem reforçados os apoios orientados para políticas estruturais».

Joaquim Miranda acusou ainda o Governo de «passividade» ou «seguidismo» no que respeita às Conferências Intergovernamentais em curso sobre a União Política e a União Económica e Monetária, e sublinhou o facto de o executivo, «ao assumir uma posição contrária a um efectivo reforço dos poderes do Parlamento Europeu» revelar «uma visão estreita dos aspectos institucionais a nível comunitário, transferindo para esse contexto a conhecida postura centralista e governamentalizadora que assume no país».

O défice democrático

Combater o «défice democrático» existente nas Comunidades é uma das preocupações dos deputados comunistas no PE. Como foi referido no Centro Jean Monet, «a previsível criação de novas competências comunitárias em matéria monetária e cambial no âmbito da União Económica e Monetária tornam cada vez mais indispensável uma profunda democratização, de que faz parte o reforço dos poderes do PE e a intervenção dos Parlamentos Nacionais».

Para os eurodeputados comunistas, nos tratados que resultarão das Conferências Intergovernamentais «deveriam ser inscritas a coesão económica e social, a dimensão social e a política do ambiente como objectivos ao mesmo nível e processos de decisão idênticos aos previstos para a realização do mercado interno de 1993».

Trata-se, no essencial, de alertar a opinião pública para preocupações que se agudizam com a proximidade do semestre em que Portugal será chamado a assumir a Presidência das Comunidades, o que ocorrerá num período em que serão adoptadas importantes decisões.

Como fizeram notar os eurodeputados comunistas, «o Governo tem a enorme responsabilidade de assegurar uma presidência digna, o que pressupõe, antes de mais, a não partidarização e governamentalização de tal questão e aconselha a mais ampla cooperação institucional, de forma a assegurar-se que aquela presidência será preparada e consumada com dignidade e eficácia, independentemente do Governo que sair das próximas eleições».

Até ao momento, porém, o Governo «não só não deu as provas de isenção e competência indispensáveis em tais circunstâncias como, tudo o indica, pretende usar e transformar tão importante questão num mero tema elei-

toralista» - afirmam os deputados do PCP no Parlamento Europeu.

Tanto assim é que ainda não foram definidas as áreas prioritárias a contemplar durante a presidência portuguesa, o que deverá resultar de uma «séria ponderação em que participe o Governo e a Oposição e a que não deverá faltar o parecer dos agentes económicos, sociais e culturais». Para isso se têm esforçado os deputados do PCP no PE, no âmbito das suas competências, ao mesmo tempo que através das suas propostas, pareceres e relatórios, procuram influenciar as decisões comunitárias no sentido de serem tomadas em linha de conta as particularidades portuguesas, aos mais diversos níveis.

MONTALEGRE

Joaquim Miranda visitou a semana passada a região de Montalegre com o engenheiro zootécnico Virgílio Alves, professor da UTAD, para tomada de contacto com os problemas específicos da região e para transmitir a experiência do trabalho na CEE. A defesa das raças bovinas autóctones, a produção de batata de semente, um debate com 50 agricultores (onde foi realçada a importância dos baldios), constituíram pontos relevantes desta visita que incluiu uma reunião com o presidente da Câmara e com o presidente da cooperativa agrícola de batata de semente. Nestas reuniões foi apresentado o projecto de lei do PCP sobre raças bovinas autóctones e anunciou-se uma iniciativa no Parlamento Europeu sobre o tema.

VISITA A BRUXELAS

A Associação de Municípios de Évora deslocou-se recentemente a Bruxelas para apresentar nas instâncias comunitárias o seu Plano Integrado para o distrito. Trata-se de um plano genericamente designado «Região Alentejo», que aborda o desenvolvimento daquela área no seu conjunto (os três distritos alentejanos e os quatro concelhos do litoral). Durante uma semana, os representantes da Associação de Municípios participaram em várias reuniões, designadamente com a Comissão Política Regional, assistiram à audição com as Regiões Autónomas e encontraram-se com o relator do Projecto de Resolução sobre o Quadro da Comissão de Apoio a Portugal. Também em Bruxelas teve lugar, antes da Páscoa, a audição dos representantes dos Açores, Madeira e Canárias, sendo realizado o primeiro debate sobre os programas POSEIMA E POSEICAN (respectivamente de apoio ao desenvolvimento das daquelas regiões periféricas).

SALÁRIOS

A situação relativa dos operários industriais portugueses, avaliada em paridades de poder de compra, não só continua a ser a mais baixa entre todos os Estados comunitários, como se agravou nos últimos anos. Se em Outubro de 1985 um operário português ganhava 2,1 vezes menos do que a média dos operários dos outros países-membros, em Abril de 1989 tinha passado a ganhar 2,5 vezes menos. Esta situação, divulgada pelo EUROSTAT, levou o deputado Barros Moura a questionar a Comissão sobre o facto de a integração agravar as desigualdades em vez de as reduzir. A resposta não satisfaz: diz a Comissão que as comparações têm de ser cautelosas, já que os dados se referem a salários brutos pagos à hora, pelo que são influenciados pelo número de horas de trabalho que é muito mais elevado em Portugal do que no resto da Comunidade. Quer dizer, ganhamos menos e trabalhamos mais.

IRREGULARIDADES

O pagamento dos fundos do Fundo Social Europeu (FSE), referentes a 1986 e 1987, estão em atraso, devido a presunções de irregularidades. Quem afirma é a Comissão, em resposta a uma questão sobre a matéria levantada por Barros Moura. De acordo com essa resposta, os montantes de pedidos de saldo FSE, referentes aos anos em causa, totalizam 2,8 milhões de contos, dos quais 0,8 milhões de contos respeitam a 1986 e 2,0 milhões de contos a 1987. O maior volume desses atrasos refere-se a casos ligados a presumíveis irregularidades, comunicados por Portugal.

INFLAÇÃO

As previsões da Comissão relativas à inflação em Portugal não são atingidas por «erros» - afirma o vice-presidente Christophersen, em resposta ao deputado Sérgio Ribeiro, a propósito da diferença entre as previsões comunitárias (12,6%) e do Governo (11%) que o ministro das Finanças explicou como resultado de «três erros da Comissão». Para aquele responsável, as diferenças em relação às previsões nacionais explicam-se com a depreciação do escudo (2,5% em 1991); com a intenção do Governo de aumentar a tributação indirecta na sequência das propostas da Comissão; e da consideração do Acordo Económico e Social (que afecta o salário mínimo) e da estimativa dos ordenados totais realmente pagos que, segundo aquele organismo, estão a aumentar a um ritmo mais acelerado sob a pressão do crescimento de emprego. Assim, e apesar das previsões da Comissão representarem apenas o seu ponto de vista, esta não crê estar errada. O que significa, a ter razão, que ainda não é desta que o Governo acerta na inflação.

**ATÉ AMANHÃ
CAMARADAS**
de Manuel Tiago

O GRANDE ROMANCE DA CLANDESTINIDADE
E DA RESISTÊNCIA AO FASCISMO
EM PORTUGAL

edições
Avante!



Chile

Não há democracia com impunidade

Não há democracia com impunidade para os crimes do fascismo — defende o dirigente comunista chileno Jorge Ramírez, em entrevista ao jornal «Voz», do Partido Comunista da Colômbia.

«O grande perigo da sociedade chilena, hoje em dia, é que se imponha uma espécie de impunidade, o que implica um alto risco para um verdadeiro processo de transição para a democracia. Isto significa que os que cometeram os crimes, não sofrerão nenhuma sanção e poderão assim voltar a repetir idênticas atrocidades. Sem justiça, a democracia será muito frágil, e não poderá existir uma real reconciliação; os familiares dos assassinados, dos torturados ou desaparecidos, não terão a justiça que lhes é devida, e como tal não poderão de facto contar com uma nova relação nesta sociedade.»

Um perigo real que não significa, entretanto, que o Relatório da Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação, recentemente divulgado, não seja, em si próprio, um facto positivo.

«O primeiro facto a sublinhar — diz Jorge Ramírez — é este: o relatório ratificou a verdade que sempre assistiu aos democratas demonstrando o que era a

mentira oficial de Pinochet e de todos os seus seguidores. Entretanto, o relatório é apenas uma verdade parcial sobre a realidade chilena. O relatório não consegue abarcar toda a dimensão desta tragédia de 17 anos, embora tenha o mérito de abrir a discussão sobre esta questão num plano mais amplo, o da transição para a democracia.

«O segundo aspecto, lamentável — apesar de tudo o que de valioso nele está contido — é que não contempla a justiça enquanto tal. O que o relatório faz é esclarecer uma parte muito importante do que aconteceu no país, como foram cometidos os crimes, mas não indica os responsáveis e, sobretudo, como será feita justiça a esses criminosos, pois do que consta do relatório eles continuarão a não ser convocados pela justiça, mantendo-se dentro das Forças Armadas, como um factor de perigo para uma real transição para a democracia.»

São factos que apontam para o perigo maior, que é a força que Pinochet ainda detém.

E Jorge Ramírez sublinha: «O ano passado Pinochet deu um golpe de força; mostrou que continua a ser um referencial político-militar de primeiro plano e



Jorge Ramírez, dirigente do PC Chileno

que eles não estão dispostos a aceitar uma democratização profunda. Apesar de ter dado passos importantes, o governo não conseguiu levar à prática o programa de concertação, pelo que existe o perigo de que o processo seja frustrado na medida em que não se dê ao povo o papel de protagonista que necessariamente deverá ter.»

Este é, aliás, o grande objectivo da luta dos comunistas: «basear o processo democrático numa activa participação do povo».

Processo democrático que exige também transformações no plano económico.

«A mudança democrática

implica, antes do mais, desenvolver elementos de justiça social que impõem substanciais mudanças em relação ao modelo neo-liberal que o pinochetismo conseguiu implantar a sangue e fogo e que o actual governo mantém na sua essência, criando o desespero entre a população, no que se refere às suas condições de vida.»

«São mais de seis milhões de pobres que não têm qualquer solução, se não houver mudança real de tal modelo» — afirma o dirigente comunista chileno. Num exemplo claro da dimensão dos problemas sociais que afectam o povo do Chile.

ANC E INKHATA

Reunidos em Durban, o partido Inkhata e o ANC concordaram com um controlo mútuo das respectivas organizações nas acções destinadas a promover o acordo de paz assinado em Janeiro.

A reunião, convocada por Mandela, levou ainda à elaboração de um plano que refere pontos como a distribuição de panfletos sobre o acordo de paz estabelecido, a divulgação pela imprensa das iniciativas tomadas nesse âmbito, ao nível de comités, e o trabalho conjunto no plano local.

No fim do encontro entre os dirigentes das duas organizações, foi sublinhado, como ponto de acordo, a rejeição da tese segundo a qual a onda de violência na África do Sul seria da responsabilidade dos dirigentes negros e que os confrontos se resumem a uma disputa entre Xhosas e Zulus.

TESTES EM CAUSA

O Conselho nacional britânico para as liberdades cívicas lançou um alerta contra os testes de personalidades utilizados correntemente pelo patronato no recrutamento e promoção dos trabalhadores nas empresas, considerando-os como uma invasão «à vida privada dos assalariados».

Um alerta que se seguiu à campanha lançada pela Sociedade Britânica de Psicologia, para que seja elaborado um «Código de Conduta» para a organização desses testes. Calcula-se em cerca de 70% as empresas que recorrem a estes testes.

Por seu lado, os sindicatos consideram que os testes psicológicos deveriam ser verificados por uma instância superior e aplicados apenas com o acordo e controlo dos representantes sindicais — na medida em que os seus resultados podem afectar seriamente o futuro profissional dos trabalhadores.

IRLANDA — 1916

Prosseguir o combate dos pais da independência — é o juramento renovado do movimento republicano irlandês, no 75º aniversário do levantamento nacional de 1916.

Nos tradicionais desfiles da Páscoa, milhares de pessoas concentraram-se no cemitério de Milltown, onde estão sepultados membros do Exército Republicano Irlandês (IRA), que lutaram contra o domínio britânico da Irlanda.

No cemitério, um jovem leu a proclamação dos militantes independentistas que na Páscoa de 1916 abriram caminho ao fim do domínio britânico na parte Sul da Ilha.

Martin McGuinness, dirigente do Sinn Fein (braço político do IRA), saudou o «idealismo, o patriotismo e a motivação dos republicanos que, há 75 anos, se sublevaram contra o domínio britânico» e afirmou a continuidade dessa luta, «para expulsar da Irlanda um governo britânico que nega a democracia».



LUTAS NA COLÔMBIA

O Encontro Nacional de trabalhadores do Estado, estes dias realizado em Bogotá, decidiu avançar com grandes jornadas de protesto, entre 15 e 17 de Abril, que deverão abranger os trabalhadores e empregados de Estado por todo o país.

Em perspectiva, a realização de uma greve nacional dos trabalhadores de Estado.

O objectivo destas lutas é contestar uma política governamental que tende ao desmantelamento de uma série de institutos descentralizados e empresas de economia mista. Prevê-se, para os próximos três anos, um aumento de desemprego que deverá atingir mais 100 000 assalariados.

Os trabalhadores colombianos têm vindo a centrar as suas lutas contra a política governamental de privatizações e «abertura económica», que provocou uma maior carestia e mais desemprego.



Golfo

Situação incerta

No Norte curdo, como no Sul xiita, a revolta continua a lavar pelo Iraque. As notícias são escassas e contraditórias, mas a amplitude da revolta é um facto indesmentível. Como a repressão. Uma verdadeira «chacina de civis», segundo a Frente do Curdistão.

Paralelamente prosseguem encontros e negociações sobre o futuro da zona.

Nestes dias, os presidentes da Síria e do Egipto reuniram-se no Cairo para discutir as questões de segurança na região, as relações entre os países árabes neste pós-guerra e a realização de uma conferência internacional de paz para o Médio Oriente.

Em causa, a necessidade de definição de uma política árabe comum face a planos norte-americanos que vão no sentido de dissociar a questão palestina do conjunto do problema israelo-árabe.

Os jogos de poder — com

pouco ou nenhum respeito pelos interesses dos povos — estão na ordem do dia. E são significativas as palavras do presidente Mubarak, em conferência de imprensa realizada após o encontro com o presidente sírio, ao afirmar que, embora a segurança da região seja da responsabilidade dos países árabes e do Golfo, estes poderiam recorrer, em caso de necessidade, «à assistência de certos países estrangeiros, entre os quais os Estados Unidos».

Como pano de fundo, a dramática situação das populações de toda esta área, uma grande vontade de mudança e de democracia, que não tem naturalmente correspondência ao nível do poder.

Em mensagem dirigida estes dias à Comissão Económica e Social para a Ásia e o Pacífico, reunida em Seul, o secretário-geral das Nações Unidas, Perez de Cuellar, sublinhou que «o balanço da guerra foi pe-

sado»; destacando as dezenas de milhares de vidas perdidas. E acrescentou: «só agora começamos a receber informações sobre a destruição maciça da região e as graves condições em matéria de medicamentos, alimentação e saúde que grande parte da população do Iraque e do Koweit é forçada a enfrentar».

As perspectivas são para já bem incertas.

As pretensões americanas de isolar o fulcral problema palestino tendem a protelar uma solução justa e urgente para o povo palestino que continua privado de pátria.

No Koweit, a oposição reclama a realização de eleições legislativas, o reestabelecimento do Parlamento suspenso em 1986 pelo emir e o respeito pela Constituição de 1962.

No Iraque, tudo indica que a revolta se defronta com verdadeiros massacres das populações. Entretanto, a unidade de acção

obtida entre todas as heterogéneas forças de oposição, poderá abrir caminho a uma alternativa política.

Uma unidade que não é fácil, mas em que se pretende uma cooperação durável.

«Estamos de acordo em relação a coisas essenciais — considera Aziz Mohamed, secretário-geral do Partido Comunista Iraquiano — como a necessidade de pluralismo político, a organização de eleições livres, a aceitação do princípio da alternância. Pensamos que é uma base suficiente para trabalhar em conjunto, e mesmo, se vencermos, para governar em conjunto. Não será fácil, mas é possível. E isso também depende de nós. Temos que superar os obstáculos: por exemplo, eles não gostam muito da palavra democracia, mas aceitam o pluralismo, a liberdade de imprensa, de opinião, o respeito pelos direitos humanos. Ou seja, o próprio conteúdo da palavra democracia».

Jugoslávia

Novos confrontos servo-croatas

Unidades do Exército federal jugoslavo foram enviadas para Plitvice, no centro na Croácia, na sequência de mais um confronto com base na exacerbação dos nacionalismos. Neste caso, entre as polícias sérvia e croata, no Parque Nacional de Plitvice, e de que resultaram dois mortos e mais de uma dezena de feridos.

Tudo começou quando unidades especiais da polícia croata foram enviadas para retomar o controlo do Parque Nacional de Plitvice, entretanto ocupado pela polícia sérvia de Krajina, região maioritariamente de população sérvia, que proclamou a sua secessão da Croácia há pouco mais de duas semanas.

Os sérvios da Croácia — cerca de 600 mil, o que corresponde a 12 por cento de população — têm vindo a pôr em causa o novo governo nacionalista croata, resultante das eleições de Maio último, e em que foi

vencedor o partido nacionalista da Comunidade Democrática croata.

A verdade é que o nacionalismo croata tem um passado preocupante. Em 1934, os Oustachis levaram ao assassinato, em Marseilha, do rei Alexandre da Jugoslávia. Em 1941, a Croácia, transformada em Estado fantoche da Alemanha hitleriana, viveu anos de terror sob o jugo dos oustachis de Ante Pavelic.

Por seu lado, o nacionalismo sérvio aposta em perspectivas que corresponderiam a um regresso ao passado. O dirigente sérvio da oposição, Vuk Draskovic, garantiu que, no caso de chegar ao poder, em Belgrado, faria voltar o pretendente ao trono da Jugoslávia, o príncipe Alexandre, e organizaria um referendo para o reestabelecimento da monarquia.

A exacerbação dos nacionalismos está a pôr em causa a própria Federação jugos-

lava e as condições indispensáveis a qualquer processo de desenvolvimento.

«Só um regresso ao diálogo democrático e um apaziguamento das tensões políticas e nacionais pode levar a uma solução pacífica e constitucional», declarou recentemente o presidente jugoslavo. Um voto cuja concretização seria indispensável, mas que de momento surge como uma perspectiva de difícil realização.

URSS

Reformas avançam

A consulta popular que deu um significativo sim à nova União das Repúblicas Soviéticas, insere-se num contexto difícil e contraditório, eivado de tensões étnicas e pretensões separatistas, por um lado, e graves problemas socioeconómicos, por outro.

Na Geórgia, onde em vésperas do referendo sobre a União, foi o próprio presidente do Soviete Supremo a ameaçar quem exercesse o seu direito de voto, um outro referendo, agora promovido pelo governo nacionalista, indica uma maioria de vezes pela

independência (na verdade num quadro que de forma alguma se pode considerar democrático, dada a ameaçadora posição dias antes tomada pelo mesmo governo).

Na Ossétia do Sul, cujos habitantes reclamam a inclusão da sua região autónoma, dissolvida em Dezembro pelas autoridades georgianas, na Ossétia do Norte, que faz parte da Federação Russa, novos confrontos étnicos provocaram mais quatro mortos. O que levou o Parlamento soviético a adoptar, por larga maioria, uma resolução recomendando ao presidente Gorbachov a instauração do estado de emergência na zona. Este conflito já pro-

vocou dezenas de mortes e mais de 25 mil refugiados.

Neste quadro tão difícil, prosseguiu entretanto o processo de transformações políticas e económicas.

O Parlamento soviético acaba de aprovar uma lei que reduz em quase metade o número de ministérios e departamentos federais da URSS. Esta nova lei sobre a estrutura do Governo — que poderá ainda ser revista após a conclusão do tratado de União — prevê a participação de representantes das repúblicas federadas nos trabalhos do Governo, nomeadamente no Conselho Estatal para a Reforma Económica.

Uma reforma económica que está nestes dias a ser implementada, e que passa por um conjunto de medidas relativas a um generalizado aumento de preços, acompanhado de medidas de compensação à população.

Esta decisão resulta de um acordo assinado pelos representantes de todas as Repúblicas, com exclusão da Estónia, Letónia e Lituânia.

Os aumentos de preços são generalizados e vão afectar nomeadamente alimentação, transportes, vestuário, electrodomésticos.

Não serão tocados os que se referem, por exemplo, a medicamentos, gasolina, electricidade, gás.

O brusco salto de preços (os aumentos deverão atingir 70% e mesmo 80%), foi precedido de importantes medidas de compensação.

Os 130 milhões de assalariados soviéticos deverão receber aumentos salariais

da ordem dos 60 rublos por mês, sendo que o salário médio actual é de cerca de 280 rublos.

Os sectores de trabalhadores mais desfavorecidos — como é o caso dos professores e dos profissionais da saúde — terão ainda aumentos salariais de 30%.

No que se refere ao apoio às famílias com filhos, as compensações irão dos 200 aos 280 rublos, em função da idade. Compensações igualmente importantes são atribuídas aos reformados, aos inválidos e aos estudantes.

No conjunto calcula-se que o sistema de compensações representa cerca de 85% do montante dos aumentos de preços. Resta ainda avançar com outras medidas que se revelarão indispensáveis, em particular mecanismos de indexação dos rendimentos aos preços.

A reforma de preços — de há muito protelada e debatida — insere-se numa situação económica de crise evidente. Num recente encontro com economistas, Mikhail Gorbachov informou que, entre Janeiro e Fevereiro deste ano, a produção sofreu uma nova baixa de 4,5%.

No imediato, o que se espera dos aumentos de preços é que permitam a estabilização do mercado, fazendo reaparecer os produtos nas prateleiras vazias das lojas.

De paralelo com estas medidas de estímulo da produção, foi decidida uma redução dos impostos sobre os lucros das empresas, que passam de 45% para 35%.

Presidência colegial

A presidência do Estado jugoslavo é um órgão colegial com oito membros, ou seja, um representante de cada uma das seis Repúblicas (Sérvia, Croácia, Eslovénia, Bósnia, Macedónia e Montenegro) e das duas províncias autónomas (Vojvodine e Kosovo) separadas da Sérvia.

Este órgão colegial foi ainda estabelecido por Tito, para evitar uma luta pelo poder após a sua morte, e desde 1980 funciona como um «chefe colectivo» de Estado.

Cada um dos representantes assume a função de presidente da presidência (chefe de Estado) durante um ano, segundo uma ordem estabelecida.

Os membros da presidência são eleitos por cinco anos, e o seu mandato só é renovável uma vez. Segundo a Constituição, a presidência do Estado assume o comando das Forças Armadas.

Albânia

Vitória comunista

Os comunistas venceram as eleições agora realizadas na Albânia, contando com uma esmagadora maioria de votos nas zonas rurais, mas registando resultados menos significativos nas cidades, em particular na capital.

Segundo informações divulgadas pela televisão albanesa, o Partido do Trabalho irá dispor de cerca de dois terços dos assentos do novo Parlamento, cabendo ao Partido Democrático (a principal força da oposição) praticamente o outro terço. A Omónia, associação de defesa da minoria grega, ficará com escassa representação parlamentar.

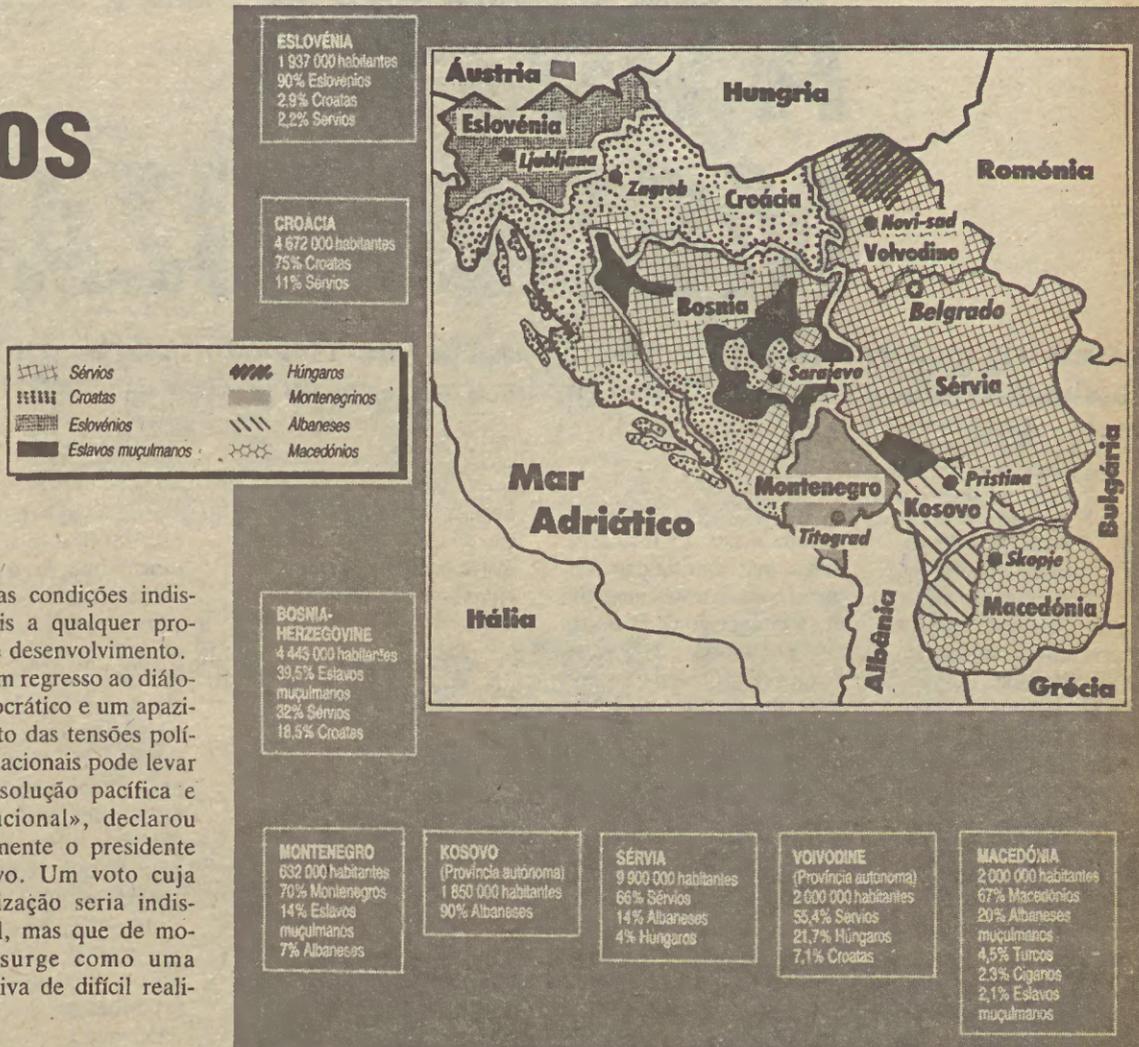
Na capital, Tirana, e nalgumas outras cidades do país, foi a oposição que saiu vitoriosa.

Comentando os resultados eleitorais em conferência de imprensa, Xhelil Ghoni, secretário do Comitê

Central do Partido do Trabalho, afirmou que estes vieram confirmar que os comunistas são «a maior força política do país e gozam da total confiança do povo», prometendo ainda «um futuro mais optimista» para a Albânia, e que os comunistas iriam prosseguir o caminho das reformas que tinham iniciado.

A situação no país está entretanto longe de ser fácil. A economia tem-se vindo a ressentir nomeadamente das vagas de emigração. A incerteza no plano político reflecte-se numa acentuada baixa da produção.

O debate económico foi, aliás, um dos temas centrais na campanha eleitoral. O Partido Democrático defende a rápida e total privatização da indústria e da terra. Pelo contrário, o Partido do Trabalho Albanês é favorável a uma economia mista.



A OUTRA MODERNIZAÇÃO

A necessária modernização da indústria passa por uma maior valorização do trabalho, defende-se nos documentos em discussão no Congresso dos Metalúrgicos

O 5º Congresso da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, que decorre este fim-de-semana na Cova da Piedade, culmina mês e meio de plenários e reuniões nos locais de trabalho, acompanhados de diversas reuniões especializadas, onde estiveram em foco as propostas avançadas pelo Conselho Nacional da FSMMP no projecto de plataforma de acção para os próximos três anos.

Durante sexta-feira, sábado e domingo, no ginásio da SFUAP, os 350 delegados dos 16 sindicatos que constituem a federação vão apreciar o relatório de actividades do Conselho Nacional cessante, discutir e votar o projecto de plataforma de acção, proceder a ajustamentos pontuais nos estatutos e eleger o CN para o próximo triénio. No domingo, cerca das 12 horas, intervirá na sessão de encerramento o coordenador da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva.

Ao analisar -no documento-base e nos 15 textos de apoio que aprofundam alguns temas- o actual momento da integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, a federação dos metalúrgicos e mineiros alerta para o impacto do mercado interno de 1993, particularmente na indústria, recordando que estudos efectuados pela Comissão das Comunidades referenciam no nosso país 53 sectores sensíveis, que abrangem 68 por cento do emprego industrial e que seriam os mais afectados pela eliminação dos entraves à concorrência. Entre os sectores com competitividade fraca ou muito fraca figuram a construção de material ferroviário, a fabricação de máquinas para as indústrias alimentares e químicas, a construção de máquinas e tractores agrícolas, de máquinas para trabalhos de metais e madeiras, de máquinas têxteis, de máquinas para as minas e a metalurgia, de máquinas de escritório e tratamento de informação, a in-

dústria automóvel, a produção de electrodomésticos, de instrumentos de precisão e aparelhos de medida, e de material médico-cirúrgico.

A realização do mercado único não deixará igualmente de ter consequências negativas na indústria siderúrgica, nomeadamente a forte redução do emprego, para além das já verificadas - alerta ainda a federação nos documentos que o congresso vai apreciar.

Neste quadro, a política industrial dos diversos governos nos últimos anos não tem tido em conta a necessidade de alterar o padrão de especialização da indústria portuguesa; propõe-se ao congresso que condene a política de moderação salarial, precarização, flexibilização e desregulamentação das condições de trabalho, pois estas linhas tendem a reforçar uma competitividade apoiada em baixos salários, num baixo grau de qualificação e em condições de trabalho degradadas.

Em alternativa, a FSMMP aponta para uma especialização que aposte numa mais elevada qualificação do trabalho, a qual tenderá a reforçar especializações produtivas, com a adopção de escolhas tecnológicas e organizacionais mais qualificantes. A intensa concorrência económica e o acentuado ritmo de inovação tecnológica, afirma-se, exigem políticas que valorizem a força de trabalho nas suas múltiplas dimensões (formação inicial, qualificação de activos, formação contínua, estabilidade dos vínculos contratuais, carreiras profissionais, etc.).

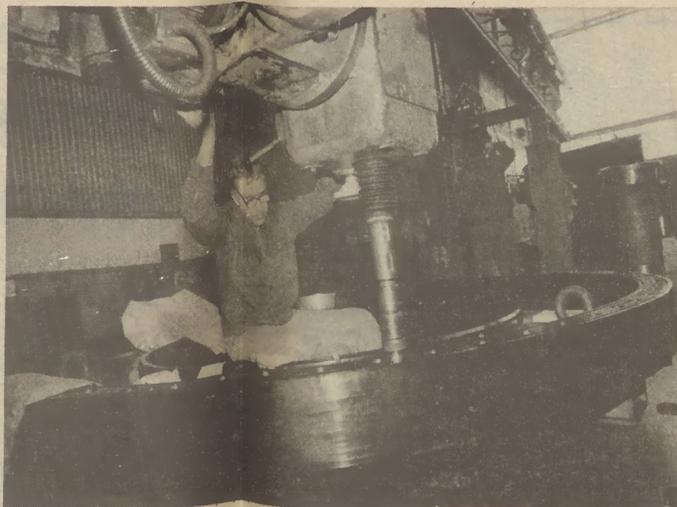
Nos documentos em discussão no congresso considera-se que o aumento da qualificação da força de trabalho é um factor de importância estratégica; esse aumento deverá traduzir-se no reforço do papel dos quadros técnicos do sector, atendendo ao papel fundamental que desempenham no processo produtivo no que respeita ao domínio da tecnologia.



Os sectores, considerados estratégicos, abrangidos pelos sindicatos da FSMMP apresentam em regra um maior peso de quadros e de trabalhadores qualificados, possuindo assim condições favoráveis para participar num projecto nacional de verdadeira modernização e desenvolvimento. A federação, como refere o projecto de plataforma para a acção nos próximos três anos, tem defendido e defende uma estratégia nacional de desenvolvimento económico que assente no aproveitamento dos recursos nacionais, na valorização da força de trabalho e na correcção dos atrasos e desequilíbrios existentes.

DM

TRABALHADORES



O aumento da qualificação da força de trabalho deve ser considerado um factor de importância estratégica para o desenvolvimento do País

A política industrial dos diversos governos nos últimos anos não tem tido em conta a necessidade de alterar o padrão de especialização da indústria portuguesa



Um retrato do sector

Os sectores do âmbito dos sindicatos da FSMMP (minas, siderurgia, indústria automóvel, construção e reparação naval, metalomecânica pesada, moldes, «linha branca», ourivesaria e relojoaria, e outros) tinham, em 1989, 15 mil empresas e 16 400 estabelecimentos, onde trabalhavam perto de 250 mil pessoas, representando as mulheres cerca de 13 por cento. A maior parte das empresas (68,3%) empregava menos de 10 trabalhadores. Um estudo feito para o congresso deste fim-de-semana refere que tem diminuído, nos últimos três anos, o peso das empresas com mais de 400 trabalhadores, o que terá a ver com a liquidação de postos de trabalho nas grandes unidades fabris, a qual empurrou muitos dos operários despedidos para actividades por conta própria.

Verifica-se uma grande concentração regional: nos distritos de Aveiro, Braga, Lisboa, Porto e Setúbal situam-se 68,4 por cento das empresas, com cerca de 80 por cento dos trabalhadores. A indústria mineira tem uma grande percentagem de trabalhadores com habilitações inferiores ao ensino básico. Contudo, em todos os subsectores a percentagem de bacharéis e licenciados é superior à média nacional da indústria transformadora; o mesmo se passa com os índices relativos aos profissionais qualificados. Já o peso dos praticantes e aprendizes fica muito aquém da média. Nas empresas do âmbito da federação está a baixar a antiguidade dos trabalhadores, o que é entendido como efeito da substituição de operários mais antigos por jovens contratados a prazo.



127 acidentes mortais

Mais de 170 mil acidentes de trabalho, só nas indústrias mineira, siderúrgica, naval, metalomecânica e automóvel, assinalaram, segundo a FSMMP, o primeiro semestre de 1990.

Desses mais de 170 mil (173 147 exactamente), 127 foram mortais.

Depois de referir alguns elementos já divulgados sobre os prejuízos resultantes desse elevado número de acidentes na economia em geral, a comissão executiva da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal adianta que «milhares de trabalhadores em situação precária na maior parte dos casos sem qualquer seguro e formação adequada» preo-

cupa seriamente os sindicatos que estarão representados no V Congresso onde serão debatidos os problemas e as reivindicações sobre esse assunto.

A direcção da FSMMP salienta ainda que, «apesar da redução significativa dos postos de trabalho, o número de acidentes não pára de crescer (mais de 16,5 em 1989, comparando com 1987)».

O aparecimento do emprego precário influi no aumento da sinistralidade.

O V Congresso tratará da solução deste gravíssimo problema, incluindo medidas no âmbito da «segurança social para as vítimas de acidentes de trabalho e doenças profissionais».

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Epigrama

Santana Lopes que tem
na América amigos queridos
a Custódia de Belém
manda aos Estados Unidos.

— A Custódia? — gaguejava
na voz de rícino e fel —
A Custódia? Eu cá pensava
que aquilo era um pastel...

Perdões

Está fresco ainda o escândalo do perdão
de Aveiro. Quem diria?
Já o governo perdoa mais meio milhão
a uma empresa algarvia...

Sugestão aqui fica:
acaba-se a rubrica «contribuições»
e em lugar dela fica
uma outra: a dos «perdões»...

(Se não uma rubrica, que tem perigos,
ao menos um «clube para amigos»...)

Eles, segundo Goya

É natural
ser-se venal.
A corrupção?
Isso é banal.
E ser ladrão
que tem de mal?...

Fundos imundos
que pelos modos
vêm lá dos fundos
da CEE
chegam pra todos
olaré, lé, lé...

(Pra todos quantos
fritam, pelos cantos,
o vil metal...)

É natural
a confusão.
E ser ladrão
que tem de mal?
Que crimes notam?

Dizem «Portugal...»
e arrotam.

A paz, segundo Cavaco

Os professores fizeram
uma greve. Tiveram
fortes razões, pois na verdade
além de mais era uma questão de dignidade.

Os trabalhadores dos museus fizeram
uma greve. Tiveram
fortes razões. Sem responder
o governo ficou a olhar, a olhar.
Não arranjou sequer
modo de se desculpar...

Os trabalhadores das finanças fizeram
uma greve. Tiveram
fortes razões. E viu-se logo
que o governo brincava com o fogo...

Daqui tiramos já
uma conclusão:
Quem luta com razão
quem luta, vencerá.
É se o governo diz
que o país
está contente
e reina a paz social
no seu jardim
— a realidade não mente.
O governo é que sim...

Incrível!



Pagamentos

Em declarações difundidas
pela cadeia de televisão «La
Cinq», o presidente libanês,
Elias Haroui, garantiu que a
saída do Líbano do ex-chefe
das milícias cristãs, general
Michel Aoun, que se encontra
refugiado na embaixada
francesa desde 13 de Outubro
do ano passado (altura em que
uma operação conjunta dos
exércitos libanês e sírio o
desalojou das posições que
ocupava), só se poderá fazer
mediante o pagamento de 30
milhões de dólares (qualquer
coisa como 4,5 milhões de
contos). A coisa dita assim
parece um bocado grosseira,
como, de resto, alguma
imprensa procurou indiciar ao
puxar para título o pormenor
do «pagamento». Só que falta
um pormenor (aliás também
referido por Haroui): o tal
«pagamento» é uma tentativa
das autoridades libanesas em
reaver... alguns dos largos
milhões de contos que o
general Aoun enviou para
França em seu nome e no da
mulher...

Sincronia

Há dias um nova-iorquino
tentou roubar um carro da
policia mas foi logo preso,
porque estava um agente no
interior do veículo. O episódio,
aparentemente grotesco para
quem olha os EUA do lado de
cá do Atlântico com a
sobranceria de milénios de
história, é premonitório nos
tempos que correm a favor do
bastião do capitalismo: a sua
vitória é tão completa e a sua

lógica tão perfeita, que ladrões
e polícias já actuam em
sincronia.

Ruídos

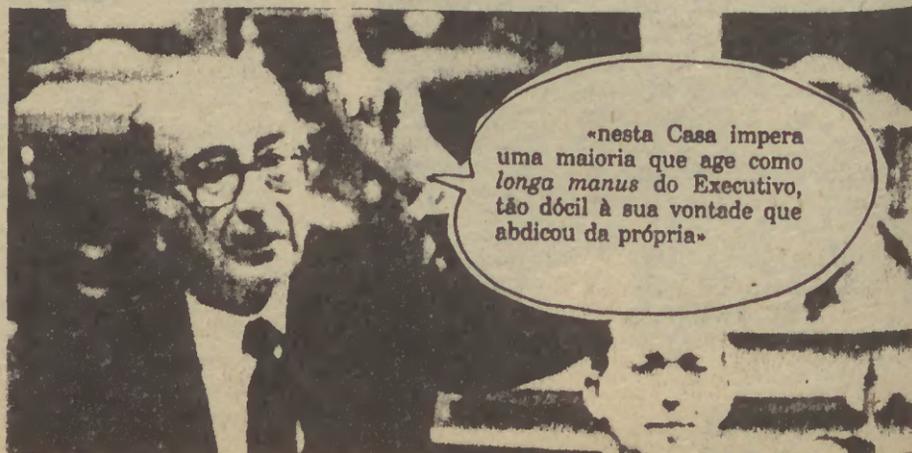
Segundo o Instituto Nacional
do Ambiente, «o ruído
produzido pelos motociclos é o
mais detestado pelos
portugueses mas,
curiosamente, uma animada
cavaqueira entre amigos
perturba mais que o barulho
dos aviões». Este Instituto é que nos topa.
Quanto a motores, esse
primado da tecnologia, a prova
provada aí está — o de dois
tempos já é tão português que
toda a gente protesta,
enquanto o a jacto atoa menos
que uma «animada
cavaqueira». É o que faz um
outro defeito nacional —
darmos «cavaco» e depois
arrendermo-nos.

Vitórias

Isto de resultados eleitorais
tem que se lhe diga. A fazer fé

nas notícias e comentários que
vão chegando às primeiras
páginas dos jornais, no acto
eleitoral de domingo passado
na Albânia os comunistas
ganharam por maioria
absoluta, obtendo qualquer
coisa como dois terços dos
votos, esmagando claramente a
principal força da oposição, o
Partido Democrático. No
entanto o líder do partido
vencedor, Ramiz Alia, não foi
eleito no círculo em que
concorreu e a oposição,
embora se ficasse por menos de
um terço dos votos, foi a força
mais votada na capital e em
algumas cidades. Vai daí os
ilustres comentadores
ocidentais, com megafones cá
no burgo, desataram a falar de
«uma impressionante vitória da
oposição nas cidades» e a
prever que o próximo governo,
saído destas eleições com dois
terços dos votos por trás, «não
durará muitos meses».

Em resumo: apesar de terem
obtido uma folgada maioria
absoluta, os comunistas
albaneses... perderam.



«nesta Casa impera
uma maioria que age como
longa manus do Executivo,
tão dócil à sua vontade que
abdicou da própria»

— Almeida Santos na AR — «Diário de Notícias», 3 de Abril

Frases
da semana

«Eu por mim,
preparava-me para engolir
(metaforicamente) a dra.
Leonor, a dra. Isabel, o dr.
Santana, o eng. Roberto, os
manos Arlindos e todas as
outras senhoras, com o
propósito mesquinho e,
percebo agora, vão, de ter o
dr. Cavaco e o dr. Bezeza a
tomar firmemente conta do
cofre. Julguei que era
melhor para mim e para os
probrezinhos. Engano meu.
Ao que parece tanto faz. Já
não sou preciso, miserável
que sou, de votar Cavaco».

— Vasco Pulido Valente, no
«Independente» de 28 de
Março

«A primeira metade da
década de 90 não será um
período de facilidades! Mas
será um tempo de grandes
oportunidades, que não
podemos perder».

— Cavaco Silva, nas Jornadas
Parlamentares do PSD, em Se-
túbal

«Num país com tanta
miséria, de falta de
oportunidades, com tanta
gente na bicha e que não é
contemplada, e que os
responsáveis continuam a
cantar como moderno e
europeu, poderemos nós
continuar a acreditar e a
aceitar que assim seja, ou
devemos nós alertar e gritar
contra as situações de
injustiça?»

— Bispo de Setúbal à RDP, em
30 de Março

«Falta uma decisão política
por parte da Comunidade
Europeia para o
aproveitamento da energia
solar em Portugal».

— Professor Leopoldo de
Almeida, na apresentação, feita
pelo Secretário de Estado da
Energia, da X Conferência so-
bre o Fotovoltaico e a Energia
Solar, em Guimarães.

— Alguma vez roubou
livros?

«Nunca o fiz sem uma forte
justificação ideológica...»

— Nuno Ribeiro da Silva, secre-
tário de Estado da Energia, ao
«Expresso» de 29 de Março

— Que livros mais gostou de
ter à cabeceira?

— «Os Cinco».

— E na cabeça?

— «Os Sete».

— Pedro Santana Lopes, secre-
tário de Estado da Cultura, em
resposta a perguntas do «Inde-
pendente» de 28 de Março

«O próprio Cristo se viesse
hoje à Terra não
conseguiria dividir esta
gigantesca sociedade».

— Mikhail Gorbatchov, em
entrevista ao «Der Spiegel»,
após o referendo de Março
sobre a URSS



Acórdão sobre o Pacote Laboral

— *uma vitória que não deve ser diminuída*

Como é sabido, o Tribunal Constitucional pronunciou-se em sessão de 21 de Março, em apreciação preventiva, a requerimento do Presidente da República, pela inconstitucionalidade de todas as normas do decreto da Assembleia da República que autorizou o Governo a legislar em matéria de trabalho, isto é, a aprovar o «pacote laboral» (trabalho de menores, férias, trabalho em regime de comissão de serviço, período experimental, duração e organização do tempo de trabalho, de cessação do contrato de trabalho por inadaptação do trabalhador). Esteve em causa, nesta fase, o facto de terem sido violadas as normas constitucionais que impõem a participação das organizações dos trabalhadores na elaboração da legislação laboral. A decisão é de uma grande importância, por ter inviabilizado a violação de direitos de participação, que são direitos fundamentais, e por ter confirmado que é à Assembleia da República, com a sua composição plural, que cabe protagonizar a condução da audição pública em tão importante matéria e não apenas por ter adiado a perspectiva de aprovação do «pacote laboral», abrindo novas possibilidades de luta.

É evidente que a conformidade ou não com a lei fundamental está longe de constituir um critério exclusivo para apreciar a correcção de medidas políticas, económicas e sociais. A Constituição não representa um «chapéu de chuva» protector, em todos os aspectos, dos direitos individuais e colectivos dos cidadãos nem uma garantia exclusiva da adequação das medidas dos órgãos de poder aos interesses dos trabalhadores e do povo. A vida política, e em particular o exercício do poder, não podem ser concebidos como uma mera execução das normas constitucionais, nem a conformidade com estas como o critério de avaliação exclusivo de legislação, actos administrativos ou outros de órgãos de poder.

É evidente, por outro lado, que a fiscalização da constitucionalidade das leis não assegura que o seu resultado seja incontestável. O facto de o Tribunal Constitucional acordar que um conjunto de normas é conforme com a Constituição deve ser acatado mas não torna essa decisão indiscutível. Ainda recentemente tivemos um caso, o da lei eleitoral da Madeira: «passou» no Tribunal Constitucional, apesar de violar ostensivamente o princípio da representação proporcional, como aliás foi demonstrado em algumas declarações de voto de vencido. Da mesma forma, normas como as que permitiriam o despedimento por inadaptação do trabalhador não seriam menos inconstitucionais se fossem declaradas compatíveis com a Constituição, que consagra a segurança no emprego como um dos direitos, liberdades e garantias e apenas permite despedimentos individuais com justa causa. Este e outros aspectos do «pacote laboral» serão oportunamente submetidos à fiscalização preventiva do Tribunal Constitucional, mas serão inconstitucionais seja qual for a forma como este se pronuncie.

O modo como, entretanto, a declaração de inconstitucionalidade já verificada foi abordado por muitas entidades torna ainda mais necessário evidenciar a muito especial importância de, numa matéria como o «pacote laboral», o Tribunal Constitucional ter declarado a inconstitucionalidade do decreto da Assembleia da República que autorizou o Governo a legislar sobre a matéria. Não têm assim qual-

quer fundamento as tentativas, frequentes nas últimas semanas, em particular por parte de membros do Governo, de desvalorizar o significado do acórdão.

Foram utilizados para o efeito os mais diversos pretextos. Um deles, e não foi dos menores, assentou no próprio acórdão e na natureza das normas violadas (as que consagram o direito das associações sindicais e das comissões de trabalhadores a participar na legislação do trabalho).

Há quem argumente ou admita que estamos perante «inconstitucionalidades formais», querendo insinuar (ou corroborando involuntariamente) que se trata de questões



LUÍS SÁ
Membro da Comissão
Política do CC do PCP

menores, secundárias, quase sem importância. Ora a verdade é que se entende que não tem qualquer cabimento a aplicação da discutida categoria de «inconstitucionalidade formal». No máximo, este caso estaria entre aqueles em que esta «convola-se ou sublima-se em inconstitucionalidade material» (Jorge Miranda). Trata-se, na verdade, da violação de direitos fundamentais e cujo cumprimento representa dar conteúdo à democracia participativa em que, conjuntamente com a democracia representativa, tem que assentar o funcionamento do poder político tal como o concebe a Constituição.

Nem a violação das normas sobre direitos fundamentais é «formal» ou de importância secundária, nem o é a reafirmação do papel da Assembleia da República no processo de participação das organizações de trabalhadores. Não pode, assim, ser considerado como uma falta menor o comportamento e a responsabilidade política do PSD ao, também neste plano, pretender preterir direitos fundamentais e governamentalizar o poder político.

A participação pública das organizações de trabalhadores que se vai seguir não é nem pode ser concebida como uma mera formalidade secundária: não só a apreciação pública prévia e das associações sindicais e organizações de trabalhadores representa o respeito por direitos essenciais, como o conteúdo das várias posições e do debate deverá ser tido em conta nas versões finais dos diplomas. O direito de participar na elaboração de legislação do trabalho não deveria ser um mero direito a ser consultado, vindo por sistema todas as opiniões ignoradas e o Governo optar sempre pelos interesses das entidades patronais.

Por detrás de certas formas de expressão ou de argumentar nesta matéria, há uma incompatibilidade ou desadaptação ao facto de a Constituição portuguesa não se ter limitado a consagrar o elenco de direitos fundamentais típicos das constituições liberais, mas ter incluído igualmente direitos dos trabalhadores, no catálogo dos direitos fundamentais, conferindo-lhes igual importância e dignidade. Entre esses direitos contam-se exactamente os direitos de participação, em particular das associações sindicais e das comissões de trabalhadores, incluindo o direito de participação na elaboração da legislação de trabalho. Violá-los não é uma questão menor nem uma questão «formal», como se pretende insinuar, ou até se afirma abertamente; como não o é, igualmente, uma questão menor a condução do processo de participação pela Assembleia da República ou pelo Governo.

A afirmação que acaba de ser feita não representa apenas um mero adiamento do problema de fundo - o que já não seria pouco importante - nem a audição pública das organizações de trabalhadores uma batalha sem futuro.

O período de participação pública que se vai abrir constitui uma oportunidade a ser aproveitada para alargar a luta e mobilização popular e o esclarecimento em defesa dos direitos dos trabalhadores. É uma luta essencial a travar, no quadro das lutas em que estamos empenhados.

Existem, aliás, em diferentes domínios outras ameaças, para além das que constam dos diplomas que o Governo e o PSD se propõem aprovar no quadro do «pacote laboral». Mesmo sem sair do âmbito dos projectos em matéria de legislação do trabalho, convém lembrar que, além do «pacote laboral», existem outras como o projecto de criar a possibilidade de impor «pré-reformas», levando à saída compulsiva do mercado de trabalho de quem pode querer manter-se a trabalhar; e um projecto que, dizendo-se com o objectivo de instituir «medidas complementares de protecção social a aplicar no âmbito da declaração de sectores de actividade em reestruturação», abre caminho à multiplicação de situações de «desemprego involuntário» e à tentativa de fazer assentar as «reestruturações» na supressão colectiva de postos de trabalho.

O PSD transforma o Governo em comissão ambulatória de propaganda eleitoral, prepara medidas demagógicas para esconder as escolhas em causa por detrás de um frenesim de inaugurações, promessas e operações de política-espectáculo. Significativamente, porém, nem mesmo no período eleitoral consegue esconder a sua natureza, ao procurar desferir golpes sérios na situação e direitos dos trabalhadores portugueses. Esta é mais uma razão para conjugar a intervenção nas batalhas imediatas, em que cabe um papel destacado ao movimento sindical e às organizações dos trabalhadores, com a luta para derrotar a direita nas eleições para a Assembleia da República e construir uma solução democrática alternativa, incluindo um governo capaz de dar outro rumo à política nacional. Um dos aspectos desse novo rumo terá que ser o respeito dos direitos dos trabalhadores e da Constituição que os consagra como parte integrante e fundamental do património democrático adquirido a partir de Abril de 1974.

Fragatas: nem tudo o que luz é ouro!...

A Marinha acaba de receber a «Vasco da Gama», nome de baptismo da primeira das três fragatas MEKO mandadas construir em 1986.

Equipadas com o último grito da tecnologia militar, principalmente ao nível de sistemas de lançamento de mísseis e de comunicações, estas modernas unidades navais não estão ainda ao nível operacional necessário.

Vocacionadas, sobretudo, para a luta anti-submarina, as MEKO vêm, no entanto, desprovidas dos meios necessários: helicópteros e sonares.

Devido ao tempo útil de preparação dos pilotos e sua adaptação ao binómio heli/navio, só em 1993 haverá helicópteros embarcados nos navios, isto é, dois anos após a chegada da primeira fragata.

Os helicópteros LINX de origem inglesa vêm apetrechados para desempenhar acções de luta anti-

Tarefas nacionais ou missões NATO nos horizontes das novas fragatas?

-submarina, de guerra e de busca e salvamento, podendo operar num raio de 350 km a partir do navio.

A pompa e circunstância que rodearam a chegada desta primeira fragata, para além dos fins eleitoralistas, constitui também para o Governo a tentativa de encobrir a polémica que tem agitado as águas da Marinha, ao longo de todo o processo da sua aquisição.

A própria festa ficou ensombrada pela atitude de uma parte significativa da tripulação que, devido às «precárias condições de habitabilidade», pretende antecipar o prazo da sua comissão a bordo.

Os sargentos e praças consideram que o «exíguo espaço» para alojamento que lhes foi destinado e a disposição do mesmo representam um retrocesso em relação às condições que outras fragatas da Armada possuem.

Projecto relevante em termos tecnológicos, a opção MEKO tem suscitado críticas por desajustada às missões nacionais da Marinha, por não servir da melhor forma os objectivos nacionais e poder constituir um autêntico sorvedouro de dinheiros públicos.

Segundo dados oficiais, Portugal pagou até 1990 mais de 58 milhões de contos, apontando as previsões para pagamento, no ano de 1991 e seguintes, de cerca de 7 milhões de contos.

Estes custos não incluem obras de adaptação do cais da Base Naval do Alfeite (1,6 milhões de contos na 1.ª fase, cerca de 2 milhões na 2.ª fase), custos de manutenção (3,5 milhões de contos anuais por navio, a preços de 1988) e despesas com formação de pessoal no estrangeiro.

Estes números levantam interrogações sobre a efectiva rentabilidade do investimento, não só porque as fragatas poderão vir a estar completamente empenhadas em missões NATO, mas também pela conhecida falta de meios da Marinha para o desempenho das missões nacionais, como resultado do envelhecimento do material navegante actual.

O empenhamento orçamental na operação e manutenção das MEKO poderá pôr em risco o desempenho, com um mínimo de garantia, das missões de busca e salvamento e a vigilância da Zona Económica Exclusiva (ZEE).

Este quadro põe em causa a estratégia dos sucessivos ministros da Defesa Nacional de Cavaco Silva, que já governava em 1986, ao encaminhar a Marinha para a previsível situação de incompatibilidade entre objectivos e meios e reafirma a necessidade de uma discussão séria sobre a política de defesa nacional que é urgente fazer. Uma discussão que passa pela actualização dos Conceitos Estratégicos de Defesa Nacional e Estratégia Militar, pela definição das missões das Forças Armadas, do seu sistema de forças e dispositivo.

Uma discussão que não se compadece com as desgarradas medidas legislativas propostas pelo Governo, de critério duvidoso é que sacrifiquem claramente os interesses da política de defesa nacional aos objectivos eleitorais do PSD.

■ MC

Em ano de eleições O Governo descobre a crise no sector têxtil...

1. Com a aproximação das eleições legislativas, o Governo «descobre» a crise da Indústria Têxtil, e em particular a situação crítica do Vale do Ave. Receando que estes problemas apareçam como um claro desmentido dos pretensos êxitos da sua política económica, o Governo «desfaz-se» em visitas, inaugurações, discursos, decretos, promessas e demagogia. Primeiro foi o PEDIP, depois a OID e o PROAVE e agora são os 750 milhões de contos do PMIT, é o SINDAVE e o NACEAVE! Promete números e distribui siglas.

Procura assim lavar as mãos das responsabilidades políticas de Cavaco Silva e de sucessivos governos de direita pela crise estrutural do sector têxtil. Responsabilidades na expansão da economia subterrânea no sector, com a proliferação de empresas clandestinas, da subcontratação, os desvios e as fraudes financeiras. Responsabilidades no crescimento do sector à custa dos baixos salários, do trabalho sem direitos, precário, ao domicílio e à peça, do uso e abuso do trabalho infantil. Responsabilidades de uma política que em nome da «livre iniciativa» e das «regras de mercado» permite que algum patronato descapitalize empresas, mantenha o atraso tecnológico, reprima e limite a actividade sindical.

Responsabilidades de uma política que nunca teve uma estratégia interna e externa para uma actividade económica que representa 28% do emprego e 20% do VAB da indústria transformadora portuguesa e um terço das exportações globais do País. Política que não só não conduziu à necessária reestruturação e modernização do sector, como é a principal responsável pelo agravamento dos problemas estruturais e a acentuação da sua vulnerabilidade face aos mercados externos. Política que, ainda hoje, não assumiu nem estabeleceu com clareza o lugar e o perfil que pretende para a indústria têxtil, no quadro da economia nacional e do contexto comunitário.

2. As medidas que só agora, em ano de eleições, o Governo vem apresentar, são tardias, embora retomem de forma parcial e avulsa algumas das orientações e vectores de resposta aos problemas da indústria têxtil e do vestuário, há muito avançadas pelo PCP e pelo movimento sindical unitário.

São ainda um reconhecimento público das fragilidades e insuficiências do PEDIP e da própria OID do Vale do Ave, para acorrer aos estrangulamentos económicos e sociais do sector e das regiões têxteis, tal como o PCP há muito denunciou e o Governo sempre procurou desmentir.

Não se compreende, e o PMIT não o explica, por que razão o Governo perdeu anos em tomar uma iniciativa cujos parâmetros essenciais (necessidade de reestruturação do sector, nível global dos investimentos previsíveis e prazo necessário) há muito estão definidos. E tanto mais quanto é certo que a própria Comissão da CEE, em resposta a interpelação do PCP em Julho de 89, manifestou disponibilidade para contribuir, financeira e tecnicamente, para um estudo aprofundado das necessidades do sector e para a criação de uma linha específica de apoio financeiro à imprescindível reestruturação integrada do sector têxtil português, desde que tal lhe fosse solicitado pelo Governo de Portugal. Tal como é inexplicável que o Governo tenha esperado pelo aproximar do anunciado fim do Acordo Multifibras (em Julho do corrente ano) para indiciar medidas visando a reestruturação e modernização do sector têxtil.

3. Uma análise na especialidade do PMIT suscita dúvidas fundamentadas sobre a seriedade das intenções agora propagandeadas pelo Governo.

São, por exemplo, significativas as diferenças entre os universos das empresas e trabalhadores referidos no PMIT (respectivamente 2 mil e 150 mil) e os números que se podem deduzir de um recente estudo do IAPMEI (cerca de 6 mil e 300 mil). Os critérios estabelecidos para o acesso das empresas às ajudas não procuram ter em conta a evidente diversidade económica e financeira subsectorial. O PMIT enunciando alguns apoios à diversificação da actividade económica nas zonas afectadas pela reestruturação não indica os meios financeiros disponibilizados, nem tão-pouco se garante que a dinamização visando a criação de novos empregos, alternativos, acompanhe os processos de reestruturação de forma a evitar o desemprego e impedir a degradação das economias regionais.

O PMIT é ainda um programa que continua a propor medidas «profiláticas», o encerramento de empresas e o despedimento de trabalhadores, e não aborda minimamente a necessidade de uma política preventiva que evite a expansão anárquica e clandestina de empresas, e que exija bases estruturais sólidas nos planos da tecnologia, da gestão, da criação de padrões e «designs» próprios, da distribuição e comercialização.

Esta análise da situação da indústria têxtil e da política governamental para o sector constitui uma nota da Comissão Política do CC do PCP divulgada na quarta-feira da semana passada (27 de Março).

4. Por outro lado, as medidas apresentadas inscrevem-se nos estreitos limites das condicionantes técnico-económicas dos problemas. É praticamente esquecida a vertente social: níveis salariais, estabilidade e dignificação do trabalho e do trabalhador; qualificação e requalificação profissional; participação dos trabalhadores e das suas organizações são questões estranhas às propostas governamentais.

O anúncio de algumas medidas sociais, na recente Resolução do Conselho de Ministros, destina-se, em ano eleitoral, a apaziguar o descontentamento social que cresce.

As avaliações governamentais (subestimadas) das consequências da «modernização» apontam para mais de 50 mil trabalhadores a despedir, tornam-nas manifestamente insuficientes, sobretudo se atendermos à gravidade dos projectos do governo de pôr em causa os principais direitos dos trabalhadores através do pacote laboral.

Os resultados práticos de três anos de reestruturação no subsector de lanifícios mostram com toda a clareza a inacção e falta de vontade política do governo para atender aos problemas sociais decorrentes de processos de reconversão industrial: nem formação profissional, nem empregos alternativos, nem atempadas e suficientes ajudas sociais. Mesmo nas (poucas) empresas que estão em fase de reestruturação, não existem sinais claros de uma melhoria das condições de vida e de trabalho.

5. É ainda manifesta falta de seriedade do Governo, as recentes e irresponsáveis afirmações do ministro da Indústria que, em «viagem eleitoralista» acompanhado dos secretários de Estado da Integração Europeia e da Indústria, foi a Bruxelas ter um encontro com os deputados portugueses do Parlamento Europeu sobre a situação do sector têxtil!!!

O senhor ministro diz que «não se vive uma grave crise no Vale do Ave por via das dificuldades que o sector estaria a atravessar» porque, para o Governo, centenas de empresas clandestinas, milhares de trabalhadores com situações precárias, o ressurgimento dos salários em atraso e a situação de despedimento, efectuada ou potencial, de muitas centenas de trabalhadores, não são fenómenos visíveis. Nem sequer contam para as suas estatísticas.

Se foi certo que problemas e dificuldades começaram por existir apenas em algumas empresas, não é menos certo que hoje (como foi prevenido) a situação existente aponta que apenas algumas empresas não têm problemas nem dificuldades.

É lamentável que um ministro venha acenar como razões de possíveis dificuldades na obtenção de crédito, uma «empolada e falsa crise» que assustaria o sistema financeiro! Como se os bancos não dispusessem de uma informação precisa e rigorosa da situação das empresas e do sector! Ou como se as grandes orientações sobre a política de crédito não fossem gizadas pelo Governo e pelo Banco Central!

6. O Partido Comunista Português de há muito vem alertando para a necessidade de medidas de defesa do sector têxtil. No Parlamento Europeu, na Assembleia da República e através de iniciativas próprias, o PCP tem apresentado propostas para a reestruturação e modernização do sector têxtil. Propostas em que sempre consideramos como parte integrante e essencial a protecção social e a melhoria das condições de vida e de trabalho, questão central das reivindicações dos trabalhadores do sector. Propostas que assegurem o desenvolvimento deste importante sector de actividade, através de uma política integradora das necessárias medidas de reestruturação e diversificação industrial, de desenvolvimento regional, de protecção de emprego e qualificação dos trabalhadores, de defesa dos interesses portugueses na CEE.

É na continuidade dessa intensa intervenção que agora decidimos realizar as Jornadas sobre o Sector Têxtil, cuja iniciativa central se fará em Guimarães, no Cinema Castelo, pelas 9H30 de 7 de Abril.

O debate, aberto a todos os interessados, comunistas ou não, contará com a presença de operários, técnicos, pequenos e médios empresários, sindicalistas e autarcas, dos diversos subsectores e regiões do País.

O debate terá como participantes e convidados especialistas e deputados da Assembleia da República e do Parlamento Europeu, alguns dos quais de Espanha e França, conhecedores de experiências de reestruturação em zonas têxteis. O camarada Carlos Carvalhas, Secretário-Geral Adjunto do PCP e deputado à Assembleia da República, encerrará os trabalhos.

As Jornadas, com um âmbito nacional, compreenderão ainda um conjunto de iniciativas diversificadas a realizar nos outros pólos da indústria têxtil.

2ª Assembleia da OR de Castelo Branco

Linhas de acção

A 2ª Assembleia da DORCB, realizada em 9 de Março, em Castelo Branco, com mais de 200 presenças, entre delegados e convidados, teve duas grandes linhas prioritárias, interligadas, a orientá-la:

— uma, a luta de massas, a defesa dos direitos e aspirações dos trabalhadores e das populações. A luta pelo desenvolvimento regional, o exame dos problemas económicos, agrícolas, sociais, culturais, ambientais e outros, apresentando ideias e propostas concretas;

— outra, a preocupação constante, o empenhamento activo pelo desenvolvimento e reforço da organização do nosso Partido e a sua ligação às massas.

A Assembleia da ORCB caracterizou alguns traços económicos e sociais que marcam o Distrito de Castelo Branco. O atraso e a marginalização do Interior é uma marca que ocupa 31% da população activa do Distrito, enfrenta grandes dificuldades com a invasão de produtos agrícolas estrangeiros e falta de apoios estatais. A floresta, uma riqueza fabulosa da região, nos últimos anos, tem vindo a ser sistematicamente destruída pelos incêndios, ao mesmo tempo que vemos estender a mancha de milhares e milhares de hectares de eucaliptos. O Distrito tem das piores estradas e caminho-de-ferro do país. A assistência médica é péssima. Há falta de escolas, etc.

Cavaco Silva e o seu Governo agitam muito a bandeira do «desenvolvimento do Interior», mas vemos esse Governo congelar e boicotar projectos de grande impacto para o desenvolvimento da região, como o projecto de Regadio da Cova da Beira que prevê, entre outras valias, irrigar 18000 hectares de terra.

Em relação ao subsector dos lanifícios, que ocupa cerca de 6500 postos de trabalho, um subsector fundamental da região, em

vez de uma política que defenda este ramo da indústria, não. O Governo PSD orienta-se por uma chamada «reestruturação», em obediência à CEE, que leva à destruição da maioria das empresas dos lanifícios e lançar no desemprego milhares de trabalhadores. No vestuário, que emprega, no Distrito, à volta de 6000 trabalhadores, reina uma exploração desumana com baixos salários e ritmos infernais de trabalho. As perspectivas para este sector não são também muito animadoras.

Nós, comunistas, defendemos um desenvolvimento (e não simples crescimento) orientado para a diversificação industrial, um desenvolvimento que parta do aproveitamento integral dos recursos e potencialidades da região, que tenha em conta os sectores básicos e tradicionais, como os têxteis, a agricultura, a floresta, os minérios e outros.

A Resolução Política da 2ª Assembleia da ORCB apresenta um grande conjunto de ideias e propostas em relação aos principais sectores da vida do nosso Distrito, nomeadamente, indústria, agricultura, floresta, vias de comunicação, formação profissional, comércio, habitação, saúde, ensino, turismo, meio ambiente e outros.

O Relatório e a Resolução Política fazem, de certo modo, uma análise aprofundada das questões da organização e dos quadros. Sem dar desenvolvimento, eis algumas linhas e tarefas prioritárias apontadas com vista a fortalecer a organização do Partido no Distrito:

— continuar a aprofundar os problemas de organização e quadros a todos os níveis envolvendo o maior número possível de militantes na discussão;

— redobrar esforços para reforçar e revitalizar as comissões concelhias e de freguesia, trabalhar para que elas se assumam como organismos dirigentes;

— dirigir esforços no sentido de aumentar a influência do Partido nas empresas. Saber encontrar soluções orgânicas eficazes, organismos intermédios e quadros capazes de assegurar o acompanhamento

A Direcção Regional passou de 11 para 20 membros 15 dos quais não são funcionários do Partido



ANTÓNIO GERVÁSIO
Membro da Comissão Executiva Nacional do CC do PCP. Responsável da DOR de Castelo Branco

regular das células e das empresas onde é necessário criar organização do Partido;

— melhorar a estrutura orgânica, criando novos organismos intermédios nas diversas áreas da actividade do Partido. Procurar o enquadramento orgânico dos militantes na área onde actuam. Encontrar formas orgânicas maleáveis (como plenários e convívios) no sentido de reduzir ao mínimo os chamados «desligados»;

— tornar regular a realização das assembleias da organização, chamando novos militantes às tarefas do Parti-

do;

— reforçar o nosso trabalho nas frentes e grandes sectores como nos sindicatos, autarquias, agricultores, juventude, mulheres, intelectuais, movimento associativo, reformados;

— dar maior atenção ao recrutamento de activistas para o Partido, orientando-o para as empresas, juventude, activistas sindicais, autarquias e outros sectores. Cada novo militante deve ter o seu enquadramento orgânico, a sua tarefa;

— conhecer melhor os quadros, conhecer todos os militantes inscritos, a sua militância, disposição, a tarefa mais ajustada para si. Estimular nos quadros o interesse pelo estudo e pela sua preocupação política e ideológica;

— haver maior atenção à propaganda e à Imprensa do Partido, à divulgação da sua mensagem entre as massas. Encarar medidas concretas para alargar a venda do «AVANTE!» e do «MILITANTE».

A 2ª Assembleia da ORCB elegeu uma nova Direcção Regional que marca uma significativa renovação. Passou de 11 para 20 membros, 15 dos quais não são funcionários do Partido.

Estamos convencidos, apesar de eventuais dificuldades que possam aparecer aqui e ali, que a nova Direcção Regional será uma Direcção mais operativa, irá melhorar o nosso trabalho político e orgânico, aumentar a capacidade do aprofundamento dos problemas, ter maior intervenção política nas diversas áreas da actividade do Partido no Distrito.

Lei Quadro da Regionalização

Transformar a manobra do Governo em passo para a Regionalização

Está agendada para o próximo dia 11 de Abril na Assembleia da República a discussão da proposta de Lei Quadro do Governo sobre Regionalização.

Tal iniciativa corresponde de facto a um recuo do Governo perante o movimento que no País vem reclamando a criação das regiões administrativas.

Depois de meses e meses de um período de letargia imposto ao processo de regionalização pela maioria do PSD na Assembleia da República tal acontecimento suscita, porém, natural e imediatamente duas interrogações:

Primeira: a de saber se se está perante uma nova postura, ainda que forçada, do Governo e do PSD face à temática da regionalização ou se pelo contrário com esta iniciativa se procura fundamentalmente a encenação de uma nova e enorme campanha de propaganda tendente a eximir a responsabilidade do PSD no bloqueamento da regionalização em vésperas de novas eleições.

Segunda: é a de verificar em que medida o debate agendado na Assembleia da República para 11 de Abril se pode vir a traduzir num novo passo na criação das regiões administrativas ainda que não seja, como julgamos não ser, esse o desiderato do Governo.

Quanto à primeira das duas questões acima colocadas a resposta não merece grandes hesitações. O objectivo central é de desenvolver uma intensa campanha mistificadora capaz de iludir a opinião pública e procurar limpar uma imagem de bloqueio à regionalização que justa e fundamentalmente em seu redor se criou procurando que simultaneamente tal iniciativa se esgote no acto de aprovação na generalidade da Lei Quadro sem que a ela corresponda qualquer outro avanço tendente a desbloquear o processo de regionalização.

Toda a história da criação das regiões administrativas no Portugal de Abril (uma história de luta e reivindicação popular contra a natureza e a prática centralizadora de sucessivos governos de direita) e acontecimentos recentes protagonizados no decurso da legislatura que agora se aproxima do seu termo não permitem alimentar quaisquer ilusões.

Evidenciamos alguns factos:

— A proposta de Lei Quadro do Governo, datada de 18 de Outubro do ano passado tardiamente apresentada (14 anos após a vigência da Constituição prever a instituição das regiões administrativas, cinco anos após governação de partido único do PSD e mais de três anos após a tomada de posse do actual Governo e a menos de um ano do termo de uma legislatura em que o PSD deteve a maioria absoluta) foi apresentada num momento em que se encontrava em curso na Assembleia da República o processo de regionalização.

— Com a proposta de Lei Quadro sobre Regionalização, ainda que a sua apresentação tenha correspondido a um recuo das posições totalmente imobilistas, o Governo procurou

introduzir de facto um novo instrumento para fazer recuar à «estaca zero» todo o caminho que até então, e com muita luta, se havia conseguido percorrer.

— A proposta de Lei Quadro que agora se vai discutir e aprovar na generalidade sê-lo-á num momento em que estão passados dois anos sobre a aprovação na generalidade de 5 projectos de lei sobre Regionalização, e de se ter procedido a duas consultas às Assembleias Municipais e a um debate promovido pelo Comissão de Poder Local já editado em livro.

— É particularmente sintomático que o único partido com assento parlamentar que não tem um projecto de lei aprovado na generalidade e portanto submetido a consulta às Assembleias Municipais, seja o PSD. E a explicação para tal situação não residirá tanto no facto de o grupo parlamentar do PSD se poder caracterizar pela preguiça ou inutilidade, como a ele se refere o Primeiro-Ministro e Presidente do Partido, mas fundamentalmente nas orientações e determinação do PSD quanto ao processo de regionalização. É matéria que nem a entrada em vigor das penalizações, multas, ou quicá outros castigos teria podido alterar.

— A coroar os infundáveis artificios criados para protelar o andamento do processo em curso na Assembleia da República, nos quais até se encaixou um programa de visitas de deputados da Comissão de Poder Local a cinco países da Europa, a maioria parlamentar do PSD opôs-se em Novembro de 1990 à Proposta de Resolução apresentada pelo grupo parlamentar do PCP que fixava um calendário concreto para a instituição das regiões administrativas.

Ainda que forçado a apresentar a proposta de Lei Quadro primeiro e depois ao ter de o agendar, o que constitui indubitavelmente um recuo e uma relativa derrota face ao clamor crescente do País que reclama a regionalização, não devem ser alimentadas ilusões quanto à orientação e dinâmica que o Governo e o PSD procurarão imprimir ao processo de criação das regiões administrativas.

Já que obrigado a algo fazer o objectivo do Governo e do PSD será o de procurar parecer que faz para não permitir que nada de sério se faça.

Há pois que não permitir que o Governo transforme tal agendamento num mero exercício para tentar caricaturar as suas reais posições de bloqueio à regionalização numa ilusória postura de dinâmica regionalista.

Obrigamos o Governo e a maioria PSD a novas cedências ao movimento de reivindicação popular e nacional pela criação

das regiões administrativas, eis o desafio e a tarefa imediata que se coloca a todos quantos por elas lutam.

Só a luta e a reivindicação popular, a intervenção determinada do Poder Local e o movimento de opinião democrática conduzirão a que, num sentido contrário à vontade e às perspectivas do Governo, esta iniciativa seja prolongada por novos e subsequentes passos necessários à continuidade do processo de regionalização. Consequi-lo, constituirá sem dúvida uma significativa conquista de todos quantos pelas regiões se têm batido.

Importa pois que à aprovação na generalidade se lhe siga de imediato na Assembleia da República a discussão e aprovação na especialidade dos projectos e propostas de Lei sobre Regionalização existentes e se estabeleça o calendário das acções que se apresentem possíveis na actual legislatura.

Forçar a maioria parlamentar do PSD a deixar aprovada na especialidade uma lei Quadro de Regionalização (expurgada das distorções, mais centralistas e autoritárias que a proposta prevê), cuja ausência tem sido utilizada como um falso pretexto para não permitir outros desenvolvimentos, não deixaria de se assumir como um elemento capaz de criar melhores condições, no início da próxima legislatura, na luta pela instituição das regiões.

Não basta pois ficar-se pela aprovação na generalidade da Lei Quadro da Regionalização. Impõem-se novos passos ainda na actual legislatura. Impõe-se que cada partido assumam clara e frontalmente perante o País em véspera de um novo juízo eleitoral as suas reais intenções e posição em matéria de regionalização.

As próximas eleições legislativas constituirão uma ocasião priada para, através da imposição de uma derrota ao PSD e à direita, abrir também em matéria de regionalização perspectivas de uma solução democrática no interesse das regiões, do País, dos portugueses.

Pelas iniciativas tomadas, a combatividade e coerência das posições do PCP desde a primeira hora em matéria de regionalização, o reforço da votação e do número de deputados do PCP e da CDU constituirá a melhor e mais consistente garantia de um percurso que conduza a curto prazo à criação e instituição das Regiões Administrativas



JORGE CORDEIRO
Membro suplente do Comité Central do PCP e do Executivo da DORL

Obrigado a fazer qualquer coisa o objectivo do Governo é não permitir que nada de sério se faça

O Referendo na URSS

Justificava-se a confiança com que na URSS era encaráda, pelos seus promotores, o referendo de 16 de Março último. O resultado veio revelar que a vontade de continuar a União é largamente maioritária. À pergunta feita aos soviéticos - «Considera necessária a manutenção da URSS como federação renovada das Repúblicas soberanas e iguais em direitos em que serão plenamente garantidos os direitos e liberdades do Homem de qualquer nacionalidade» - estes reponderam um SIM inequívoco. Dos votantes, 76 por cento manifestaram-se afirmativamente.

A vitória registada começa desde logo a contar-se pelo facto de que, apesar de numerosas dificuldades e boicotes colocados pelos separatistas e por opositoristas à política seguida pelo governo soviético, terem participado no referendo 80 por cento dos cidadãos inscritos. Assim, o resul-

tado obtido corresponde não apenas a uma maioria de votos expressos, mas à maioria absoluta dos inscritos - 58 por cento.

Este resultado é tanto mais significativo quanto se sabe que, em algumas repúblicas, os adversários do referendo - e não apenas aqueles que votaram negativamente - recorreram a toda a espécie de meios para boicotar o acto. O terror psicológico e informativo foi particularmente vivo em algumas repúblicas, como na Moldova, na Geórgia, na Arménia, nas repúblicas bálticas e em algumas regiões da Ucrânia e da Federação Russa. Na Estónia e na Letónia, as autoridades locais foram ao ponto de proibir o referendo. E assinalaram - se mesmo roubos de boletins de voto, destruições de urnas, encerramentos de assembleias de voto.

Apesar de tudo, nas repúblicas da Moldova, Geórgia, Arménia, Lituânia, Letónia e Estónia, onde se registaram mais acções visando impedir o referendo, mais de dois milhões de cidadãos participaram nele.

Vladimir Orlov, presidente da comissão eleitoral central, afirmou, em 21 de Março, que mais de 500 mil pessoas votaram na Lituânia, outras tantas na Letónia, e 250 mil na Estónia. Na Moldova votaram cerca de 650 mil pessoas.

Entretanto, embora o NÃO tenha vencido em algumas regiões importantes da Ucrânia - Kiev, Lvov, Sverdlovsk - a maioria dos ucranianos votou favoravelmente à manutenção da União.

Em Moscovo e Leninegrado, embora por pequena margem, o SIM obteve também uma vitória. E é de assinalar que, nas repúblicas que menos têm sido abaladas por conflitos étnicos e pelas dificuldades políticas e económicas que têm afectado outras regiões, a votação favorável à União foi largamente maioritária. É o caso das repúblicas da Bielorrússia, do Casaquestão e de outras na Ásia Central, onde o SIM obteve 80 a 90 por cento dos votos.

Alguns comentadores têm pretendido extrair destes resultados a existência de uma dicotomia cidade-campo. O facto é que tem sido nas grandes cidades como Moscovo e Leninegrado, onde a maioria do SIM foi escassa, que maiores dificuldades se têm registado e onde a oposição populista dispõe de maior implantação e recursos.

É no entanto nas cinco repúblicas da Ásia Central que se concentra um terço da população soviética e onde, como já se disse, se verificou uma folgada vitória do SIM. No Casaquestão, a participação foi de 89 por cento. Na Turcoménia, a participação rondou os cem por cento - 97,7. O SIM rondou os 90 por cento no Uzbequistão e os 95 no Tadjiquistão.

Entretanto, Mikhail Gorbachov, comentando para a revista «Der Spiegel» os resultados do referendo de Março, afirmou que o povo soviético afirmou a sua fidelidade «aos nossos princípios e valores» ao votar favoravelmente a manutenção da União.

«Pela primeira vez na História», disse, «o povo foi perguntado sobre se pretende uma União como federação renovada de estados soberanos. Ora o povo disse sim à pergunta».



Droga, uma arma social

Segundo um relatório oficial recentemente tornado público nos Estados Unidos, o número de drogados americanos teria diminuído de cerca de 44 por cento, e isto no espaço de 60 meses. De 23 milhões de toxicómanos americanos, para uma população de 230 milhões de habitantes em 1985, o número teria caído para 12,9 por cento em 1990. É claro que o presidente Bush, na companhia do seu secretário para a Saúde, Louis Sullivan, aproveitou para cantar vitória de tentar redourar a sua imagem, algo ensombreada na matéria. A acreditar no optimismo calculado do presidente Bush, a droga estaria portanto a desaparecer no país do Tio Sam! A realidade é evidentemente bem diversa. Apenas em Washington, bairros inteiros são ainda hoje entregues de mãos atadas ao comércio da droga. O tráfico rende a este país 100 mil milhões de dólares anualmente. Ou seja, um quinto dos lucros realizados pelas mafias mundiais no que toca à droga.

As drogas, sem dúvida nenhuma, tornaram-se em menos de dois séculos a maior arma política de intoxicação de populações inteiras. Os exemplos aliás não faltam, infelizmente, para ilustrarem esta afirmação. Já no século passado, a droga fazia razias, essencialmente nas populações desfavorecidas do velho continente, antes de arrastar consigo uma grande parte da humanidade, à imagem dessa Inglaterra vitoriana, apoiada pela França, que imporia à força o tráfico do ópio na China.

Em Inglaterra e em França, o gim falsificado, a heroína e o absinto acabaram por destruir a franja mais miserável de um proletariado desenraizado que o capitalismo triunfante da época vertia, dos campos, sobre as sinistras cidades industriais. Esse mesmo álcool que na América tinha matado anteriormente mais índios que todos os casacos-azuis reunidos. Engels, em 1845, não se enganava ao deplorar que se «pudesse aconselhar a operários ignorantes a utilização de preparados de ópio» e que «estes o obtinham contudo por tudo e por nada».

Mas foi sobretudo em meados do século passado que os químicos alemães, extraindo a cocaína da coca, a morfina e a heroína do ópio, inventaram as drogas duras da actualidade. E foi, por fim, a Europa colonialista e expansionista e depois os Estados Unidos que favoreceram, com os meios do seu poderio industrial, a produção, o comércio e o tráfico do tabaco, do álcool, do ópio, do haxixe e mesmo

da coca. Os Estados Unidos estabelecem à sua medida, e sobretudo à medida das suas conveniências, os tratados internacionais em matéria de estupefacientes, que ainda hoje nos regem.

No que respeita ao colonialismo francês, não se fez melhor. Tanto na Indochina, com o ópio, como nos países da África do Norte: na Tunísia e em Marrocos, por exemplo, havia monopólios estatais sobre a venda do cannabis, e isto até aos anos cinquenta, enquanto nas ruas de Argel, nos anos 1937-38, o pó era omnipresente graças a um tráfico bem organizado a partir do serviço de correio dos barcos provenientes de Marselha.

Seria por acaso que, nos Estados Unidos, em 1940, a heroína fazia a sua aparição em grande quantidade, quando do levantamento de Harlem e do seu ghetto?

Neste mesmo espírito pode também colocar-se a questão da chegada misteriosa, aí também em grande quantidade, do LSD, nos campus universitários de além-Atlântico, quando das movimentações estudantis dos anos sessenta, contra o início da guerra do Vietname. Quantos jovens se afundaram então no inferno da droga?

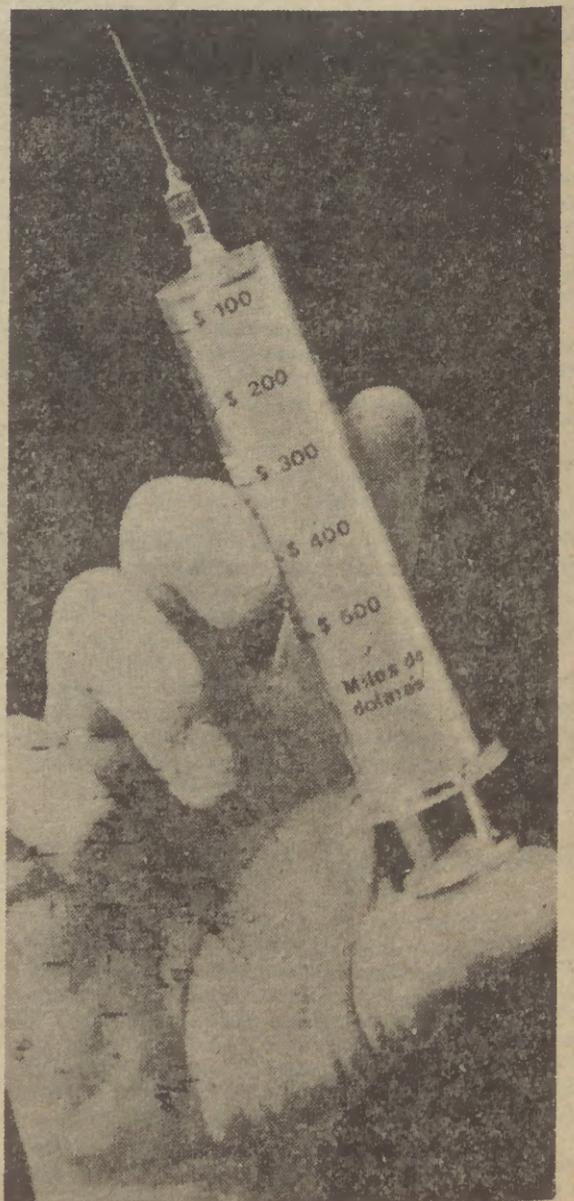
Alguns dirigentes negros, segundo Christien de Brie, analisaram e denunciaram «o genocídio rastejante pela droga da parte mais pobre de uma minoria racial que a América recusa a integrar», no próprio momento em que esta começa a fazer valer os seus direitos. Poderia crer-se que este «fenómeno» ficaria por aqui. Nada disso. Menos de dez anos mais tarde foi a vez de a marijuana se impor em força no mercado americano de consumo da droga, e muitas vezes a preços acessíveis.

Depois, uma nova droga fez furor nos meios desfavorecidos dos Estados Unidos. Esta última aparição na panóplia dos estupefacientes americanos, o crack, derivado da cocaína, terá já reduzido à escravatura da droga, em poucos anos, cerca de dois milhões de jovens, obrigando-os a sobreviver em condições as mais das vezes precárias.

É assim inteiramente lícita a pergunta sobre se o mercado da droga não será senão o produto do liberalismo e das livres trocas de capitais que se passeiam à bolina da especulação.

Pierre Gelly-Gallego

in «Révolution», Fevereiro 1991



Veneno e Dinheiro

O tempo é às vezes como uma esponja. Apaga tudo. Mesmo as memórias mais marcantes, as mais horríveis recordações. Há sempre quem ande de esponja na mão, a ver se a gente se esquece. Quem diria, hoje, ao comprar uma lata de vulgar insecticida, num qualquer país da Europa, e ao ler a marca ZYKLON, que ia destruir insectos com o mesmo produto que foi usado para assassinar centenas de milhares de pessoas nos campos de extermínio nazis?

É no entanto o que está a acontecer. Como a imprensa internacional já denunciou, o ZYKLON continua a fabricar-se. E a vender-se como pesticida em duas dezenas de países, entre os quais alguns pertencentes à comunidade europeia. Em França, por exemplo, a marca encontra-se registada no Instituto da propriedade industrial.

É de resto a mesma firma, a DEGESCH alemã, que continua a fabricar o mortal produto que, entre 1942 e 1944, fornecia aos campos da morte. A firma DEGUS-SA, de que a primeira é filial, continua, cinquenta anos mais tarde, a prosperar na Alemanha, com milhões de contos de volume de negócios e mais de meia centena de fábricas que laboram tanto na Europa como em diversas partes do mundo, como no Chile e na África do Sul, empregando dezenas de milhares de trabalhadores.

Após a derrota nazi, lambidas as feridas causadas pelos bombardeamentos aliados, e arrumado o julgamento em que os empresários se declararam inocentes e assim foram considerados pelo tribunal aliado - apenas o director-geral Frederic Peters confessou estar ao corrente do uso dado aos seus produtos, apanhando a corrente do uso dado aos seus produtos, apanhando a módica sentença de seis anos de prisão -, os negócios voltaram a prosperar. Uma esponja foi passada sobre a memória. É até o presidente da DEGUSSA, deu mais tarde o seu nome a uma fundação juvenil...

Hoje, a memória está tão apagada que a publicidade ao ZYKLON refere expressamente que a eficácia do pesticida foi provada ao longo dos últimos cinquenta anos! E garante que até hoje não se registou qualquer caso de envenamento pelo ZYKLON...

No entanto já veio a público que a DEGUSSA, através de filiais suas, forneceu recentemente ao Iraque os seus famosos produtos.

Tal como o veneno dos Bórgias, também estes venenosos negócios seguem caminhos e procedimentos muito secretos. É assim que uma filial daquela empresa alemã se vai servir de uma outra, italiana - a Techint - para transaccionar com o Iraque, o urânio que, contratualmente, deveria destinar-se à Itália.

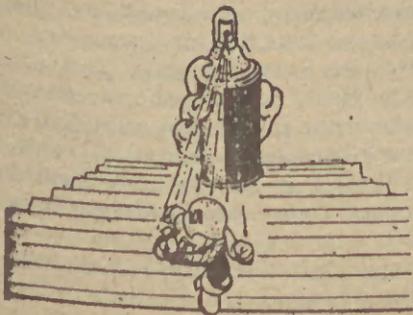
A DEGUSSA, especializada desde a sua fundação na preparação de metais preciosos, usa nesses processos grandes quantidades de cianetos, entre os quais se destaca um, extremamente tóxico, que constitui o princípio activo do ZYKLON. Desde há muito que, conhecidas as «potencialidades» tóxicas dos cianetos e as suas «potencialidades» de mercado - o mercado da morte - a firma se lançou na fabricação de pesticidas. Primeiro no desenvolvimento de insecticidas. Depois...

A «solução» era tentadora. Produto altamente tóxico - é mortal para o homem na proporção de um miligrama por quilo - revela-se também de baixo custo e de fácil fabricação. Entre 1942 e 1944, portanto, foi usado para matar dois milhões e meio de pessoas - judeus, polacos, russos - que certamente os empresários consideravam mais daninhos que insectos.

Toda a tragédia do nazismo, as exterminações em massa de milhões de homens, mulheres e crianças, os massacres, as torturas e as crueldades, estão ainda vivas na memória de muita gente. Mas, insidiosamente, esgueirando-se pelas zonas de esquecimento e de amnésia forçada, enfiando-se nas brechas do *laissez-faire*, *laissez-passer* capitalista, impondo-se de novo através do mundo dos negócios de guerra e até dos «inocentes» comércios, os mercadores da morte continuam as suas tenebrosas actividades.

O dinheiro não tem cheiro, parecem dizer.

O veneno, às vezes, também não.



A lógica é a mesma

Andavam os países socialistas europeus a deixarem de o ser, quando o secretário norte-americano da Defesa, Dick Cheney, ia em missão pelo Extremo Oriente. Era o ano de 1990. Nas orientais paragens, Cheney surpreendeu os que seguem com atenção as suas desassombradas e sinceras declarações com uma que nem por corresponder à verdade deixou de abrir algumas bocas pertencentes a alguns dos mais experientes observadores. Foi o que pode dizer-se sinceridade a mais.

Afirmou ele - cito de memória - que os Estados Unidos não podiam começar a retirar as suas tropas da Europa e da Ásia. Deu como argumento as vozes que começavam a surgir com receio dos «militarismos», assim mesmo «militarismos», alemão e japonês.

Tão bruta foi a frase que depressa a atiraram para a gaveta do conveniente esquecimento. Era cedo para se falar com aquela clareza. Era cedo, talvez, para se falar, mas não era mentira que, nos Estados Unidos, os estrategos estivessem já a pensar em guerras quentes e lucrativas que se seguiriam à incómoda guerra fria que se estava a ganhar em todos os azimutes.

Ingénuos de diversos coloridos atribuíram a uma bem intencionada e aclassista «nova mentalidade» os méritos de alguma transformação. Chegaram a falar do desaparecimento do que chamaram a «lógica dos blocos» e acharam tudo muito bem. Era, finalmente, a concórdia, proclamaram. Deixaram até, por pudor, de falar de coexistência. Na verdade, só coexiste aquilo que existe e para coexistir em igualdade é necessário haver algum equilíbrio. Estando a balança a pender mais para um lado, natural é que se fale em desequilíbrio. Mas não é ao desequilíbrio que se atribuem acontecimentos que dele inequivocamente derivam. É ao fim da «lógica dos blocos» e a outras balelas muito *in* e excessivamente *realpolitik* que se creditam coisas que não sucederiam se o peso não estivesse tão negramente num dos pratos da balança.

Não, a infeliz verdade é que o «lógica dos blocos» não desapareceu, antes surge agora na sua mais tenebrosa expressão que é a lógica do bloco vencedor.

As derrotas do socialismo não-de corresponder vitórias de alguém. E correspondem. Não são definitivas essas vitórias, como estão longe de ser permanentes as derrotas. Mas a compreensão das novas realidades hodiernas implica não apenas que se perceba que houve derrotas históricas e que a elas correspondem vitórias, mas também que disso se tirem todas as lições.

Não basta dizer e compreender em dia de análise fria. É preciso assumir no dia-a-dia, na vida e nas palavras. O mundo é diferente, muito diferente. É escusado dizer que já se passou por grandes coisas. Já se sabe. Mas também se sabe que nenhuma dessas coisas foi comparável a esta hecatombe aparentemente indolor que tirou do mapa países e referências com as quais se haviam construído referências, países e, sobretudo, esperanças e confianças.

O personagem inicial deste escrito, Dick Cheney, falou então a verdade do futuro. Na continuação da lógica dos blocos, os Estados Unidos anunciavam pela sua voz que não tinham a menor intenção de desarmar; que a antiga justificação da

ameaça russa ia ser substituída pelos militarismos e que era melhor o mundo andar preparado porque o fim da guerra fria era apenas o fim disso e de mais nada.

A guerra do Golfo veio confirmar que as mudanças tinham sido todas num sentido e que os Estados Unidos tudo fariam para explorar a vitória, alargar a hegemonia e consolidá-la por tanto tempo quanto possível. Foi bruto, mas não se pode dizer que não avisou.

Nem mesmo as já estruturais dificuldades económicas são escondidas ou escamoteadas. Pelo contrário. Com palavras ligeiramente mais diplomáticas, os dirigentes norte-americanos proclamam aos quatro ventos que o seu país é o mais forte e que

os demais lhe devem obediência, vassalagem e etc.

Como interpretar de outra forma estas palavras de James Baker?: «Não creio que a liderança (*leadership*) dos Estados Unidos se deva limitar aos domínios da segurança e da política. Penso que essa liderança deve estender-se também ao domínio económico» (International Herald Tribune, 21.2.91). Mais claro só mesmo a água cristalina da fonte. Ou nem isso.



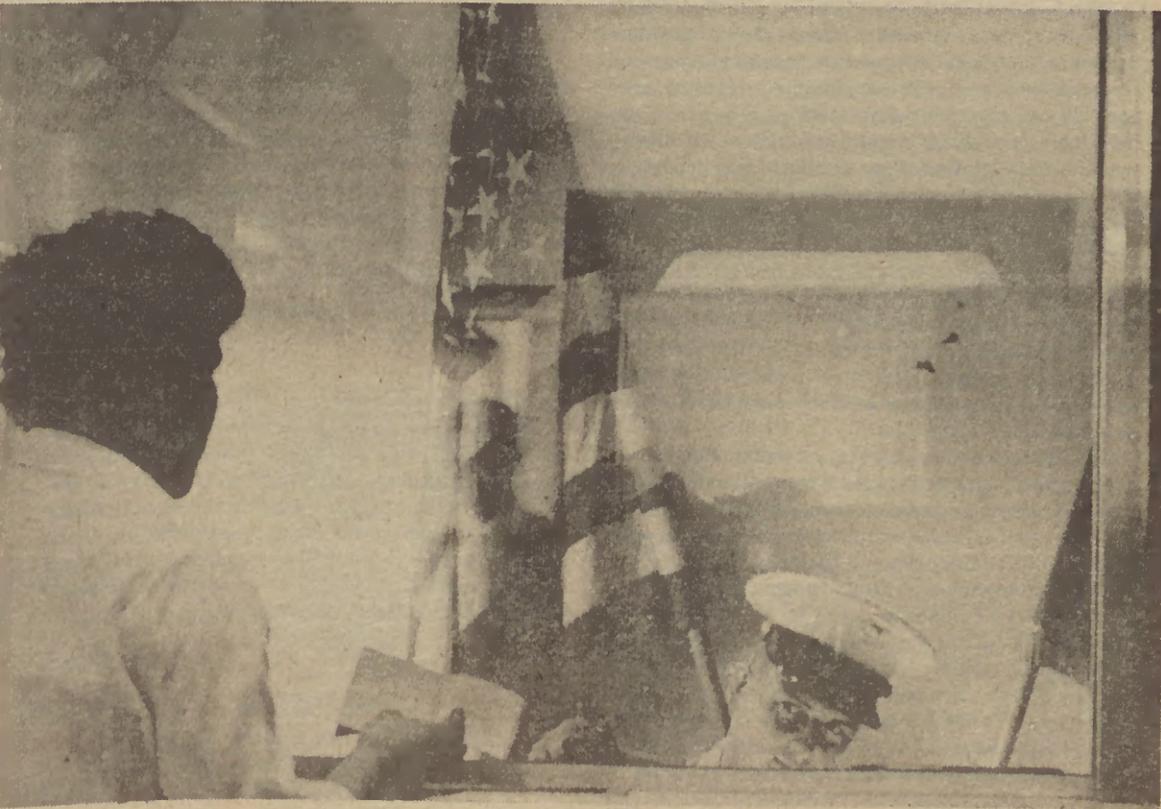
A. VILLAVERDE CABRAL
Jornalista

Mas, para os que duvidem ainda de que a lógica prevalente é a dos arrogantes e poderosos, talvez se possam acrescentar algumas citações esclarecedoras.

«Ganhando-o mais rapidamente possível a guerra, a América surgirá mais forte aos olhos do mundo inteiro. E terá provado que tem os recursos para instaurar uma nova ordem mundial» (Dick Cheney, La Tribune, 5.2.91). Saliente-se este mimo de «instaurar». Os EUA «instauram» e a gente vê. Cheney fala claro. Tão claro que pode afirmar (Le Monde de 6.2.91): «Pensamos que os Estados Unidos têm exigências duradouras. Devemos manter a nossa capacidade de controlar os oceanos do mundo, de preencher os nossos empenhamentos na Europa e no Pacífico, de ser capazes de colocar forças, seja na Ásia do Sudoeste ou no Panamá, para fazer frente aos imprevistos e defender as vidas e os interesses americanos». Para quem gosta de falar em nova linguagem, deve ser muito triste ouvir, na nova situação criada, esta repetição cansativa e assustadora. Igualmente assustadora é a declarada intenção norte-americana (James Baker, International Herald Tribune 7.2.91) de erguer uma «estrutura de segurança multinacional». Os objectivos parecem ser bem claros.

Depois da sujíssima guerra do Golfo, não é mais legítimo falar em nova mentalidade nas relações internacionais ou, sequer, no império das Nações Unidas, hoje remetidas ao papel de instituição carimbadora das decisões de Washington ou, no caso de resistência, a uma total e absoluta inoperância.

O mundo de hoje é, sem dúvida, diferente. Para enfrentar esta nova realidade e lutar pela sua transformação para melhor, no sentido de uma maior liberdade dos homens, é indispensável interiorizar as transformações dos últimos anos, levá-las até à consciência e agir em conformidade. Fraseado e acções de antes não servem para o depois. É a pulso que se pode conseguir ir travando os avanços imperiais e, ao mesmo tempo, dando passos na recomposição das forças que abrem as portas à esperança e à solidariedade sobre a capitulação e o salve-se quem puder.



EM FOCO



Cartas dos leitores

■ Sobre o determinismo

Escrevo-vos sobre o artigo «História» do «Avante!» de ontem.

Considero-o um belo e importante texto: na expressão das ideias e no conteúdo, na articulação pensada e na consistência entre as diversas partes.

Mas quero dizer-vos do meu desacordo quanto a um problema levantado no parágrafo 3. É sobre o problema do determinismo.

Penso que não temos que pôr no mesmo saco «processo predeterminado» e «determinismo» em geral. A expressão «determinismo histórico» pode ser chocante, mas não é necessariamente incorrecta. De um ponto de vista marxista, parece-me, «determinismo histórico» só pode significar algo como concepção materialista da causalidade, da necessidade, etc., em história. Para nós, o que diferencia radicalmente tal concepção de outros determinismos é a dialéctica. Pensar a fundo a determinação, que comporta, nas suas várias acepções, negação e indeterminação, — não tem sido tarefa de sempre, desde os clássicos? E se isso passa por mais um «-ismo» (aliás com cidadania na história das ciências e na prática científica de hoje), pois que passe.

Se assim é, na medida em que é assim, a «intervenção constante e criadora» dos homens na sua própria história nada tem de incompatível com a compreensão dialéctica do determinismo (com um determinismo dialéctico, pura e simplesmente). Para mim, em todo o caso, determinismo não é sinónimo de fatalismo, de necessitarismo, e muito menos de apriorismo, de providencialismo (de resto, «-ismos» muito diferentes entre si) e muito menos com o pretenso «determinismo económico» atribuído pelo velho Lafarge... a Marx!

Eduardo Chitas
Odivelas

NR. Tem inteira razão de ser a crítica formulada pelo camarada Eduardo Chitas. Encontramo-nos face a mais uma manifestação da importância da clarificação e concisão dos conceitos, do rigor de terminologia.

A verdade é que, «as palavras também vão à guerra» e na das ideias constituem mesmo arma essencial. E por vezes tropeça-se exactamente no que se critica em muita prática jornalística que esvazia ou adultera conceitos, que conduz a uma «vulgarização» de termos fazendo-os perder o seu significado e correspondência rigorosos.

Tem o discurso anticomunista de todos os matizes enchido páginas e páginas de prosa denunciando o «fim», o «erro», o «falhanço» de uma série de postulados marxistas... que os marxistas jamais afirmaram! A persistência com que têm sido marteladas as imagens de um marxismo divinatório e messiânico, de militantes comunistas cegamente crentes em predestinações e fatalismos que a realidade se encarregaria de negar só tem paralelo noutra poderosa evidência: a nula correspondência de tudo isso à verdade, e muito especialmente aos comunistas portugueses.

A roupagem das crenças cegas não serve aos comunistas portugueses, tão firmes nas suas convicções, quanto livres no seu pensamento. Não serve definitivamente a um partido cuja fidelidade aos princípios não determinou qualquer atentismo político ou teórico, antes gerou criatividade e combatividade na reflexão e na acção.

Foi contra esta roupagem que constantemente nos querem vestir que se insurgiu o texto a que Eduardo Chitas se refere, ao mesmo tempo que nele se quis tornar claro que, exactamente porque não temos messianismos a rejeitar, não temos a História a temer.

Mas retomando uma muito comentada expressão, é necessário ter cuidado ao deitar fora a água de lavar o menino, não deitar fora o próprio menino... E ao devolver para o campo do inimigo as bolas que ele para cá atira, é necessário cuidar que não vão atrás ideias que são nossas e nos fazem falta! Tem Eduardo Chitas toda a razão: não temos que pôr no mesmo saco «processo predeterminado» e «determinismo» em geral.

RC

■ Remodelação: sugestão

No «Avante!» de 14 de Fevereiro fazia-se referência à remodelação que ia ser feita no jornal.

Permite-me, camarada, dar algumas sugestões.

Penso que os quatro cadernos deveriam ser apresentados em sequência com o primeiro a servir de capa e não metidos uns nos outros nas centrais, como agora se faz. Como alternativa podiam eliminar-se os cadernos, agrupando os assuntos, evidentemente. Penso que esta seria a melhor solução, porque tornaria mais fácil a leitura do jornal pelas camaradas com pouco hábito de leitura e que por isso mesmo não separam os cadernos.

Penso que deviam evitar-se os artigos demasiadamente longos. As razões são óbvias.

Sem perder as características político-partidárias que naturalmente deve ter, penso que o «Avante!» deveria também inserir artigos com menos carga política — sobre cultura, desporto, alimentação, música, etc.

Para terminar e aqui, desculpa-me camarada, mas bato o pé sem ofender, vamos fazer a primeira página de modo a que seja lida por todos os leitores, porque assim não é. Já o confirmei. Quero dizer, vamos fazê-la em formato tablóide e não, como é, em formato «incom(i)de».

Já me aconteceu começar a ler o jornal no autocarro e é de facto um incómodo para mim e para o parceiro do lado o movimento que tenho de fazer com os braços para ler a primeira página. Com a desagradável sensação de sentirmos que estamos a passar por analfabetos com pretensões de sabermos ler, se alguém nos está a observar de longe e nota que começamos a ler o jornal deitado.

Uma vez um camarada responsável deu-me a explicação (?) de que era assim para manter as características tradicionais do jornal a seguir ao 25 de Abril. Isso não, disse-lhe eu, porque características tradicionais são no formato pequeno e em papel de seda que tínhamos que esconder no sapato ou mastigar como alguns de nós chegaram a fazer no tempo do fascismo.

Desculpa, camarada, o tempo que te tomei. Mas as ideias expostas neste escrito correspondem à minha vontade de que o nosso «Avante!» seja melhor e lido por mais gente.

Avante com o «Avante!». Avante com a Festa.

Saudações para o colectivo do «Avante!».

António Diamantino Nabais
Póvoa de Santa Iria

Propomos que o «Avante!» passe a ter uma rubrica sob o título «As propostas do PCP derrotadas na Assembleia da República» ou «O PSD e o PS votaram contra».

Embora normalmente haja notícias sobre os debates na AR, interessa-nos destacar quais foram as propostas que apresentámos ao longo do tempo em relação a cada tema, particularmente as que dizem directamente respeito aos interesses e direitos das várias camadas sociais, e qual foi o voto dos outros partidos.

Organização de Seguros
da ORL do PCP

NR. Numerosas propostas e sugestões apresentadas por leitores do «Avante!» sobre a remodelação têm concretização já neste número. Outras estão ainda em fase de estudo. Entretanto, todos os contributos continuam a ser essenciais: as transformações agora introduzidas no jornal não pretendem constituir um figurino definitivo, devem pelo contrário ser ainda sujeitas ao teste decisivo dos leitores.

Abusos

Quem tenha lido ou ouvido declarações do ministro Laborinho Lúcio ou de vários dirigentes do PSD a diversos órgãos de comunicação social e acompanhe menos avisadamente os trabalhos parlamentares, terá sido porventura levado a pensar que o projecto-de-lei do PSD sobre segredo de Estado não foi apresentado por nenhum deputado do PSD mas por algum elemento estranho que abusivamente se tenha introduzido na bancada do partido do Governo.

Não restam no entanto quaisquer dúvidas a este respeito; o projecto, cuja paternidade os responsáveis do Governo do PSD se apressaram em escamotear, foi apresentado, defendido e aprovado na generalidade na Assembleia da República pelo grupo parlamentar do PSD e foi elaborado sob a direcção superior de membros do Governo.

Não deixa de ser significativo que não tenha sido o Governo a assumir perante a Assembleia e o país a proposta que elaborou, mas tenha sido o grupo parlamentar do PSD a fazê-lo. Será que o Governo, conhecia tão bem as enormidades que havia dado à luz e estava tão ciente do repúdio que a sua proposta iria suscitar junto da opinião pública que preferiu lavar as mãos de tão suja matéria e passar o odioso para o interior da própria Assembleia?

Este procedimento não seria inédito. Todos nos lembramos de quando o primeiro-ministro Cavaco Silva or-

O autor chama a atenção para um conjunto de situações de abuso de poder que tendem a transformar-se em regra.



ANTÓNIO FILIPE
Deputado do PCP

denou à sua maioria na Assembleia da República que aprovasse o seu aumento salarial de 56% perante a re-provação geral do país, lavando as mãos da proposta e esfregando as mãos com o resultado.

E todos verificamos o despudor com que o PSD não hesita em denegrir perante o país a imagem da Assem-

Imprensa do Porto
Privatizar

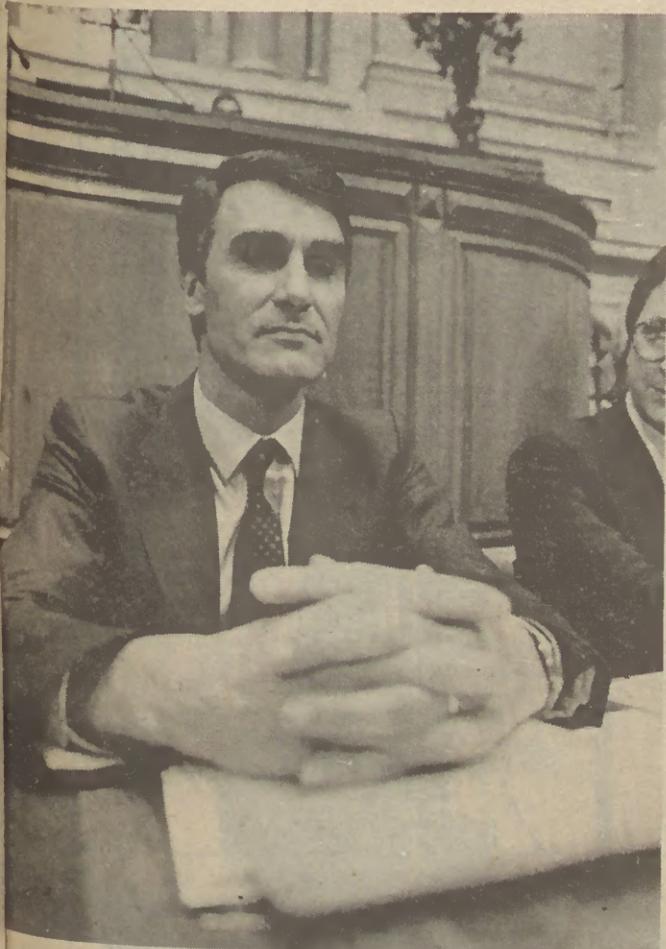
Relativamente à informação escrita está prestes a concluir-se a cruzada cavaquista contra o sector público da comunicação social. Dos grandes títulos falta apenas o «Diário de Notícias», cuja privatização está na calha. Talvez seja ainda cedo para identificar todas as consequências e repercussões desta situação. Mas é, desde já, seguramente oportuno estabelecer a comparação entre a nova realidade construída sobre as cinzas do sector público e o paraíso de liberdade, independência e pluralismo prometido pelos arautos desta política.

Recordemos, então, a legislação aprovada pelo Governo, com o apoio da sua bancada parlamentar e sem oposição do Partido Socialista. Entre outros princípios e objectivos constavam as «garantias tendentes a impedir a concentração de empresas jornalísticas», a «clara preferência e criação de condições especialmente favoráveis para os jornalistas e profissionais de comunicação social que pretendam assumir a condução dos órgãos em que trabalham», o «reforço das garantias de transparência e de não simulação de concursos» e, como não podia deixar de ser, «a independência, isenção, objectividade e rigor na informação veiculada». Tudo isto está escrito e aprovado. O Governo adiantava mesmo que o fazia «sem complexos, reserva mental ou veladas intenções», para que todos ficassem descansados!

Houve quem tivesse acreditado, quem se tenha deixado iludir. Houve mesmo quem se tivesse convencido de que seria este o caminho para a liberdade e o direito à informação numa sociedade moderna, aberta e democrática. Terrível engano este, cujos resultados estão bem à vista. O Porto é disso um exemplo flagrante. Vejamos.

O «Jornal de Notícias» (JN) — e também o diário desportivo «O Jogo» — e o «Comércio do Porto» (CP) pertencem hoje ao mesmo grupo, liderado por Freitas

EM FOCO



bleia da República para dirimir as suas questões internas em face da falta de trabalho e assiduidade que pelos vistos afectam a bancada da maioria.

Se o PSD conseguisse tornar lei o seu projecto sobre segredo de Estado conseguiria um epílogo para a sua governação bastante revelador dos comportamentos que a têm caracterizado. O Governo passaria a mandar classificar como segredo de Estado, tudo aquilo que pura e simplesmente não queria que se soubesse e puniria severa e absurdamente todos aqueles que tivessem a veleidade de conhecer ou divulgar factos que considerasse melindrosos. O princípio basilar da transparência e da publicidade dos actos públicos tornar-se-ia letra morta. A possibilidade excepcionalíssima do secretismo tornar-se-ia regime regra a usar e abusar ao arbítrio do Governo.

O PSD faz do abuso do poder a sua prática quotidiana de governação. Desprestigia com a sua acção os ór-

gãos e instituições que domina. Promove clientelas partidárias e defende interesses em tudo estranhos ao interesse nacional, a coberto da governamentalização ilegítima de toda a vida pública.

Inúmeros exemplos retirados da prática do PSD no Governò e na Assembleia da República nos últimos anos comprovam inteiramente esta afirmação.

Não seria mesmo necessário exemplo mais elucidativo que o comportamento da maioria em relação aos inquéritos parlamentares que foram instaurados na presente legislatura.

A serem confirmadas as notícias insistentemente divulgadas de que o PSD iria deliberadamente boicotar os trabalhos da Comissão encarregada de prosseguir as investigações acerca dos actos praticados no âmbito do Ministério da Saúde, tal facto representará um precedente de extrema gravidade. O PSD assume a responsabilidade de impedir a Assembleia da República de exercer as suas competências, paralisando o seu funcionamento.

Com este comportamento o PSD deixa estalar o verniz com que se pretendeu apresentar perante os inquéritos parlamentares. Se até ao momento se contentou em boicotar inquéritos parlamentares por ausência, ou por fabricação apressada de conclusões, desta vez assume publicamente que não deixará prosseguir o inquérito. Muitas razões poderão ser invocadas para esta atitude. No entanto a verdadeira razão é a de que o PSD teme que um sério apuramento de factos e responsabilidades demonstre cabalmente perante o país o envolvimento de membros do Governo ao mais alto nível e de figuras de proa do PSD num escândalo de grandes proporções.

O caso do inquérito ao Ministério da Saúde não é porém um caso isolado. Quando se tratou de averiguar as responsabilidades perante os escândalos e as negociações praticadas à sombra das verbas do Fundo Social Europeu, o PSD decidiu abruptamente encerrar o inquérito, prescindir de audições acordadas, indeferir audições solicitadas, prescindir de documentos essenciais, nomear o seu próprio relator e concluir pela mais cândida inocência do Governo PSD perante um escândalo que se sabe ser de grandes proporções e que se desenvolveu com a conivência dos departamentos governamentais responsáveis pela candidatura aos fundos comunitários. Todos os dias se vão conhecendo novos escândalos à sombra do Fundo Social Europeu. O PSD porém nada sabe, nem nada quer saber.

O sector da comunicação social, em particular o sector público de rádio e televisão, tornaram-se dos principais veículos do abuso do poder por parte do PSD. O Governo, lançado já em desenfreada campanha elei-

toral não hesita em utilizar ilegitimamente em seu favor meios públicos que são pagos pelos contribuintes e que têm particulares deveres de isenção e pluralismo. A RTP e a RDP estão a ser transformadas em verdadeiras cassetes de propaganda de um Governo transformado em comissão eleitoral. Sucede-se uma verdadeira parada de entrevistas a membros do Governo e um festival de spots sobre a sua actividade. Relegam-se para um plano secundaríssimo as opiniões que não sejam do PSD, distorcem-se as posições dos partidos da oposição. Promovem-se clientelas a cargos de chefia e instala-se a mais extrema precariedade nos vínculos profissionais dos jornalistas em claro prejuízo da sua dignidade profissional e isenção.

E tudo isto se passa perante a complacência de uma Alta Autoridade para a Comunicação Social maioritariamente moldada pelo próprio PSD à sua imagem e semelhança.

O abuso do poder e as demonstrações de autoritarismo do Governo e da sua maioria, têm muitas outras expressões: a sua recusa em discutir o problema da amnistia. O seu comportamento em relação ao processo de Regionalização, impedindo com todos os subterfúgios a plena concretização de disposições constitucionais tão importantes para a configuração do Estado democrático é mais um exemplo significativo de como o PSD utiliza a sua maioria para travar uma tão importante conquista democrática e defender os seus interesses centralizadores.

O recurso à autorização legislativa para fazer aprovar uma nova versão do Pacote Laboral, pondo em causa direitos fundamentais dos trabalhadores e esvaziando na prática o direito de participação das suas organizações na elaboração da legislação laboral.

A aprovação em Conselho de Ministros de um Decreto-Lei unanimemente repudiado sobre direcção, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, que se propõe substituir os órgãos de gestão colegiais e democraticamente eleitos, por directores nomeados segundo critérios a definir pelo próprio Governo, impondo um modelo autoritário de gestão escolar.

Os abusos do poder, o autoritarismo, a governamentalização da vida pública e a partidarização da actividade governativa que têm caracterizado a acção política do PSD colocam claramente a substituição do actual Governo e da actual maioria como uma questão central da vida portuguesa e a construção de uma alternativa democrática como tarefa de todas as forças da oposição.

* Este artigo do deputado António Filipe retoma o tema de uma intervenção que proferiu na Assembleia da República no passado dia 19 de Março.

para controlar

Cruz, cujo suporte financeiro se encontra na Lusomundo, a maior exibidora e distribuidora cinematográfica do país que recentemente se associou ao projecto de televisão privada de Pinto Balsemão.

Recorde-se que Freitas Cruz já tinha sido director do JN e também do «Primeiro de Janeiro» (PJ) — para não falar no já falecido «Notícias da Tarde» que ele imaginou e lançou sem sucesso — e ainda administrador da RTP. É interessante referir que outros actuais sócios de Freitas Cruz, como são os casos de Pacheco de Miranda, José Serra e Alberto Carvalho — estes dois hoje administradores do CP — também estiveram ligados à administração e direcção dessas empresas antes da sua reprivatização, o que é elucidativo do papel desempenhado por esses gestores na preparação da futura venda dessas empresas.

Ao grupo Freitas Cruz/Lusomundo pertencem ainda uma empresa distribuidora e as gráficas Novos Meios e Novprinter, resultantes do desmembramento do «Comércio do Porto». A «Rádio Press», a quem o Governo atribuiu a frequência regional do Norte, integra também este grupo.

Como se vê, um verdadeiro império, um monopólio nas mãos de gente cujas ligações ao PSD são antigas e indisfarçáveis, estabelecendo entre si uma teia de compromissos, favores e cumplicidades cujo resultado final é, no entanto, muito simples e claro — o Governo facilitou a compra, o grupo recompensa e cuida da propaganda e da imagem do Governo do professor Cavaco.

Quer o concurso público realizado para vender o CP, quer a venda na Bolsa das participações do Estado na empresa JN constituíram transacções «viciadas», cujas regras e critérios foram artificialmente moldados às necessidades e possibilidades da clientela que o Governo pretendeu beneficiar — subavaliação do patrimó-

nio e valor real das empresas, excepcionais facilidades de pagamento, desrespeito do direito de preferência dos profissionais da informação, entre muitos outros aspectos.

Olhando para a informação como uma mercadoria e para a comunicação social como um negócio, os novos proprietários não perderam tempo — centenas de despedimentos e reformas antecipadas; pressões e manobras para conduzir os trabalhadores a rescisões voluntárias dos seus contratos; desmembramento das respectivas empresas e criação de outras, cujos trabalhadores são na sua maioria contratados a prazo, à experiência e sem qualquer vínculo.

Em ano de eleições, não ficaram por aqui as alterações introduzidas nestes jornais. O «Comércio do Porto» passou a assumir-se por inteiro e sem subterfúgios como órgão oficioso do Governo, envolvendo-se e empenhando-se na polémica política e partidária e sempre em defesa do Governo e do PSD. Está para este

Com a reprivatização do CP e do JN, que ganharam a liberdade e o direito à informação?



JOÃO SEMEDO
membro suplente do Comité Central e da comissão executiva da DORP

partido como estava o «Diário da Manhã» para a União Nacional.

No «Jornal de Notícias» desenvolve-se um processo de contornos menos lineares, mas cuja resultante é a sua progressiva descaracterização e crescente identificação com o PSD e o Governo. A nova direcção tratou de «arrumar» a casa. Habilmente contornou alguns jornalistas mais «incómodos», alterou chefias e coordenadores, nomeou editores, reagrupou secções e extinguiu outras. Governo e ministros tiraram assinatura da 1.ª página e dominam o «Nacional». Regressaram a censura, os cortes, as chamadas de atenção, os «recados». Entrevistas realizadas não são publicadas.

Como novidade surgiu a página de «Opinião». Além dos antigos colaboradores do JN em temas sociais, culturais e de especialidade, nela escrevem, semanalmente, as suas análises políticas nomes tão plurais e variados como os de Nuno Rogeiro, Paulo Mendo, Almeida e Sousa, Coelho dos Santos e Pacheco Pereira, estes dois deputados do PSD. Não são as crónicas de Alberto Martins e de Raul Rego, ambos do PS, que conferem a esta página o pluralismo que dela está ausente. Apenas lhe acrescentam uma dimensão bipolar, bem à medida daqueles que persistem em reduzir o debate das ideias e as opções dos portugueses a um «mano a mano» PS-PSD.

Voltemos agora ao princípio — com a reprivatização do CP e do JN que ganharam a liberdade e o direito à informação? E o pluralismo? E que benefícios obtiveram os trabalhadores, os jornalistas?

O saldo é francamente negativo. Informação monolítica, tendenciosa e pró-governamental. Mais precariedade no trabalho e instabilidade profissional. Novos condicionamentos à prática do jornalismo. Numa palavra, empobrecimento da democracia!

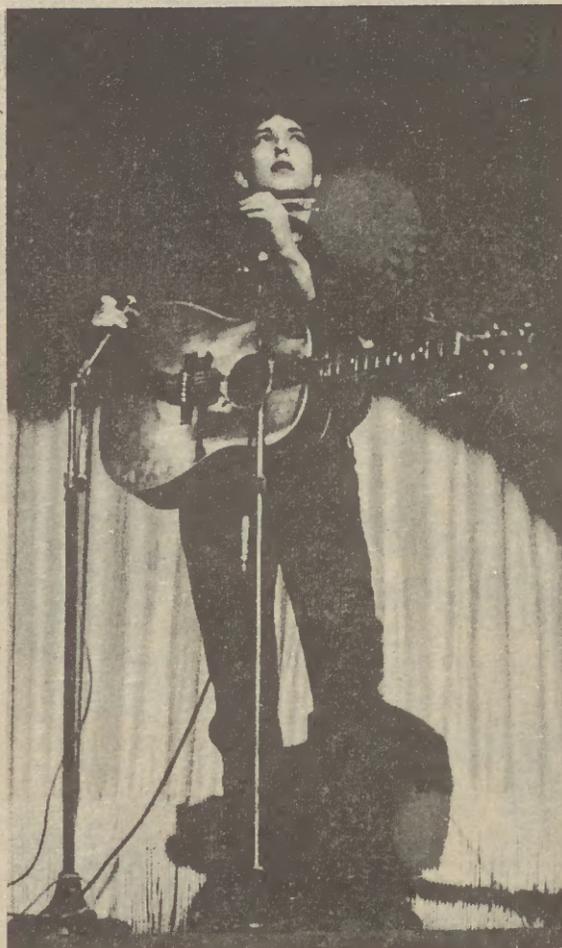
EFEMÉRIDES



Bob Dylan, 1961



Bob Dylan, 1965



Bob Dylan, 1962

O Construtor de pontes

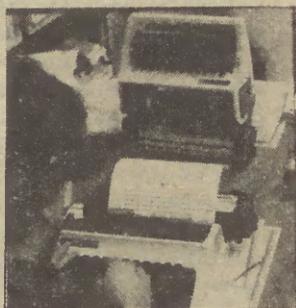
No dia 11 de Abril de 1961, completam-se dentro em pouco 30 anos, um pequeno clube da Greenwich Village nova-yorkina, o Gerde's Folk City, anunciava para essa noite um concerto com um nome consagrado dos blues: John Lee Hooker. Na primeira parte do espectáculo, a estreia na grande cidade de um novato de 19 anos a ela chegado menos de três meses antes. O estreante interpretou um velho clássico, «The House of the Rising Sun» e várias canções de sua autoria, entre as quais uma dedicada a Woody Guthrie, «Song to Woody».

Começava assim a carreira musical de Robert Allen Zimmerman, nascido a 24 de Maio de 1941 na vila mineira de Duluth, no Minnesota, e que viu agora a sua obra completa reeditada - incluindo vários inéditos - e iniciou uma tournée acerca da qual se diz que os anos não perdoam. Nem mesmo a Bob Dylan.

Para muitos dos seus fans da década de 60, a evolução ideológica e política do autor de «The Times They Are A'Changin'» decretou o seu fim; para outros, Dylan é hoje um cinquentão ao qual restam as memórias de tempos idos. Mas a verdade é que têm alguma razão os que o consideram a mais importante figura da música rock branca.

Bob Dylan é, de facto, uma figura determinante e incontornável da música anglo-americana das últimas três décadas, não tanto pelas canções que compôs ou cantou, mas essencialmente pelas sínteses que com elas protagonizou e desencadeou, pelo seu papel de aglutinador de raízes musicais diversas cuja conjugação produziu um dos mais fascinantes fenómenos culturais da história da humanidade - a música popular contemporânea.

Em meados dos anos 50, a indústria discográfica americana, descoberta a micro-gravação, lançava-se à conquista de um mercado entre todos promissor: os jovens. Com vista a esse público produziam-se produtos xaroposos, música de dança misto de canções da Broadway, despidas da sensualidade e contundência teatrais, e da música campesina dos EUA, o country, também ela despida da rudeza de intérpretes populares e das temáticas da vida de trabalho.



PAULO DANTAS

A existência, ao lado deste delicioso produto de uma visão puritana e infantilizada da juventude, da vigorosa música de dança de origem negra, o rhythm and blues dos ghettos das grandes cidades industriais do Norte, a que o racismo chamava depreciativamente race music, cedo constituiu contudo uma alternativa. A ela responderam as companhias discográficas e as rádios brancas com um novo produto: um rhythm and blues tocado e cantado por brancos vindos da country, mas seduzidos pela expressividade e ritmos negros (Bill Haley, Elvis). E chamaram-lhe rock and roll.

Em ritmo e energia, a música popular branca ganhava, mas a sua temática, reduzida a pura serventia da músi-

ca, completamente se perdia. Na música negra, expressão cultural de um povo desapossado até das suas próprias línguas ancestrais, é mais com a intencionalidade que com as palavras que os blues, o r & b ou os gospel se transmitem. A forma de cantar é um código significante claramente perceptível pelos intérpretes e ouvintes, as palavras constituem essencialmente suportes para essa outra linguagem: transposta para o universo cultural branco, intensamente verbalizado e com padrões culturais e comunicacionais baseados na palavra, tal forma deu origem a letras de rock and roll de indigência quase sempre lamentável.

Entretanto, ali ao lado, na própria tradição da música popular branca, havia um património de uma poesia cantada com profunda ligação ao quotidiano, ao trabalho, ao amor, ao sofrimento, às alegrias e às tristezas, em suma, à vida. Era o gigantesco acervo recolhido e desenvolvido por gerações de folk singers, bardos medievais percorrendo uma América do nascente capitalismo industrial: Woody Guthrie, «Aunt» Molly Jackson, Pete Seeger, Lee Hays, Malvina Reynolds, Sara Ogan Cunningham.

Só que, exactamente pela sua profunda ligação ao mundo do trabalho, aos trabalhadores e aos seus sindicatos, pela sua profunda ligação às realidades populares, às forças de esquerda, ao PC dos EUA, a folk song, que conhecera um desenvolvimento intenso nas décadas de 30 e 40, constituía um dos alvos preferenciais da perseguição mcarthysta. Os seus cantores e intérpretes haviam sido presos, despedidos, colocados nas listas negras de todas as editoras, rádios e estúdios cinematográficos.

É, quase emblemático que, na sua primeira actuação em Nova York, Dylan tenha cantado «Song to Woody». Com 19 anos, recolhendo assumidamente a herança da figura de proa da folk de esquerda, dando-lhe um novo conteúdo poético da vida e do protesto juvenil, a sua obra desses anos assegurou a primeira grande ligação de que foi protagonista: a da tradição da folk, da topical song, o seu percurso até à protest song. Elvis protagonizara o salto da juventude norte-americana sobre as

Sem Dylan não haveria a música da poesia de Joni Mitchel nem a poesia da música de Springsteen

music operária e de esquerda.

Sem esta ligação, o rock teria muito naturalmente sido conduzido a um estiolamento. O tipo de intérprete branco que constituía então a mão-de-obra de eleição das grandes editoras não tinha a qualidade rítmica e interpretativa dos executantes negros que haviam forjado aquela música e a sua mediania ou mesmo mediocridade cultural transformava os poemas que cantavam em insuportáveis parvoíces para um público juvenil escolarizado e sensível.

As composições de Dylan tornaram-se em verdadeiros hinos da realidade juvenil norte-americana do início da déca-

da de 60, do período da campanha dos direitos cívicos, da luta contra a guerra do Vietnam.

Com tudo isso, Dylan viria a cortar para dar um novo salto, política e ideologicamente tão polémico quanto musicalmente profícuo.

Dylan transformara-se num porta-voz da folk, o herdeiro de Guthrie, o continuador de Seeger, uma referência básica para um inesgotável florir de talentos: Joan Baez, Peter Paul and Mary, Phil Ochs, Tom Paxton, Judy Collins, Tim Buckley, Mimi Farina, Don McLean, Eric Anderson.

Mas a própria amplitude adquirida pelo revival folk gerara perigosas contradições. Lutando pela sua identidade face a um rock and roll acarinhado pelas grandes editoras desconfiadas pelo empenhamento político dos protest singers, a folk definia um purismo que envolvia não apenas a militância ideológica dos seus versos, mas também o culto absoluto dos instrumentos acústicos de raiz popular, lado a lado com uma intransigente e ríspida condenação dos instrumentos electrificados e especialmente da emblemática guitarra eléctrica dos rockers, tal como das suas baterias.

O corte entre as duas grandes linhas da música popular americana corria o risco de ser intransponível - e a Dylan uma vez mais se ficaria a dever o salto que permitiu a síntese.

Em 1965, no Festival Folk de Newport, catedral folk oficiada por Seeger, Dylan comparece acompanhando-se com uma guitarra eléctrica e acompanhado por uma banda de blues-rock, os Paul Butterfield Blues Band. Foi uma verdadeira provocação, um corte duro e violento de laços profundos: Seeger chorou e quis arrancar Dylan de cima do palco, a assistência dividiu-se entre protestos e perplexidade!

Mas o passo fora dado. A ruptura de Dylan com o purismo acústico contribuiria decisivamente para abrir aos criadores e intérpretes folk os caminhos proporcionados pelas evoluções musicais e técnicas dos instrumentos electrónicos, tal como importaria aos rockers uma renovada atenção à qualidade lírica das suas composições. Sem essa ruptura não haveria a música da poesia de Joni Mitchell nem a poesia da música de Springsteen.

Como se a comunhão de formas se tivesse tornado na essência mesmo da sua trajectória, Dylan fez dela a mais característica marca da produção que prosseguiu ao longo dos 25 anos desde então decorridos. Estendeu a mão à country em «John Wesley Harding» (1968), regressou ao retrato poético do quotidiano em «Blood on the Tracks» (1974), continuou a cantar nos palcos e a insistir na gravação ao vivo que muitos dos seus pares recusavam. Escreveu livros, desenhou, viveu. Está cinquentão, começou há semanas uma polémica tournée dos 30 anos de palco.

Parecem estar longe as suas convicções de «Blowin in the Wind». Parece estar longe a sua empatia de palco, estranho fruto de uma voz rouca e de uma presença quase tímida. Sem ele, porém, mais longe estaria esta música.

AGENDA

Jornadas sobre o sector Têxtil

Partido Comunista Português

Modernizar e desenvolver EXISTE ALTERNATIVA!

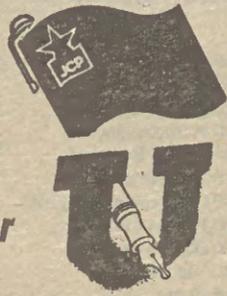
7.Abril'91 (Domingo)
9.30 horas
Salão Nobre da Sociedade Martins Sarmento (Rua Palo Galvão)



Participação de
CARLOS CARVALHAS
Secretário-Geral Adjunto do PCP

GUIMARÃES

Aos estudantes comunistas do Ensino Superior de Lisboa



A Comissão para o Trabalho junto da Juventude da DORL apela à participação na reunião que na próxima segunda-feira à noite se realiza no CT Vitória com o objectivo de discutir

1. A situação política nacional e internacional e as próximas eleições legislativas
2. Problemas da Universidade
3. Questões de organização e funcionamento futuro deste sector.

Nesta reunião - convocada na decorrência de resoluções tomadas na 2ª Assembleia da ORL - estará presente o camarada José Casanova.

Sexta, 5

● **FARO**
Formação profissional e emprego é o tema em debate, a partir das 21.00, no salão da Coopofa, integrado nas Jornadas Algarvias que vêm decorrendo no distrito por iniciativa do PCP.
Participam os camaradas Rosa Maria, engenheira, do Conselho Nacional da CGTP, e Carlos Luis Figueira, responsável pela DORAL.

● **PORTO**
No Hotel Tuela realiza-se à noite, assinalando ainda os 70 anos de vida e de luta do PCP, um jantar de confraternização de intelectuais

comunistas e independentes a que estará presente o camarada Carlos Carvalhas.

● **BEJA**
Por iniciativa da DORBE realiza-se hoje um Encontro de Quadros do PCP do distrito sobre o desenvolvimento regional e a regionalização.

Sábado, 6

● **SANTARÉM**
Reunião nacional sobre Trabalho em Minoria nas Câmaras Municipais, com a participação do camarada Luís Sá e de eleitos e responsáveis pelo trabalho autárquico da CDU em todo o País.

No Auditório da Biblioteca Municipal de Santarém, das 10.30 às 18.00.

● **SEIXAL**
I Encontro Nacional do PCP sobre os problemas dos Reformados, na Sociedade União Seixalense. Participa o camarada Domingos Abrantes.

● **BENAVENTE**
Encontro concelhio de eleitos e activistas da CDU: no Centro Cultural a partir das 14.30.

● **AMARANTE**
Encontro para o desenvolvimento do Baixo Tâmega, promovido pelas comissões concelhias do PCP de Amarante, Baião e Marco.

de Canavezes: na Câmara Municipal (Cozinha dos Frades) das 15.00 às 19.00.

Participa o camarada Carlos Carvalhas, que estará igualmente presente no jantar-convívio que decorrerá no final do Encontro.

● **VIALONGA**
Plenário CDU com a população da freguesia: na Casa do Povo a partir das 15.00.

● **ALGUEIRÃO**
Debate sobre a situação internacional com a participação do camarada Vilaverde Cabral:

às 16.00, no Centro de Trabalho.

● **TERRUGEM**
Plenário de militantes da freguesia: às 21.30 no Centro de Trabalho.

● **CASCAIS**
Almoço-debate, inserido na preparação da Assembleia da Organização de Cascais marcada para a próxima semana: às 13.00, no Centro de Trabalho.

● **LISBOA**
Assembleia de organização da Zona Oriental de Lisboa do PCP: na Voz do Operário, com início às 10.30.

Domingo, 7

● **GUIMARÃES**
Jornadas sobre o Sector Têxtil, organizadas pelo PCP e abertas a todos os interessados, com a participação de operários, técnicos, pequenos e médios empresários, sindicalistas e autarcas de todo o País e de dirigentes do PCP - dos quais, Carlos Carvalhas, Agostinho Lopes, Emídio Ribeiro e António Lopes.

No salão nobre da Sociedade Martins Sarmento (R. País Galvão) a partir das 9.30.

● **AZAMBUJA**
II Assembleia da Organização do concelho de Azambuja - na Casa da Cultura, com início às 14.00.

Participa o camarada José Casanova.

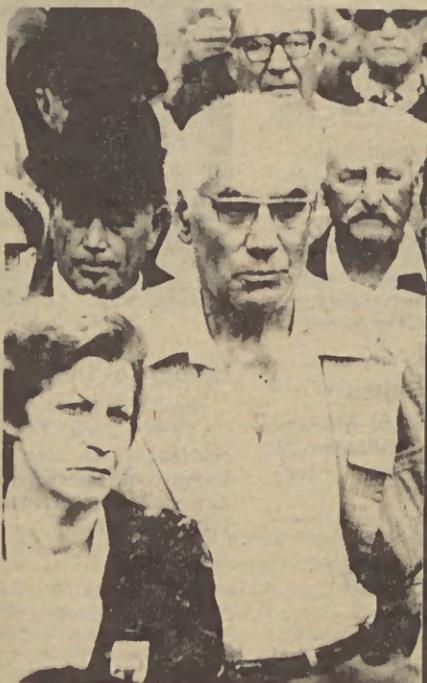
● **ALCABIDE-CHE**
Plenário de militantes da freguesia - às 15.00 no Centro de Trabalho.

● **S. DOMINGOS DE RANA**
Plenário de militantes da freguesia - às 15.30 no Centro de Trabalho de Tires.

Incidências do Pacote Laboral nas condições de trabalho dos Quadros Técnicos

Debate com Florival Lança

CT Vitória hoje às 21.30



I Encontro Nacional do PCP sobre os Problemas dos Reformados.



Sociedade União-Seixalense
6.Abril'91 - Seixal

Reformados uma força viva com o PCP no caminho da alternativa democrática

Grupo Parlamentar do PCP Jornadas Parlamentares

Coimbra
Edifício Chiado
Dias 5 e 6 de Abril

... E ainda



Exposições

Obras de Lurdes Castro, na Quadrum

Teatro

CINEARTE

Largo de Santos, 2. Tel. 3965360. Bilhetes: de 800\$00 a 1000\$00. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.

LIBERDADE EM BREMEN, de R. W. Fassbinder. Encenação de Helder Costa, música de A. Vitorino de Almeida, interpretação de Maria do Céu Guerra e Rui Pisco, entre outros.

COMUNA

Praça de Espanha. Tel. 7260818. Bilhetes: de 800\$00 a 1000\$00. **A GRANDE ÁREA**, de Raymond Duthèrque. Encenação de Almeno Gonçalves, interpretação de José Meireles e Jorge Estreia (Sala 2, de 3ª a 6ª às 19, sáb. e dom. às 16).

II FESTIVAL DA OTITE, de Carlos Paulo. Encenação de João Mota, interpretação de Carlos Paulo e Cucha Carvalheiro, entre outros (Café-Teatro, sáb. às 23.30).

RITZ CLUBE

Rua da Glória, 57. Tel. 325140. Bilhetes: 1000\$00. De 3ª a sáb. às 22.

O REGRESSO DOS POLÍCIAS, de Slamowir Mrozeck. Encenação de Helder Costa, interpretação do Grupo de Teatro Os Corvos.

TEATRO CAPITÓLIO

Parque Mayer. Tel. 3466745. De 2ª a 6ª às 20.30 e 22.45, dom. às 16 e às 21.30.

AI CAVAQUINHO. Encenação de Camilo de Oliveira, interpretação de Camilo de Oliveira, Vera Mónica e Fernanda Baptista, entre outros.

TEATRO MARIA MATOS

Avenida Frei Miguel Contreiras, 52. Tel. 897017. Bilhetes: de 1000\$00 a 1500\$00. De 3ª a 6ª às 21.30, sáb. às 17 e 21.30, dom. às 17.

MÚSICA PORTUGUESA EM DEBATE

A participação de músicos portugueses em meia dúzia de concertos não é, evidentemente, remédio para os terríveis males de que a Música sofre em Portugal, em agravamento trágico por acção do Governo do PSD e do seu secretário da Cultura.

É assim de grande oportunidade o debate sobre «Problemas actuais da Cultura Musical em Portugal» que a direcção do Sector de Artes e Letras e a célula dos músicos da ORL tomou a iniciativa de organizar com o objectivo de discutir a política do Governo para a Música, designadamente as questões relativas às orquestras, ao ensino da música, ao Teatro Nacional de S. Carlos e ao trabalho dos compositores portugueses.

Foi já anunciada a participação e intervenções de Alfredo Flores, músico, Alvaro Salazar, compositor e professor, António Abreu, dirigente do PCP, António Modesto Navarro, escritor, Jorge Peixinho, compositor e professor, José Manuel Mendes, escritor e deputado, Mário Vieira de Carvalho, musicólogo e professor, e Rosa Ventura, dirigente sindical.

O debate realiza-se na próxima quarta-feira, dia 10, a partir das 21h na Casa da Imprensa, Rua da Horta Seca, 20.

Tempo

Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica.

Céu muito nublado nas regiões do Norte e pouco nublado no Centro e Sul.

Vento geralmente fraco e neblinas matinais. Para Norte, períodos de chuva fraca e aguaceiros no domingo. Pequena subida de temperatura.



AGENDA

Televisão

Quinta, 4

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 O Mar Cercado
14.00 Sem Legendas
14.55 Desenhos Animados



15.00 Desde Que Tu Partiste
(ver «Filmes na TV»)
17.20 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Tieta
21.20 Eternos Novatos
21.50 Twin Peaks
22.40 Crônicas do Sobrenatural
23.10 24 Horas
23.45 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.05 A Força Astral
12.30 Curso de Alemão
12.45 Jerry Lewis
13.10 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Aventura
14.55 A Viagem de Jennifer
15.30 Tênis
17.00 Recreio do 2
17.40 Tudo Menos Isso
18.05 Eterno Feminino
19.00 Ti-ti-ti
19.35 Via Rápida
19.50 Circo
20.00 Ruas de S. Francisco
20.50 O Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 Palco de Estrelas
21.55 Fora de Jogo
22.55 O Quimono Misterioso
(ver «Filmes na TV»)
00.10 Tênis

Sexta, 5

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Festivais do Mundo
14.00 Sem Legendas
14.50 Ponto Por Ponto
15.30 O Gendarme e os Extra-terrestres
(ver «Filmes na TV»)
17.20 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Tieta
21.20 A Cor do Dinheiro
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Querido John
00.00 24 Horas
00.35 Remate
01.00 Chapadão de Bugre

Canal 2

12.00 Notícias
12.05 Universo Juvenil
12.30 Curso de Inglês
12.45 Filhos e Filhas
13.10 O Caminho das Estrelas II
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Médico Amigo
15.30 Tênis
16.20 Novos Horizontes
17.00 Recreio do 2
17.40 Charlot
18.05 Eterno Feminino
19.00 Ti-Ti-Ti
19.35 Via Rápida
19.45 Circo
20.00 Nunca Mais é Sábado
20.50 O Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 A Tenda dos Milagres
22.10 Rotações
23.10 Os Mistérios de Dorothy

24.00 Ele Há Coisas!
00.30 Tênis

Sábado, 6

Canal 1

09.00 À Mão de Semear
09.25 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma
13.55 Quem Manda Sou Eu
14.20 Grammy's Awards 91
15.30 O Clima e o Homem
16.00 Sherlock Holmes em Nova Iorque
(ver «Filmes na TV»)
17.40 T & T
18.05 Palavras Vivas
18.50 A Ilha do Sol
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.20 Desenhos Animados
21.30 Casa Cheia
22.45 Os Noivos
00.05 O Predador
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
10.15 Circo
10.50 Os Onze Poderes
12.00 Forum Musical
13.10 Agarra o 2
14.10 Emílio e Os Detectives
16.00 Estádio
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.00 Arca de Noé
19.45 Outras Músicas
21.15 Estádio
23.30 O Amigo Giono
00.20 Betty Carter na Aula Magna

Domingo, 7

Canal 1

09.00 Canal Jovem
11.30 Missa
13.00 Notícias
13.15 Dick Turpin
13.40 O Mundo Animal
14.30 Mapa Cor de Rock
15.35 Emílio Entre os Detectives
(ver «Filmes na TV»)
17.15 Mãe à Força
17.45 Regresso ao Passado
19.00 McGyver
20.00 Jornal de Domingo
21.00 Kananga do Japão
22.25 Domingo Desportivo
23.55 Controvérsias

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 Tauromaquia
11.30 Agarra o 2
12.30 Competir
13.00 Troféu
19.00 Nós 2
20.00 Ana Karenina
20.50 Palavra Puxa Palavra
21.35 Artes e Letras
22.25 Meia Luz
(ver «Filmes na TV»)

Segunda, 8

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Maravilhas do Mundo Selvagem
14.00 Sem Legendas
14.50 Ponto Por Ponto
15.30 O Caso Paradine
(ver «Filmes na TV»)
17.20 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Tieta
21.20 O Preço Certo
22.40 Vagas Revoltas
23.40 24 Horas
00.15 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.05 Benny e Cecil

12.30 Curso de Inglês
13.00 Músicas de África
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora, Escolha!
17.00 Recreio do 2
17.40 O Livro dos Recordes
18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
19.40 Via Rápida
19.45 Circo
19.55 Pelé
20.50 Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 Falar Claro
22.30 Teatro

Terça, 9

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Sem Legendas
15.05 Ponto Por Ponto
15.50 Sangue Branco
(ver «Filmes na TV»)

17.20 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Tieta
21.20 As Causas da Justiça
22.25 Primeira Página
23.15 A Mansão dos Marblehead
23.35 24 Horas
00.10 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.10 Os Novos Caça-Fantasmas
12.25 Curso de Alemão
12.45 Variedades no Apollo
13.35 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora, Escolha!
15.50 Viajando pelo Mundo
16.20 Joey e Redhawk
16.40 Recreio do 2
17.30 Tribunal de Juri
18.05 Eterno Feminino
19.05 Direito de Amar
19.35 Via Rápida
19.55 Ruas de S. Francisco
20.50 Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 Cinemagazine
22.00 Tinkling, a Virgem e o Dragão
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

12.00 Notícias
12.10 Os Novos Caça-Fantasmas
12.25 Curso de Alemão
12.45 Variedades no Apollo
13.35 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora, Escolha!
15.50 Viajando pelo Mundo
16.20 Joey e Redhawk
16.40 Recreio do 2
17.30 Tribunal de Juri
18.05 Eterno Feminino
19.05 Direito de Amar
19.35 Via Rápida
19.55 Ruas de S. Francisco
20.50 Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 Cinemagazine
22.00 Tinkling, a Virgem e o Dragão
(ver «Filmes na TV»)

Quarta, 10

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Medicamentos
14.00 Sem Legendas
14.45 Ponto Por Ponto
15.30 Um Homem
(ver «Filmes na TV»)
17.15 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Tieta
21.15 Vamos Jogar no Totobola
21.30 Das 9 às 5
(ver «Filmes na TV»)

23.25 24 Horas
24.00 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.10 Os Centuriões
12.25 Curso de Inglês
13.00 O Herói de Lian Xan Po
13.10 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora, Escolha!
15.50 Açores - Gente Nossa
16.40 Recreio do 2
17.40 O Jardim Inglês
18.05 Eterno Feminino
19.05 Direito de Amar
19.35 Via Rápida
19.45 Circo
20.00 Ruas de S. Francisco
20.50 O Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 Joaquim Letria
23.00 Pop-Off
23.35 Universidade Aberta



Paul Newman estará presente em dois excelentes filmes da programação cinematográfica da televisão: «A Cor do Dinheiro», de Martin Scorsese, e «Um Homem», de Martin Ritt. Newman é um caso de particular felicidade entre um reconhecido talento próprio e bem sucedidas realizações. Se as suas qualidades de intérprete apoiaram o êxito de filmes como «The Left-Handed Gun», «Hud», «Butch Cassidy and Sundance Kid», «Absence of Malice», a verdade é que a dirigi-lo têm estado realizadores da envergadura de Arthur Penn, Martin Ritt, Scorsese, Robert Altman, etc.

De passagem, recorde-se que Newman é igualmente o realizador de duas notáveis películas com Joanne Woodward, «Rachel, Rachel» e «The Effect of Gamma Rays on Man-in-the-Moon Marigolds», foi delegado à Conferência da ONU para o Desarmamento em 1978. Só por ele, vale a pena ver cinema sexta às 21h20 e quarta às 15h30.

Filmes na TV

Desde que Tu Partiste

«Since You Went Away» (EUA/1944), realização de John Cromwell, argumento e produção de David O'Selznick, interpretação de Claudette Colbert, Jennifer Jones, Joseph Cotten, Lionel Barrymore. P/B, 129 minutos.
Quinta, 15.00, Canal 1

«Desde que tu partiste», escrito e produzido por David O. Selznick e realizado por John Cromwell seguiu-se a «E Tudo o Vento Levou». A monumentalidade deste último foi agora substituída pela oportunidade do tema: um filme sobre uma guerra que a América ainda travava na altura da estreia do filme. A história é sobre o dia-a-dia da família média norte-americana dominada pela inquietação das notícias dos homens que combatiam na Europa e no Japão, pelas dificuldades financeiras de uma época de sacrifícios e tragédias pessoais produzidas por aqueles que morriam em combate. «Desde que tu partiste», nas suas quase três horas de duração, apresenta-se como um melodrama típico de um género e do cinema norte-americano da década de 40. Sendo um exemplar da grande produção americana dessa década, o filme não alcançou no entanto o sucesso de «E Tudo o Vento Levou» pretendido pelo seu produtor.



Samuel Fuller

Samuel Fuller é um dos numerosos casos de realizadores americanos «revelados» pela crítica francesa. Repórter criminal aos 17 anos, autor de argumentos para filmes de série B desde 1936, soldado repetidamente condecorado durante a II Guerra Mundial, realizador desde 1949, este americano que hoje conta 80 anos foi ignorado nos EUA até que a geração dos «Cahiers do Cinema» descobriu a sua espantosa agilidade e concisão narrativas, as suas rigorosas montagens (de que se encarrega sempre pessoalmente), a dureza agreste dos seus argumentos, a desenvoltura de um dos mais ágeis profissionais de Hollywood.

Transformado em realizador de culto, Fuller sofreu algumas acusações de reacção, nomeadamente pela violência dos seus retratos do exército, de um alegado culto da disciplina e da dureza militares. Em contrapartida, o Pentágono considerou os seus «Steel Helmets» e «Fixed Bayonets» obras de perigosa inspiração comunista...

O ciclo que agora lhe é dedicado pela RTP foi antecedido de um outro realizado pela Cinemateca Nacional que contou com a presença do realizador em Lisboa e cujo programa inclui uma interessantíssima e longa entrevista conduzida por João Benard da Costa.

O Quimono Misterioso

«The Crimson Kimono» (EUA/1959), argumento, produção e realização de Samuel Fuller, interpretação de Victoria Shaw, Glenn Corbert, James Shigeta. P/B, 75 minutos.
Quinta, 22.25, Canal 2

Samuel Fuller realizou, produziu e escreveu este filme datado de 1959 onde convergem vários dos temas mais marcantes do seu cinema. Com uma estrutura policial centrada na investigação de um homicídio ocorrido numa rua do bairro japonês de Los Angeles, «O Quimono Misterioso» equaciona, como acontece em outros filmes do realizador, uma questão cultural, étnica e moral: o conflito entre dois polícias, ambos americanos mas um deles de origem japonesa. Os efeitos do racismo e segregacionismo tradicionais na grande sociedade norte-americana são mostrados com as relações entre estes dois polícias, as suas divergências, paixões e ambições. Só na aparência «O Quimono Misterioso» se limita a ser um policial de género.

O Gendarme e os Extraterrestres

«Le Gendarme et Les Extra-terrestres» (Fr/1979), realização de Jean Girault, interpretação de Louis de Funés, Michele Galabru, Maurice Rish. Cor, 100 minutos.
Sexta, 15.30, Canal 1

«O Gendarme e os Extraterrestres» é o quinto filme da série protagonizada pelo gendarme de St. Tropez que desde 1964 contribuiu largamente para o sucesso público de Louis de Funés em países como a França, Bélgica e Portugal.

A Cor do Dinheiro

«The Color of Money» (EUA/1986), realização de Martin Scorsese, inter-

pretação de Paul Newman, Tom Cruise, Mary Elizabeth Mastrantonio. Cor, 115 minutos.
Sexta, 21.20, Canal 1

Este filme valeu a Paul Newman o Oscar do melhor actor que poderia ter-lhe sido entregue quando pela primeira vez interpretou a figura de Fast Eddie em «A Vida é um Jogo» de Robert Rossen que a RTP exibiu esta semana em Cinema Dois. Em «A Cor do Dinheiro» Martin Scorsese não constrói propriamente um remake do filme de Rossen, utilizando no entanto a mesma personagem numa situação quase inversa ao filme anterior. Aqui trata-se da história pessoal de um homem que se confronta consigo próprio ao sentir-se reflectido na personalidade de um jovem jogador de snooker, tal como ele há 25 anos atrás: implacável, trapaceiro, desonesto e exibicionista. Para esse jovem, Fast Eddie como que executa um processo de transferência de personalidades. Quando o aprendiz parece apreender todas as baixeiras e corrupções da sua arte, o mestre sente-se de novo apto (liberto dos pecados passados?) para regressar ao jogo.



Emílio e os Detectives

«Emil Und Die Detektive» (Alemanha/1931), realização de Gerhard Lamprecht, interpretação de Fritz Rasp, Kaeta Haack. P/B, 73 minutos.
Sábado, 14.10, Canal 2

Produzido pela UFA alemã em 1931 e com argumento de Billy Wilder, «Emílio e os Detectives» é uma história humorada e aventureira de garotos. Desenrola-se na Alemanha pré-hitleriana e centra-se numa movimentada perseguição a um ladrão pelas ruas de Berlim, empreendida por um grupo de garotos plenos de recursos e iniciativas. Este filme foi um sucesso assinado por Gerhard Lamprecht e seria várias vezes refeito em versões oriundas da Inglaterra em 1934, de novo da Alemanha em 1954 e finalmente da América em 1964.

Sherlock Holmes em Nova Iorque

«Sherlock Holmes in New York» (tefilme, EUA/1976), realização de Boris

AGENDA

Cinema

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Um Coração Selvagem	—	★★★	★★★★	—
B	Cyrano de Bergerac	★★★	★★★	★★★	★★★★★
C	Danças com Lobos	—	★★★	★★★	—
D	História de Gangsters	—	★★★	—	★★
E	Não Te Mexas, Morre e Ressuscita	—	★★★	—	★★★
F	O Padrinho III	—	★★★	★★★★★	★★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. David Lynch — Amoreiras/8 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Las Vegas/2 (15.30, 18.45, 21.45), Londres (14.00, 16.30, 21.30), Quarteto/3 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- B — Real. Jean-Paul Rappeneau — Forum Picoas/2 (14.00, 16.30, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- C — Real. Kevin Costner — Alfa/1 (14.15, 17.45, 21.15, 00.30), Amoreiras/1 (14.15, 17.45, 21.15, 00.30), Fonte Nova/3 (14.30, 17.45, 21.00), Quarteto/4 (15.00, 18.30, 22.00), São Jorge/1 (13.45, 17.30, 21.15) — Lisboa.
- D — Real. Joel Coen — Quarteto/2 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- E — Real. Vitali Kanevski — King Triplex/3 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) — Lisboa.
- F — Real. Francis Ford Coppola — Alfa/3 (15.00, 18.00, 21.30, 00.30), Amoreiras/6 (15.00, 18.00, 21.15, 00.15), Fonte Nova/2 (14.15, 18.45, 21.15), Império (15.30, 18.30, 21.30), Mundial/1 (15.00, 18.00, 21.30), São Jorge/2 (14.00, 18.00, 21.30) — Lisboa.

Sagal, interpretação de Roger Moore, John Huston, Gig Young, Charlotte Rampling. Cor, 100 minutos.

Sábado, 16.00, Canal 1

«Sherlock Holmes em Nova Iorque» é um telefilme produzido em 1976 e dirigido ao estilo das histórias do detective criado por Sir Arthur Conan Doyle que também no cinema, desde 1939, alcançou grande sucesso. Esta versão para televisão conta com Roger Moore (um dos 007) no papel de Holmes e John Huston no de Moriarty.

Outubro Vermelho», este «O Predador» é um thriller que combina o filme de guerra com a ficção científica. John McTiernan filma a história de uma criatura do espaço com fabulosos e implacáveis poderes destrutivos que acaba por ser aniquilado por um major nas selvas da América do Sul que cumpria uma missão militar pouco limpa dos serviços secretos americanos. Arnold Schwarzenegger é o actor principal de um filme que se apresenta como estando recheado de efeitos especiais, belicismo e violência.

Emílio entre os Detectives

«Emil and the Detectives» (EUA/1964), realização de Peter Tewksbury, produção de Walt Disney e Peter V. Herald, interpretação de Walter Slezak, Heinz Schubert, Peter Ehrlich. Cor, 93 minutos.

Domingo, 15.35, Canal 1

Trata-se da versão mais recente do clássico alemão de 1931 exibido em Cine Sábado, escrito por Billy Wilder e produzido pela UFA, agora adaptada à época de produção deste filme, os anos sessenta. Espectáculo de entretenimento juvenil com momentos de suspense através de uma história de garotos que perseguem ladrões em Berlim.

Meia-Luz

«Gaslight» (EUA/1944), realização de George Cukor, interpretação de Ingrid Bergman, Charlès Boyer, Joseph Cotten, Dame May Whitty, Angela Lansbury. P/B, 110 minutos.

Domingo, 22.25, Canal 2

«Meia-Luz» será porventura um dos mais célebres filmes de

Cukor nos anos 40 ganhando três óscares, incluindo o de melhor actriz: Ingrid Bergman.

Partindo da adaptação de uma peça de teatro inglesa, grande sucesso nos anos 30 e entretanto adaptada ao cinema em Inglaterra em 1940, «Meia-Luz» é um exercício conduzido por George Cukor em torno do melodrama e do thriller.

É uma história de crime e castigo que gira em torno de um maquiavélico plano de um homem que casa com uma mulher para encontrar as jóias de uma outra por ele entretanto assassinada. Ele tenta por todos os meios levar a sua mulher à loucura mas acaba dominado pelo seu jogo de terror psicológico. Um filme praticamente encerrado num único décor: a grande casa londrina, talvez a verdadeira personagem do enredo.

O Caso Paradine

«The Paradine Case» (EUA/1948), realização de Alfred Hitchcock, interpretação de Gregory Peck, Alida Valli, Ethel Barrymore, Charles Laughton, Charles Coburn, Ann Todd. P/B, 116 minutos.

Segunda, 15.30, Canal 1

«O Caso Paradine» foi o quarto e último filme que Hitchcock fez para Selznick que para além de o produzir assinou igualmente o argumento, adaptado de um romance de Robert Hitchens. É o julgamento de uma mulher que envenenou o seu marido, muito mais velho, estando apaixonada pelo criado da casa.

Para além dos métodos de trabalho de Selznick como argumentista serem difíceis de tolerar já que escrevia as cenas e enviava-as para o estúdio de dois em dois dias, os desentendimentos entre produtor e realizador não ficaram por aí. Ao nível do elenco, Selznick impôs Gregory Peck e Hitchcock queria Laurence Olivier ou Ronald Colman. Para o papel principal feminino, Selznick escolheu a italiana Alida Valli enquanto Hitchcock tentava por todos os meios convencer Greta Garbo a regressar aos estúdios.

«O Caso Paradine» é assim um filme para o qual Hitchcock parte contrafeito. Custará quatro milhões de dólares e não se chega a pagar na bilheteira. Afasta-se do habitual universo hitchcockiano mas apresenta a sua habitual mestria técnica e de direcção.

Sangue Branco

«The Planter's Wife» (GBR/1952), realização Ken Annakin, interpretação Claudette Colbert, Jack Hawkins, Anthony Steel. P/B, 89 minutos.

Terça, 15.50, Canal 1

Tinikling, a Virgem e o Dragão

«Tinikling ou la Madonne et le Dragon» (França/1989), realização de Samuel

Fuller, interpretação de Jennifer Beals, Luc Merenda, Patrick Bauchau, Ben Cervantes, Ray Ventura, Samuel Fuller. Cor, 90 minutos.

Terça, 22.00, Canal 2

Samuel Fuller tinha 78 anos quando realizou este filme que em parte reconstrói para a televisão a luta pela presidência travada entre Cory Aquino e o ditador Marcos. A história é protagonizada por um punhado de jornalistas ocidentais, com destaque para o casal central que vai reencontrar o amor no meio de brutais convulsões que modificaram a situação política nas Filipinas, país de miséria, violência e terror. Entre o campo de guerrilha na selva e a tentacular cidade de Manila, Fuller conta uma história de jornalistas e retrata um país.

Um Homem

«Hombre» (EUA/1967), realização de Martin Ritt, interpretação de Paul Newman, Diane Cilento, Frederick March, Richard Boone, Martin Balsam. Cor, 111 minutos.

Quarta, 15.30, Canal 1

Trata-se de um western realizado por Martin Ritt que parte de um conflito de mentalidade criado após um grupo de viajantes ser assaltado por bandidos e abandonado no deserto. Um dos passageiros é um branco educado entre os apaches e mais tarde adoptados por outros brancos: é um homem solitário, desprezado e marginalizado, mesmo durante a viagem, até ao momento em que só ele pode ajudar aquele grupo heterogénio a sobreviver no deserto.

Tirando partido das imagens de Death Valley, um dos cenários míticos dos filmes de cowboys este filme traz novamente Paul Newman ao Canal 1.

Das 9 às 5

«9 to 5» (EUA/1980), realização de Colin Higgins, interpretação de Jane Fonda, Dolly Parton, Lily Tomlin, Sterling Hayden. Cor, 110 minutos.

Quarta, 21.30, Canal 1

Eis uma sátira sobre o universo das discriminações profissionais numa grande empresa norte-americana onde três funcionárias competentes mas desprezadas se revoltam contra um patrão incompetente e sexista. Trata-se de uma comédia que conheceu um estrondoso sucesso ao recuperar no limiar da década de 80 um velho tema do cinema americano: a guerra dos sexos, só que numa situação de grande oportunidade como é a desigualdade no trabalho.

O argumento acaba por dar o dito por não dito, isto é, regressa inesperadamente a uma nova situação de predominância masculina. Destaque para a interpretação de Jane Fonda, Dolly Parton e Lily Tomlin.

PALAVRAS CRUZADAS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

HORIZONTAIS: 1 — Ramo de árvore; sulca; socorro. 2 — Falai; rei dos hunos (séc. IV); dedicação. 3 — Porco; acidentes; nota musical. 4 — Pref. com a ideia de três; eleva; con. 5 — Altar; lírio. 6 — Acreditei; cortado; preceito escrito. 7 — Tropear; espectáculo com touros. 8 — Perverso; rabiça; benefício. 9 — Base aérea; cont. prep. art. 10 — Discurso; graça (fig.); laços apertados. 11 — Estás; excitar; cruel. 12 — Termo; com muitos anos; liguem. 13 — Rival; ala; põe incomunicável.

VERTICAIS: 1 — Pinga; num; direcção (fig.). 2 — Caixilho; carreta militar fúnebre; prep. 3 — Nota mus.; contribuição; pron. pessoal. 4 — Serpente com sete cabeças; praia. 5 — Ditongo oral; mau cheiro; art. 6 — Carta de jogar; pena; basta. 7 — Ligai; lavra; destino. 8 — Debuxar; observávamos. 9 — Licença de sair do hospital; prep.; lusitana. 10 — Atmosfera; divindade falsa; tecido fino. 11 — Prep.; fg. do concelho de Oliveira do Bairro; sódio (símb.). 12 — Propriedade rústica; mulheres dos filhos. 13 — Art. ind.; conjunto de sons numa emissão de voz (pl.); porco. 14 — Sofrimento; securas; doçura (fig.). 15 — Rezei; saíam; carta de jogar.

XADREZ

CCXCVII - 4 de Abril de 1991

Proposição nº 297/A

Por: Alfred W. Mongrédién

Funchschach, 1926

Pr.: [3]: Ps. f2,g3-Ra1
Br.: [9]: Ps. b2,c3,d2,g2Cs,a3,a4-Bd1-Te2-Rf1

Mate em 4 lances

Proposição nº 297/B

Por: Alexandr Iosifovic Herbstmann

Menção: Schach in URSS, 1931
Pr.: [3]: Pd7-Ta7-Ra2
Br.: [4]: Ps. a4,b2-Tc5-Rd6

Branças jogam e ganham

Solução do N° CCXCVII

Nº 297/A (A.W.M.): 1. T6f1, Ra2; 2. Bh5, Rb3; 3. Bf7, Ra4/Ra2; 4. Ta6/T6f1++
Nº 297/B (A.I.H.): 1. b4, Rb3; 2. Ta5!; T:a5; 3. b:a5, Rb4; 4. a6, Ra5!; 5. a7, Rb6; 6. a8=T e g.

A. de M. M.

DAMAS

CCXCVII - 4 de Abril de 1991

Proposição nº 297

Por: Germand Avid— 1953

Pr.: [7]: 7-8-9-14-16-19-29
Br.: [7]: 20-21-27-28-30-40-43

Branças jogam e ganham (10T)

Golpe Nº 297
Por: Louis Dalman
— Nimes, 1944

Pr.: [12]: 6-7-9-12-13-16-18-19-23-29-35-45
Br.: [12]: 21-22-27-30-32-34-36-37-38-42-48-50

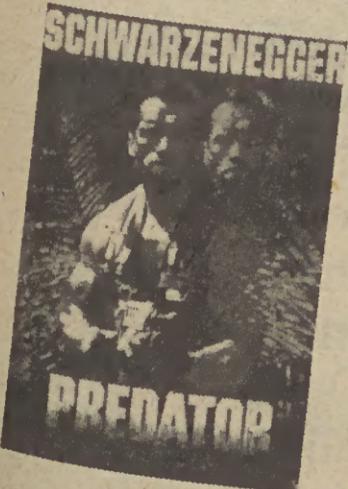
Pretas jogaram: ..., (24-29)?
...Branças jogam e ganham (9T)

Soluções do N° CCXCVII

Nº 297 (G.A.): 1. 40-34!, (29x40*); 2. 28-23!, (14x34); 3. 23x1=D, (40-45); 4. 1x40, (45x34); 5. 21-17, (34-40); 6. 43-39!, (40-45); 7. 39-33!, (16-21*); 8. 27x16!, (45-50=D); 9. 16-11, (50x28); 10. 11-6+

Golpe Nº 297 (L.D.): 1. 38-33, (29x47=D); 2. 50-44, (35x24); 3. 27-22 (18x38); 4. 44-40, (23x41); 5. 48-42, (16x27); 6. 42x33, (47x29); 7. 34x3=D, (45x34); 8. 3x11, (6x17); 9. 36x47 e + por oposição.

A. de M. M.



O Predador

«Predator» (EUA/1987), realização de John McTiernan, interpretação de Arnold Schwarzenegger, Carl Weathers, Elpidia Carrillo, Bill Duke. Cor, 102 minutos.

Sábado, 00.05, Canal 1

Domesmo autor de «Assalto ao Arranha Céus» e «Caça ao

Martin Ritt

Nascido em 1920, Martin Ritt é uma das mais consequentes figuras de esquerda dos meios cinematográficos americanos. A sua carreira iniciou-se no teatro, integrado no grupo de Clifford Odets, Lee Strasberg, Elia Kazan e Nicholas Ray, estreando-se em 1937 na peça «Golden Boy», de Odets.

Militante do PCEUA até 1939, abandonou então a militância partidária por discordância com o Pacto Germano-Soviético. Começando a trabalhar em televisão, rapidamente ganhou prestígio como realizador, mas foi colocado na lista negra pela perseguição mccarthysta, recusando-se a prestar quaisquer declarações perante a Comissão de McCarthy. Trabalhando no Actor Studio's, devem-se-lhe incentivos determinantes para as carreiras de actores como Paul Newman, Rod Steiger, Joanne Woodward.

Firme nas suas convicções progressistas, o seu regresso ao cinema em 1956 fez-se com o famoso «Edge of the City» («Um homem tem três metros de altura»), um filme profundamente anti-racista e uma dura crítica à visão do movimento sindical dos estivadores americanos estampada no «Há lodo no cais» («In the Waterfront»), de Elia Kazan. Em 1976 rodaria um filme sobre a perseguição mccarthysta («The Front») e em 1979 nova película sobre o movimento sindical, «Norma Rae», em que Sally Field conquistou um Oscar. Considerado um excelente director de actores, Ritt obteve também o Oscar para o melhor realizador com «Hud».



Uma foto vale mais que mil palavras.

Será?

Talvez haja algum exagero, talvez a equação não seja exactamente essa... Uma má foto vale mais que mil boas palavras? Não precisará uma boa foto de boas palavras?

Muito se pode dizer com imagens - muito com palavras.

Com FOTOSgrafias.

Quanta paz foi construída pelas imagens dolorosas da guerra? Quanta consciência dos homens nasceu nos negativos de Robert Capa, Sebastião Salgado, David Duncan, Larry Burrows?

E no Golfo? No Iraque não houve mortos?

Feridos? Ruínas?

Onde estavam os fotógrafos? Onde estavam as câmaras?

Do lado de cá das balas?

Do lado de cima das bombas? Do lado de trás dos estilhaços?

Quando não há fotos, quanto valem as palavras?

E os desenhos? Daumier.

Goya.

Não.

Para dizer da vida, tudo é preciso. As imagens. As palavras. Os desenhos.

As fotos.

As grafias.

E acima de tudo as ideias e a consciência do Homem.



23
combat with the 1st battalion, 7th Infantry of the 1st Airborne Division in Iraq. An estimated 55,000-100,000 Iraqi casualties and 4,000 destroyed tanks were believed inflicted in the fighting. (AP Laserphoto) C (1462300000) POOL PHOTO BY AP/WIDEWORLD (2006)
AP LEAP/REK



ÚLTIMAS

a falhe
de foice

Prémios

Para a maioria dos portugueses o senhor Joseph Bech é um ilustre desconhecido.

O que não obsta que o senhor Joseph Bech seja muito conhecido na terra dele. E o caso nem é para menos já que durante quinze anos chefiou a diplomacia do seu país que lá por ser pequeno não deixa de ser bem conhecido internacionalmente. É o que faz ser-se parceiro dos Doze, não há solidão que chegue nem isolamento que se sinta, o pior que pode alguma rara vez acontecer é ser-se um doze avos desse gigantesco corpo comunitário, a modos que um braço, perna, pé, dedo mindinho que seja, mas sempre, sempre em profunda simbiose com o todo que os Doze são.

Não é culpa nossa se o nome de Joseph Bech nada nos diz.

Nem sequer que ignoremos qual o país onde tão bem o conhecem.

Pouco mais do que recém-chegados ao comunitário espaço, andamos ainda à procura do lugar certo que de direito nos pertence, ocidental praia lusitana com muitos séculos de história, quiçá incomodados com uma certa tendência para calcanhar naturalmente ingrata mas nem por isso menos importante se em equilíbrios se pensar na ponderação de prós e contras.

Andamos pois a descobrir os cantos à casa comunitária, porventura perdendo o tino no corropio entre Estrasburgo e Bruxelas, atarantados entre símbolos e siglas, programas, projectos, relatórios e comissões, como sempre acontece aos novatos nas andanças dos habitués.

Vale-nos - ou não fosse a Comunidade um todo - a solidariedade dos parceiros, que com mão experiente e segura nos vão guiando no labirinto a Doze, revelando mistérios e iniciando nas comunitárias práticas.

Perguntar-me-ão o que tem isto a ver com o senhor Joseph Bech. A bem dizer, tudo.

Graças a ele, cujo nome gentilmente foi dado a um prémio, Cavaco Silva, primeiro-ministro português, vai ser agraciado.

Ao que consta, por se ter destacado na defesa dos ideais europeus.

Quem o descobriu foi o governo luxemburguês, que por acaso preside no semestre em curso à Comunidade Europeia e antes de dar lugar ao país que se segue quer deixar boas recordações.

Haverá quem se interroge como se lembraram de Cavaco Silva. Cá por mim, as explicações são múltiplas. Em primeiro lugar, é de crer que, por puro acaso, Mário Soares não se antecipou a abarbar o dito cujo prémio em causa, o que sendo um lapso deixa no entanto espaço a novos arranjos nacionais.

Em segundo lugar, porque sendo Portugal um parceiro à beira de chegar à presidência comunitária, nada melhor do que cimentar as boas relações inter membros, donde um prémio vem sempre a calhar.

Em terceiro lugar, porque com as ignorâncias dos portugueses podem os luxemburgueses bem, que é como quem diz que não é por nós ignorarmos o destacado papel de Cavaco Silva na defesa dos ideais europeus que os outros europeus partilhem da mesma ignorância.

Cavaco Silva é conhecido, cá pelo burgo, pela sua muita reserva. Raro é os portugueses ouvirem-no sem ser a falar sozinho, prova provada da profunda modéstia que o caracteriza e impede de se auto promover por méritos alheios. Debates, confrontos, controvérsias não são com ele. Quando tem alguma coisa para dizer prepara o cenário, acende as luzes e diz de sua justiça para quem o quiser ouvir, e com a mesma limpeza sai de cena sem mais aquelas.

Porventura, nas suas saídas ao estrangeiro, fará o mesmo. O que só poderá abonar em seu favor, está mais do que visto, dado na civilizada Europa os debates estarem há muito fora de moda. Quem pode manda, ou fala, e quem não pode está catado ou não tem lugar à mesa comum.

Pode ser que na entrega do prémio, cujo se desconhece qual seja, os portugueses tenham a dita de ouvir a tal defesa dos ideais europeus em que o primeiro-ministro pelos vistos se destacou. Ficaria assim resolvido mais este problema de ignorância nacional, agora substancialmente reduzido com as novas chegadas do Luxemburgo.

Palpita-nos todavia que os parceiros luxemburgueses também teriam alguma coisa a aprender conosco se para além de Cavaco Silva ouvissem os felizardos a quem são brindados tais ideais. É só passar ali pelo Casal Ventoso. Não tem nada que enganar: onde a casa comum europeia se transforma no mais comum dos cabres, vulgo bairro da lata. É mesmo aí. Em Lisboa city.

AF

• Acusada de graves irregularidades

Câmara de Oeiras em Tribunal

No final de Março, uma nota da Comissão Concelhia e eleitos do PCP de Oeiras criticava severamente a política da maioria PSD na Câmara Municipal de Oeiras, acusando-a de estar «orientada para os grandes projectos turísticos/imobiliários e especulativos, degradando a qualidade de vida da população do Concelho e conduzindo a Câmara a uma situação financeira delicada». Hoje, segundo o «Público», a gestão PSD do município de Oeiras está em vias de ser indiciada criminalmente na pessoa de Isaltino Morais, como responsável máximo do executivo, por proposta da Inspeção-Geral da Administração do Território (IGAT) e na sequência de uma inspeção ordinária movida à autarquia em 1989, em cujos resultados se alude a factos que, «por integramentos ilícitos de natureza financeira e criminal, vão ser participados aos tribunais competentes».

Num contacto telefónico de última hora com o vereador da CDU na Câmara Municipal de Oeiras, Celorico Moreira, soubemos que, até então, «se o resultado do inquérito foi enviado para a Câmara, não foi dado a conhecer à vereação». De qualquer modo, para o autarca da CDU «não é de estranhar este desenvolvimento, dado o acumular de indícios de que muita coisa se processava irregularmente no município, nomeadamente a questão da admissão de funcionários sem concurso público ou a promoção irregular de pessoal».

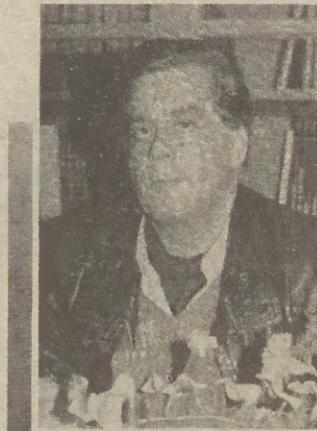
Em relação às empreitadas e obras, onde teriam sido cometidas diversas ilegalidades a encobrir negociatas, Celorico Moreira afirmou «não ser uma situação virgem na Câmara Municipal de Oeiras, cujo exe-

Rui Grácio faleceu

Rui Grácio, reconhecido pedagogo e pioneiro das Ciências da Educação em Portugal, faleceu no passado sábado, na sua residência em Lisboa, após prolongada doença.

Licenciado em Histórico-Filosóficas e em Ciências Pedagógicas, Rui Grácio, que contava 69 anos, foi secretário de Estado de Orientação Pedagógica nos II, III e IV governos provisórios.

Referindo o valor de Rui Grácio como activo democrata e figura destacada da cultura portuguesa, o Secretariado do Comité Central enviou um telegrama de pêsames à família enlutada.



• Comentário do vereador CDU, Celorico Moreira



cutivo já enfrenta uma anterior acção em tribunal referente à estrada de acesso ao hotel Anka, em Terceira, posta na sequência de um inquérito pedido pela CDU».

Recordando não estar na posse nem dos pormenores da gestão PSD nem do resultado do inquérito do IGAT, o vereador da CDU na Câmara Municipal de Oeiras considera que «as questões a que a Comunicação Social faz referência devem ser totalmente apuradas e esclarecidas», quer pela gravidade das mesmas «quer pelos indícios de ilegalidade e, mesmo, evidências delas já conhecidas, como o caso do hotel Anka».

Como nota final citemos ainda o documento do PCP atrás referido, onde também se acusa o executivo PSD da Câmara de Oeiras de ter reservado apenas 7,8% do Plano e Orçamento para actividades na área social, quando devia dispender 40%, ou de procurar que a população pague, através do aumento da água, parte das obras de saneamento da Costa do Estoril, ou ainda, no ensino (e

no seguimento da política do PSD que rejeitou, na AR, verbas para a construção de escolas no Concelho de Oeiras), ter deixado «cair» a construção de 66

salas de aula e sete escolas primárias consideradas no plano de 1990, o que agrava ainda mais a degradante situação escolar do Concelho.

Álvaro Cunhal em Évora

Álvaro Cunhal participa no próximo sábado na Assembleia da Organização de Évora do PCP, que decorrerá a partir das 14.30 no Palácio D. Manuel, intervindo no final dos trabalhos.

Nesse mesmo dia o secretário-geral do PCP é convidado do programa «Já Agora», que a Rádio Renascença transmite entre as 10 e as 13 horas.

A CDU e a Área Metropolitana

Eleitos do PCP e da CDU nos 17 municípios da Área Metropolitana de Lisboa reúnem-se esta manhã na Casa do Alentejo para apreciar processos em curso respeitando ao planeamento regional e definir posição acerca das medidas que, na opinião da CDU, melhor resposta darão aos problemas que afectam a Região. Como se sabe, a CDU e outras forças políticas, com destaque para a generalidade dos sectores autárquicos, defendem que sobre a Área Metropolitana de Lisboa se impõem decisões urgentes nos domínios do planeamento, do ordenamento e institucional.

Os resultados deste encontro de trabalho serão divulgados ainda hoje.

ZORL reúne no sábado

Anunciada para sábado, a assembleia de organização da zona oriental de Lisboa (ZORL) terá lugar na Voz do Operário, sob o lema «Dinamizar a actividade social e política, alargar a influência do Partido, reforçar a organização».

A zona oriental de Lisboa é uma vasta área da cidade, desde a Praça do Comércio a Beirolos, abarcando um conjunto de 23 freguesias, de que se destacam pela sua importância os Olivais; Marvila, Arroios, Beato, S. João, Penha de França, e integra conhecidos bairros como Alfama, Mouraria, Castelo e Graça. Área predominantemente popular, nela se localizam a maior extensão de bairros degradados da cidade e um elevado número de colectividades e associações. Os seus principais problemas são inquestionavelmente a habitação mal conservada, as enormes manchas de bairros de lata, a degradação dos equipamentos sociais, dos espaços públicos e locais de lazer.

Nas autarquias de Lisboa desenvolve-se neste

momento um esforço de revitalização da cidade, equacionando problemas e soluções, privilegiando a descentralização, estimulando a participação popular e a desburocratização, o planeamento do desenvolvimento, a habitação, o descongestionamento do trânsito, a melhoria do ambiente urbano, a animação da cidade.

É neste contexto que os trabalhos da assembleia da ZORL vão funcionar, visando dinamizar o trabalho local e reforçar a organização do Partido, preparar a actividade eleitoral e eleger a nova direcção. No documento divulgado à imprensa, frisa-se ainda que do resultado das próximas eleições legislativas dependerá a possibilidade de viabilizar uma alternativa democrática, em oposição à política do Governo PSD, que «acentua as desigualdades, agrava a situação social, limita direitos dos trabalhadores, condiciona a democracia política, governamentaliza e partidariza a vida do Estado e desencandeia uma vasta campanha demagógica e eleitoralista».